

MARLY RODRIGUES

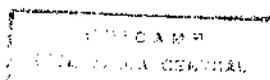
512/jt/1400033709/10/00/1/1111

ALEGORIAS DO PASSADO

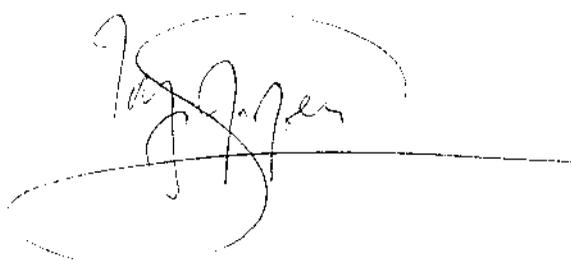
**A instituição do patrimônio em São Paulo
1969 - 1987**

Tese de Doutorado apresentada ao
Departamento de História do Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de Campinas
Orientador: Prof. Dr. Edgar Salvadori de Decca

Maio
1994



Exemplar correspondente à redação final da
tese de doutoramento defendida e aprovada
pela banca examinadora em / /1994.

A handwritten signature in black ink, featuring a large, stylized initial 'J' and a horizontal line extending to the right.

AGRADECIMENTOS

Não para cumprir a praxe, mas para expressar um desejo, registro minha gratidão a todos os amigos que, com sua solidariedade, apoio e colaboração me incentivaram a prosseguir até a conclusão deste trabalho.

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico -- CNPq, que por três anos concedeu-me uma bolsa de doutorado, a prova de confiança em meu projeto. Ao Edgar Salvadori de Decca, que me orientou, agradeço a acolhida e a compreensão de minhas limitações. Às pessoas que entrevistei agradeço a boa vontade com que narraram suas experiências e o carinho com que me receberam. Aos amigos do Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural -- IBPC, no Rio de Janeiro e em São Paulo, e ao Walter Pires, do Departamento do Patrimônio Histórico -- DPH, da Prefeitura de São Paulo, agradeço a atenção aos meus pedidos.

Agradeço a todos os companheiros do Condephaat, especialmente os que trabalham no Protocolo e no Centro de Documentação, por sua paciência e presteza no atendimento de minhas solicitações; aos estagiários Marcos P. Pinheiro Eça e Walter Trapella agradeço pelo cuidadoso e exaustivo levantamento de dados. Aos amigos do Serviço Técnico de Conservação e Restauro -- STCR, sou grata pelo interesse e disponibilidade diante de minhas indagações. Agradeço especialmente aos colegas historiadores e, entre eles, Sônia de Deus Rodrigues Bercito, pela continência e pela leitura crítica dos originais.

A minha enorme gratidão aos amigos de longos anos que, mais uma vez, manifestaram seu afeto amenizando minhas aflições: Elza Miné, ouvinte sempre atenta; Maria Aparecida Faria Marcondes Bussolotti, pelas sugestões, pela dedicação e pela árdua tarefa de revisão do meu escrito; Armando Olivetti Ferreira, que utilizou magias eletrônicas para transformar meus garranchos em texto legível; Adriano Nagelschmidt Rodrigues pelo serviço de pronto-socorro de informática e confecção das tabelas; Patrícia Tavares Raffaini, Flávia Nagelschmidt Rodrigues e Fernando José Arouca, colaboradores cuidadosos. E, a Eduardo de Jesus Rodrigues que, com paciência fraterna, desenhou o mapa dos bens tombados e criou a capa que valoriza este trabalho.

Toda rua tem seu curso
Tem seu leito de água clara
Por onde passa a memória
Lembrando histórias de um tempo
Que não acaba.

A rua - Gilberto Gil e Torquato Neto

RESUMO

Este trabalho investiga as relações entre história, patrimônio e memória nos dezoito primeiros anos de atuação do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico - Condephaat, órgão de governo cujo objetivo é instituir e preservar o patrimônio no Estado de São Paulo. Criado sob uma perspectiva de culto ao passado, o Conselho pautou sua ação pela história e pela história da arquitetura, vetor que adotaria sob influência da ortodoxia patrimonialista construída no Brasil a partir de 1937. Os estudos desenvolvidos nas Ciências Sociais, desde os anos 50, sobre cultura e memória influenciaram a postura do Conselho em meados da década de 70 e, juntamente com a valorização do meio ambiente, enquanto elemento essencial à manutenção da qualidade de vida, levaria o Condephaat a desenvolver uma ação pioneira, de tombamento de áreas naturais como "memória da natureza". A ação do Condephaat não se fez por uma política oficial de cultura ou patrimônio; esta foi, porém, sendo definida pelas práticas preservacionistas desenvolvidas, das quais resultou o patrimônio. Hoje entendido como uma das instâncias da instituição da memória, o patrimônio de São Paulo representa a memória histórica de São Paulo e a recria através de sua materialidade.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
INTRODUÇÃO	11
. Monumento histórico, patrimônio e memória	11
PASSADO, REFLEXO DO PRESENTE	18
. Materializar a história	18
. De São Paulo para o Brasil	25
. Outras tentativas	32
UM SERVIÇO DE PATRIMÔNIO DE SÃO PAULO	36
O CONDEPHAAT - AS PRÁTICAS DEFINEM A POLÍTICA	50
. Com os olhos na tradição 1969 -- 1975	52
. Considerando o presente 1975 -- 1982	75
. Tempos de abertura 1982 -- 1987	111
O PATRIMÔNIO DE SÃO PAULO: SOBRE AS MEMÓRIAS, A HISTÓRIA	134
ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES E QUADROS	165
BIBLIOGRAFIA	167

APRESENTAÇÃO

O Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico -- Condephaat, vinculado à Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, foi criado em 1968, e desde então divide com o atual Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural -- IBPC, nascido em 1937 Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional -- SPHAN, a responsabilidade da salvaguarda do patrimônio paulista.

A idéia de desenvolver um estudo sobre a atuação do Condephaat surgiu em 1985, época em que retornava de um curso de especialização, Architectural Conservation, no Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauração de Bens Culturais -- ICCROM, organismo da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura -- UNESCO, sediado em Roma. Se, por um lado, o contacto com a experiência de diversos países em relação ao patrimônio e a observação do que se realizava em algumas cidades italianas acentuaram minha convicção da enorme potencialidade social das ações de preservação, por outro, mostraram que a proteção do patrimônio, bem como sua determinação, não são atividades técnicas mas, sobretudo, políticas, nas quais se refletem as relações entre o Estado e a sociedade e o grau de consciência dos direitos de cidadania por ela desenvolvido.

No segundo semestre de 1985, ao candidatar-me a uma vaga para o curso de pós-graduação no IFCH -- Unicamp, minhas atenções se voltaram naturalmente para áreas de interesse do trabalho de preservação. Inicialmente, pensei estudar aspectos urbanos no médio Vale do Paraíba, pontilhado de cidades classicamente denominadas "do café", que mantinham íntegras muitas das características de sua implantação, quer no traçado urbano e nas edificações quer na própria cultura urbana.

Ao fim dos primeiros créditos, motivada por um assunto candente, o tombamento de dois bairros, de Santa Ifigênia e Campos Elíseos, na cidade de São Paulo, fato até então inédito na prática do Condephaat, que parecia apontar a disposição do órgão em atuar efetivamente sobre a preservação do patrimônio urbano, acabei por elaborar um pequeno trabalho que me desviou da primeira intenção. Três colegas -- os arquitetos Maria Lúcia Pinheiro Ramalho, Walter Pires e o historiógrafo Haroldo Leitão Camargo --, haviam iniciado um ano antes o registro da memória do Condephaat, mas, devido à dificuldade de desenvolvê-lo paralelamente às tarefas do dia-a-dia, a idéia havia sido abandonada. Com sua anuência, vali-me das entrevistas já realizadas com Waldisa Russio e Lucia Falkenberg e de alguns documentos administrativos salvos entre as desordenadas montanhas de papel guardadas pelo órgão, aos quais acrescentei as atas de reunião do conselho deliberativo.

Neste estudo, tentei sistematizar informações dispersas sobre as condições de instituição do Condephaat, do estabelecimento e das transformações das linhas mestras de sua atuação ao longo de quase completos dezoito anos. Outras questões foram suscitadas pela pesquisa, como as relativas à dinâmica entre o desenvolvimento dos conceitos básicos de monumento e patrimônio e a prática do órgão, ou à influência da prática patrimonialista brasileira sobre a estabelecida pelo órgão estadual, mas permaneceram sem resposta.

Instigada pela curiosidade e pela crescente necessidade de refletir sobre um campo que, referenciado na história, só recentemente se abriu para o exercício profissional dos historiadores, resolvi dar continuidade ao estudo do tema, embora sabendo das dificuldades para a constituição de um corpo suficiente de documentos para a elaboração de uma tese de doutorado. O Condephaat não mantém arquivos sistemáticos nem de papéis administrativos nem de outros registros, como relatórios de gestão ou propostas de trabalho. Mesmo a coleção das atas de reunião do conselho deliberativo,

algumas vezes, manuscritas em livros, outras, datilografadas em folhas avulsas, apresenta enormes lacunas. Guardados estão os processos de tombamento. Se aprovados, encontram-se no Centro de Documentação e, quando não aprovados, sob a guarda da Seção de Protocolo, constituindo fonte de imensa importância para o estudo das diretrizes de atuação do Condephaat.

A falta de alguns documentos pôde ser suprida com consultas aos arquivos do Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural -- IBPC, no Rio de Janeiro e, com maior proveito, aos da 9ª Coordenadoria Regional do mesmo Instituto em São Paulo. Os resultados foram poucos nos arquivos dos protocolos da Secretaria de Ciências e Tecnologia e da Secretaria de Turismo, às quais o órgão já estivera subordinado, e nos guardados de pessoas que, de diferentes formas, estiveram relacionadas ao Condephaat. Outras informações foram buscadas na imprensa diária e através de entrevistas com ex-presidentes, conselheiros e técnicos, bem como em bibliotecas e arquivos públicos.

A dispersão pareceu-me significativa; ela anunciava a posteriormente confirmada atuação fragmentada do Condephaat, e denunciava sua base administrativa, composta pela desagregadora e continua mutação dos órgãos públicos e pela compartimentada estrutura do Conselho. Esta dissocia as instâncias referentes ao exercício do saber técnico e do poder de instituir o patrimônio paulista. Enquanto o corpo técnico é permanente, o conselho deliberativo é temporário. Tais aspectos dificultam a acumulação de experiências e impedem o desenvolvimento de um processo de reflexão interno ao órgão sobre o sentido das ações preservacionistas e a sistematização de procedimentos, ambos elementos fundamentais, alimentados e alimentadores de uma possível política de preservação.

A estrutura administrativa do Condephaat funciona, assim, como uma estratégia que, na área patrimonialista, espelha a indefinição da política cultural do Estado. A instalação de cada conselho deliberativo corresponde a um novo traçar de

metas cujo alcance é limitado pelo curto espaço de duração dos conselhos, a cada dois anos inteiramente substituídos, fator muitas vezes responsável pela interrupção dos projetos em andamento.

Estas primeiras constatações deram início à definição mais precisa do sentido da pesquisa a ser desenvolvida. Por pertencer ao Condephaat, pensá-lo enquanto objeto de pesquisa exigiu-me esforços no desenvolvimento dos quais confrontaram-se dois sujeitos presentes em minha pessoa, a preservacionista cujo ponto de vista, de dentro, muitas vezes foi embaraçoso e dificultador da visão externa buscada pelo outro, a pesquisadora. Parte de minha biografia profissional, o Condephaat foi duramente construído como objeto de pesquisa e, ao mesmo tempo, objeto de reflexão, exigido pela preservacionista, depois de 12 anos ainda envolvida com a preservação ideal, de modo a que este sujeito não se sobrepusesse àquele, o da pesquisadora que sabe da preservação possível.

Nos limites constituídos pela duplicidade de sujeitos e pela complexidade do objeto e de sua área específica -- o patrimônio --, não sem sofrer a angústia de percorrer novos caminhos, busquei o recorte histórico do tema. Seus limites cronológicos são a criação do órgão, em 1968 e o momento em que se completou um perfil possível de atuação, em 1987.

Este trabalho não busca registrar a história da instituição, embora esta surja como elemento esclarecedor das condições da atuação preservacionista em São Paulo.

O foco da análise volta-se para a atuação criadora de um dos campos da memória nas sociedades contemporâneas, o patrimônio, indagando sobre os conceitos fundamentais e os critérios que a nortearam, bem como o sentido social de suas práticas instituidoras, práticas estas desenvolvidas pelo poder público em constante crise com a

dinâmica urbana e social e com o objetivo de práticas preservacionistas internacionalmente reconhecidas.

Parte dos quadros em que organizei os dados referentes ao patrimônio, embora expressos em números, não têm finalidade quantitativa. Seu objetivo é apenas detectar tendências; a complicada tramitação de processos e o arquivamento sucessivamente refeito sob critérios diversos impedem a absoluta precisão das informações.

Minha pretensão, de início, era finalizar este trabalho logo após o término dos créditos, no segundo semestre de 1987, porém, o atendimento às minhas diversas atividades profissionais, as quais não pude abandonar, embora tivesse recebido uma bolsa do CNPq entre 1986 e 1988, levaria à conclusão da fase de pesquisa em 1991, quando iniciei as entrevistas. Acrescente-se a isso, o confronto com tudo o que significa o papel em branco à minha frente, esperando ser preenchido com o registro de interpretações que, por hábito, vão sendo construídas através de atos de escrita sucessivos, em constante movimento de avanço e retrocesso, revisão interminável do que, supostamente dito, fora apenas insinuado ou do que, lamentado, deveria ter sido apenas constatado.

INTRODUÇÃO

MONUMENTO HISTÓRICO, PATRIMÔNIO E MEMÓRIA

O patrimônio, noção que os antigos romanos referiam à esfera privada do direito de herança, começa a se transformar em herança pública a partir do Renascimento, com a importância artística assumida pelos testemunhos da cultura material da Antiguidade. Desde então, o conceito de patrimônio alargou-se e hoje abarca um amplo universo, que vem se estruturando desde a Modernidade, paralelamente ao cada vez mais acelerado movimento de ruptura com a ordem social na qual a memória constituía o elo dos homens com o passado e o futuro, pois perpetuava a experiência de gerações.

A ruptura originou-se no período das Luzes, quando o desenvolvimento da idéia de progresso, a ampliação do conhecimento científico e a emergência da moderna historiografia estabeleceram uma nova relação entre os homens e o tempo; a vitória da razão intermediou a apropriação da memória. Como lembra Le Goff,¹ a memória afastava-se dos mortos e alargava-se nas enciclopédias e dicionários. Diderot e D'Alembert, ao explicarem o sistema de conhecimentos humanos, colocaram a memória como uma das faculdades de percepção dos seres, a faculdade relacionada à história. Esta e não mais aquela reunia

os exemplos dos antepassados, as mudanças dos acontecimentos, as bases do saber popular e, finalmente, o nome e a reputação dos homens...²

¹Le Goff, 1984, p.11 a 47.

²Diderot e D'Alembert, 1989, p.115.

O conhecimento sobre o vivido -- a história, e não o vivido -- a memória, se impôs como caminho de reaproximação dos homens com o passado; passado construído, incompleto e unívoco em função da ordem imposta pelo presente.

Durante a Revolução Francesa, a destruição de monumentos do Antigo Regime marca o início da forma moderna de proteção do poder público sobre os bens considerados memória da Nação,³ o seu patrimônio. Ao Estado caberia identificar, reconhecer e registrar os objetos "que a história consulta; que as artes estudam, que o filósofo observa, que nossos olhos gostam de fixar (...) que dão existência ao passado",⁴ e, através de sua materialidade, o documentam no presente.

Segundo Chastel,⁵ o cuidado do poder público não definia apenas uma área de atuação mas o próprio poder da cultura, ao mesmo tempo em que a noção de patrimônio moderno incluía cuidados morais e pedagógicos. Instituir os documentos do passado era recriar o passado determinando quem o havia construído; era criar, em torno de monumentos históricos, a identidade nacional como espelho da identidade da classe dominante.

Retomando Riegl, Choay⁶ observa que monumento -- artefato construído com finalidades comemorativas e de memória -- não pode ser confundido com monumento histórico, invenção da cultura ocidental, qualidade possível de ser atribuída a

³ Anteriormente, as autoridades eclesiásticas de Roma -- um dos centros da cultura clássica mais atingidos pela ânsia de colecionar que desde o final do século XVII se alastrava pela Europa -- haviam tomado medidas reguladoras das escavações arqueológicas, do comércio e da exportação das obras da Antiguidade. Os éditos dos cardeais Spinola, em 1704, e Albani, em 1733, estabeleceram alguns critérios para a definição dos bens a serem protegidos, como a ancestralidade e a raridade, além de lhes atribuir qualidades culturais que serviam à erudição dos artistas e de atração para os visitantes da cidade, Ceschi, 1970, p.31.

⁴ Mathieu apud Chastel, 1986, p.412.

⁵ Chastel, 1986, p.412.

⁶ Choay, 1992, p.21-23.

qualquer objeto do passado com o sentido de torná-lo testemunho da história ou suporte de memória, a partir de uma concepção linear de tempo.

Com estes se compôs o patrimônio. Sua importância cresceu durante todo o século XIX, paralelamente ao crescimento da importância da história, como um dos elementos básicos para a formação da consciência nacional. Determinar o patrimônio tornou-se um campo de manipulação simbólica de grande importância, uma vez que, como aponta Chastel,⁷ a idéia de patrimônio está relacionada à perpetuidade dos objetos sagrados, essenciais à comunidade.

A importância dos monumentos correspondeu à expansão da importância do patrimônio e da memória. Cultuados como uma representação do passado, tornados ícones de um mundo superado pela técnica, pela destruição deliberada e pela velocidade, os monumentos históricos passaram a guardar a memória que, não mais podendo habitar o cotidiano, fora absorvida pela história. Os monumentos ganharam, ao mesmo tempo, status jurídico, tratamento técnico e foram apropriados, em especial pelos historiadores da arte, como fonte de conhecimento; pelas mãos dos românticos tornaram-se parte do pitoresco desta nova etapa da sociedade ocidental.⁸

A manutenção das características impressas pelos diversos grupos sociais que habitaram os espaços urbanos é fator de estabilidade social, pois referenciam as vivências comuns, a memória coletiva. Estes espaços, entretanto, só tardiamente se integrariam ao patrimônio; sua via de acesso não seria a história -- esta há pouco os tornou seu objeto -- mas a arquitetura e o urbanismo.

Em 1913, o arquiteto italiano Gustavo Giovannoni, ao atribuir importância à arquitetura menor, abriria a possibilidade de consideração do conjunto urbano -- arquitetura monumental, menor, topografia, traçado e paisagem -- enquanto patrimônio

⁷ Chastel, 1986, p.406.

⁸ Choay, 1992, p.97-102.

urbano,⁹ através do qual as imagens espaciais, referenciais básicos para a memória coletiva, encontrariam justificativa técnica e estética para sua manutenção.

A idéia de patrimônio urbano não teria adeptos fora da Itália. Em 1931, quando apresentada no primeiro encontro internacional que discutiu a preservação de monumentos históricos, realizado em Atenas sob o patrocínio da Comissão Internacional de Cooperação Intelectual, enfrentou forte resistência.¹⁰ No mesmo ano, sobre ela se imporia a doutrina do urbanismo moderno consubstanciada na Carta de Atenas, documento final do 4º Congresso Internacional de Arquitetura Moderna -- CIAM, que, após detida análise da situação urbana, em nome da salubridade e da justiça social, recomendava a substituição de antigos conjuntos e bairros por espaços planejados de tráfego, lazer e moradia. Na cidade cabiam apenas monumentos isolados, expressão de culturas anteriores, contraponto à racionalidade estética e à eficiência dos modernos espaços urbanos. Olhando apenas o futuro, o presente impunha-se como força destruidora da memória.

Os efeitos destruidores da Segunda Guerra sobre o patrimônio europeu abriram espaço para o desenvolvimento de conceitos de conservação e de restauro do patrimônio urbano, ainda entendido na Carta de Veneza, de 1964, como conjunto arquitetônico de "significação cultural e humana". Pouco depois, ampliou-se a influência de Giovannoni, para o qual o valor de uso do patrimônio articulava as preocupações de manutenção das populações em seus locais de origem e de manutenção do ambiente urbano. Estes elementos estão presentes na proposta de "conservação integrada" que, depois de praticada em alguns países europeus, como a Itália, seria consagrada em um documento internacional, a Carta Européia do Patrimônio Arquitetônico, Declaração de Amsterdã, de 1975.

⁹ Choay, 1992, p.110.

¹⁰ Choay in Riegl, 1984, p.7.

A conservação integrada propõe tornar o patrimônio arquitetônico o centro do planejamento urbano e da organização do território. A ação planejadora pretende preservar a composição social e a diversidade sócio-cultural dos locais em que atua. Tendo como matriz o conceito de patrimônio cultural -- meio ambiente, patrimônio natural e cultural -- a conservação integrada absorveu, também, os estudos sobre cultura e memória desenvolvidos pelas Ciências Sociais a partir da década de 50. Desta forma, remete à importância do patrimônio como fator da "continuidade histórica", identidade e segurança necessárias ao homem diante das rápidas transformações das sociedades contemporâneas.¹¹

Um ano mais tarde, na Carta de Nairobi relativa à preservação de conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea, estes foram considerados evidências da diversidade cultural.

O monumento perderia, assim, a aura de excepcionalidade. Como aponta Choay,¹² no século XV, na forma de "antigüidade", ele representou o desdobramento do projeto humanista, contribuindo para a construção de uma civilização da imagem; no século XIX, consagrado pela proteção do Estado, o monumento tornou-se objeto de culto e fundamento da memória nacional. Depois dos anos 60, ele passou a representar a cultura ocidental e seu culto atenderia ao desenvolvimento da indústria cultural.

É, em parte, através da indústria cultural que o homem contemporâneo atende à ânsia de fruição de prazer e consumo do tempo que não dedica à produção. Nessa perspectiva, a valorização recente do patrimônio e a ampliação do público voltado para os monumentos históricos provêm do incentivo do turismo e do lazer.

¹¹ Declaração de Amsterdã, Unisinos, 1986, p.96.

¹² Choay, 1992, p.158-186.

Outros fatores, porém, contribuem para a redefinição do sentido do patrimônio na sociedade contemporânea. Choay observa que ele assumiu a representação da cultura ocidental a partir da mundialização dos valores e referências ocidentais relativas a seu trato, através das convenções e recomendações da UNESCO, entre as quais, a da Conferência Geral de Genebra, em 1972, na qual se criou a categoria "patrimônio cultural da humanidade", para classificar os monumentos históricos de excepcional valor universal, quer do ponto de vista da história, quer da arte e da ciência.

É, porém, a aceleração da história o elemento básico da atual valorização do patrimônio e do passado perdido na massificação dos comportamentos e da cultura. Buscando sair do vazio, o homem tenta suprir a falta de projetos coletivos através da individualização. Ao excesso de informação, reage com a busca de experiências, à destruição programada, com a reconstrução de territórios próprios nos quais incorpora a cultura técnica que, aponta Virilio,¹³ se inscreve no desenvolvimento da eletrônica e cria uma nova dimensão de espaço e de tempo; levando os homens a todos os lugares, sem que eles saiam de seu lugar, torna o tempo sempre presente, sem devir, sem futuro, rompendo a continuidade entre estes e o passado.

Sem projetar o futuro, os homens contemporâneos se tornaram prisioneiros do presente e buscam iluminar o que são por aquilo que já não são. Esse movimento de busca de identidade é responsável pela ânsia de passado que alcança um dos campos de expressão da memória, o patrimônio.

O crescimento da reivindicação do direito à memória, verificado desde a década de 80, é também o do reconhecimento do direito à diferença, à individualização de grupos aos quais a história negou o direito ao passado e o presente sonega o direito de

¹³ Virilio, 1991.

pleno exercício da cidadania. O patrimônio, porém, sendo determinado pela história, representa o oposto da memória coletiva, buscada por estes grupos; ele constitui a memória histórica, e como tal desconhece a pluralidade cultural e as identidades particulares em favor das identidades nacional ou regional.

Instituído pelo Estado como representação do "passado de todos", com o qual poucos se identificam, a quem atende o patrimônio?

PASSADO, REFLEXO DO PRESENTE

MATERIALIZAR A HISTÓRIA

As primeiras idéias de proteção ao patrimônio surgiram no Brasil na década de 10 e integravam uma importante discussão do período, a "questão nacional".

A "questão nacional" envolveu não apenas intelectuais -- que, como observa Pécaut¹, a partir de 1915, tornaram-se agentes políticos que buscavam criar a identidade nacional e superar a crise de representatividade na qual se debatia o regime republicano -- mas, também, amplas camadas da população. Até estas, o ideal nacionalista chegou através de pregações patrióticas e cívicas iniciadas em 1916 por Olavo Bilac, no Rio de Janeiro, ao criar a Liga de Defesa Nacional. Em seguida, outras Ligas se multiplicariam por diversos Estados da Federação e mobilizariam profissionais liberais e professores empenhados na promoção do civismo e da educação.

A Escola, como bem assinalou o *Anuário de Ensino do Estado de São Paulo* de 1918, "desperta as forças latentes do povo (...) funde todas as nacionalidades, dando-nos um povo único, coeso, com as mesmas aspirações".²

Atribuía-se, portanto, à Escola um papel unificador de culturas tão mais importante quanto maior a presença de imigrantes em uma região, pois isso representava a existência de ilhas de múltiplas culturas cuja assimilação se impunha para que se constituísse a Nação. Nesse sentido, o ensino da História, já bastante valorizado enquanto conhecimento do passado da Nação, passou a ser exaltado por seu potencial disciplinador

¹ Pécaut, 1990, p.14-53.

² Apud Bittencourt, 1988, p.98.

e formador. Não apenas nas salas de aula mas nas festas cívicas e comemorativas de datas e heróis nacionais, a História fornecia continuamente os instrumentos simbólicos necessários à moldagem do trabalhador - cidadão brasileiro.³

Nascida pelas mãos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, logo após a Independência, como História Nacional, no início deste século, a História já não correspondia à complexidade da sociedade urbana que se instalava no País, porém, foi evocada para sustentar as inúmeras manifestações do período que buscavam reinstaurar a identidade nacional.

Na história baseou-se um grupo de profissionais arquitetos, que, a partir de 1912, incentivado por José Mariano Filho, convicto defensor da "causa da nacionalidade", buscou compor um estilo nacional, o neocolonial, que procuraria impor-se como expressão dos valores tradicionais da arquitetura brasileira e como opção ao eclético -- tão difundido nas cidades brasileiras por influência da cultura italiana -- considerado como "estranho a este ambiente".⁴

A história seria evocada, também, para justificar as propostas pioneiras de proteção ao patrimônio histórico e artístico, realizadas entre 1917 e 1925. A primeira delas, formulada por Wanderley Pinho, membro do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia -- academia instituída nos moldes iluministas que, com suas demais congêneres, era guardiã da história nacional e pretendia estender essa atribuição às representações materiais da mesma história. O projeto colocava sob a responsabilidade de uma comissão formada por membros da entidade, a proteção dos "monumentos públicos, edifícios particulares de valor histórico ou artísticos e os objetos d'arte".⁵

³ A respeito, consultar Bittencourt, 1988.

⁴ Fabris, 1987.

⁵ Apud Peres, 1974, p.162. Além dos projetos acima citados, foram também apresentados à Câmara, em 1924, o de autoria do deputado mineiro Augusto de Lima, em 1930, o do então deputado pela Bahia, Wanderley Pinho, que seria reapresentado em 1935.

Seis anos depois, em 1923, ao apresentar à Câmara dos Deputados projeto de criação da Inspetoria de Monumentos Históricos dos Estados Unidos do Brasil, o parlamentar pernambucano Luiz Cedro mostrou que não se pretendia apenas a proteção de bens que representavam o passado. Via-se, no patrimônio, uma forma de culto ao passado que alimentava a Nação, pois mobilizava a sua lembrança.

... uma longa e permanente lembrança faz a perpetuidade dos grandes povos, pois uma nação começa a morrer, quando ela esquece. O culto do passado, senhores, não deve limitar-se à comemoração, como nós costumamos fazer das grandes datas nacionais, em discursos de sessões magnas, no hasteamento de bandeira nas repartições públicas e no ócio dos feriados nacionais. Comemoremo-lo também por outros modos menos platônicos, como o de evitar a destruição deste patrimônio que nos deixaram os antepassados.⁶

Em 1925, outro projeto de criação de um órgão nacional de patrimônio, de autoria do parlamentar mineiro Jair Lins, inspirado em teóricos franceses e italianos, retoma indiretamente a postura presente na França em 1793, quando da instalação das comissões responsáveis pela proteção de monumentos e obras de arte:⁷ o valor do patrimônio não era apenas o de materializar o passado mas, também, residia em sua potencialidade moral e pedagógica.

Tanto mais eficiente é a influência das obras de arte e históricas na educação do povo, quanto, por elas, a instrução se faz como que independentemente da vontade de aprender.⁸

Lins relacionava, assim, a proteção ao patrimônio a um dos pontos mais caros ao ideário liberal, a democratização do saber, traduzido pela elite brasileira como

⁶ Idem.

⁷ Chastel, 1986, p.412.

⁸ Brasil, 1980a, p.67.

democratização do ensino. A crença na potencialidade pedagógica do patrimônio seria reafirmada por Mário de Andrade, posteriormente, ao ressaltar que "defender o nosso patrimônio histórico e artístico é alfabetização".⁹

Apesar da importância atribuída ao patrimônio pelos representantes de alguns Estados, em que se concentravam monumentos históricos da colonização, até a década de 30, a história permaneceria o canal privilegiado do culto ao passado. Algumas iniciativas oficiais -- na Bahia, em 1927 e em Pernambuco, em 1928 --, criando Inspetorias Estaduais de Monumentos Nacionais, resultaram em ações limitadas ao inventário dos bens locais, devido às restrições impostas pela Constituição de 1891 que garantia o exercício pleno do direito de propriedade.

A junção de alguns fatores, porém, resultaria na transformação deste quadro. A perda de tradição parecia iminente, pois o País começava a sofrer as conseqüências da industrialização, ainda que desenvolvida de forma localizada, e da metropolização das capitais da região Sul. Em 1930, a instalação de um Estado que se pretendia modernizador, mantenedor da coesão social e guardião dos interesses nacionais, inaugurou uma fase de reordenação institucional e administrativa que implicou a ampliação da intervenção oficial, também, no campo da cultura, o que ampliaria a oportunidade de os intelectuais orientarem a construção do Brasil moderno através do Estado.

Embora a partir de 1937 tenha crescido a manipulação dos símbolos pátrios e das comemorações cívicas por parte do Estado comandado por Vargas, esse movimento pôde contar com o concurso de novos símbolos, os monumentos comemorativos, cuja construção vinha se intensificando desde a década de 20.

⁹ Carta de Mário de Andrade s.d., in Duarte, 1977, p.220/221.

Em 1933, um decreto assinado por Getúlio Vargas, ainda chefe do governo provisório, dava mostras de que o governo federal começava a voltar a atenção para o potencial formador da memória nacional presente nos espaços. O decreto¹⁰ erigia Ouro Preto -- cidade desde a década anterior valorizada pelos adeptos do neocolonial e pelos modernistas por representar a brasilidade que buscavam -- "monumento nacional". Considerando que a cidade fora

teatro de acontecimentos de alto relevo histórico na formação de nossa nacionalidade e que possui velhos monumentos, edifícios e templos de arquitetura colonial, verdadeiras obras d'arte, que merecem defesa e conservação,¹¹

o poder público instituía o primeiro monumento histórico oficial cuja referência era o século XVIII, momento de crescimento da consciência emancipacionista, de maturidade da arte e da arquitetura coloniais, que se tornaria paradigmático para a atuação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional -- SPHAN, organizado pelo governo federal em 1937.¹²

A atuação do SPHAN baseou-se na noção de monumento histórico tomado como testemunho do passado e, nesse campo, preferencialmente, os monumentos arquitetônicos, religiosos e civis, do período colonial, de formas simples, tão caras aos arquitetos modernistas brasileiros. A ação preservacionista do órgão não se limitou a

¹⁰ Decreto nº 22.928, 12.7.1933, in Brasil, 1980, p.89.

¹¹ Idem.

¹² A organização do SPHAN foi precedida de outras medidas do poder público: organização de um serviço de proteção aos monumentos históricos e obras de arte, anexo ao Museu Nacional, através do Decreto nº 24.753, de 14.7.1934; aprovação do artigo 148 da Constituição de 1934, segundo o qual cabe à União, aos Estados e aos Municípios apoiar os trabalhadores intelectuais e a cultura em geral, bem como "proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do país". O SPHAN foi organizado pelo Decreto nº 25, de 30.11.1937. Em 1946 foi transformado em Diretoria sob a sigla DPHAN; em 1970 passou a ser Instituto -- IPHAN, e nove anos depois, como Secretaria, voltou a SPHAN. Em 1981, mantendo esta sigla, transformou-se em Subsecretaria e, em 1990, passou a denominar-se Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural -- IBPC.

reproduzir, através dos documentos materiais do passado, um perfil do País traçado pela história, mas entrelaçou-se a dois processos em curso, o desenvolvimento da arquitetura moderna e a construção de sua representação, a história da arquitetura brasileira. Ambos correspondiam à introdução do estudo da disciplina História da Arquitetura nos cursos de Arquitetura recém-instituídos como campo particular de ensino, separado do de Belas Artes.

Se, por um lado, a intensificação dos estudos sobre a arquitetura brasileira foram motivados pelo interesse pela arquitetura moderna, de outro, fazia parte do esforço de explicação do Brasil desenvolvido por outras áreas de conhecimento, como a Sociologia e a História.¹³

Em seu estudo sobre o SPHAN, Rubino¹⁴ observa que é em *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre, que se explica o exemplar arquitetônico como representação da sociedade colonial, e em Lúcio Costa que se articula o moderno ao tradicional, através da casa brasileira. Ambos, assim, vincularam arquitetura e História do Brasil, função que continuaria a marcar a formação dos arquitetos, especialmente os preservacionistas, e que aparecia no projeto de Mário de Andrade para o Serviço de Patrimônio Artístico Nacional, como um dos elementos da "arte histórica", embora ampliado para "exemplares típicos das diversas escolas e estilos arquitetônicos que se refletiram no Brasil".¹⁵

A valorização exclusiva da arquitetura tradicional, porém, prevaleceria e se tornaria marca da atuação do SPHAN, e que faria da história da arquitetura brasileira o norte para a eleição do patrimônio nacional, já se manifestara em 1937, quando o

¹³ A produção de obras como *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre, *Evolução Política do Brasil*, de Caio Prado Junior, ambas publicadas em 1933, e *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, de 1936, levaram Mota (1980) a classificar o período entre 1933 e 1937 como o "redescobrimto do Brasil".

¹⁴ Rubino, 1991.

¹⁵ Brasil, 1980, p.93.

assistente da 6ª Região do SPHAN, Mário de Andrade, diante de São Paulo, cidade na qual as influências da cultura italiana eram tão fortes a ponto de estarem marcadas na constituição dos espaços, afirmou:

... não é possível entre nós descobrir maravilhas espantosas, do valor das mineiras, das baianas, das pernambucanas e paraibanas em principal. A orientação paulista tem que se adaptar ao meio; primando a preocupação histórica à estética. Recensar e futuramente tomar o pouco que nos resta seiscentista e setecentista, os monumentos onde se passaram grandes fatos históricos. Sob o ponto de vista estético, mais que a beleza propriamente (esta quase não existe) tomar os problemas, as soluções arquitetônicas mais características e originais.¹⁶

Tendo por centro a história da arquitetura brasileira, o SPHAN estabeleceu uma ortodoxia preservacionista que só viria a ser contestada a partir da década de 70, momento em que a discussão sobre patrimônio, no plano internacional, deslocar-se do objetivo de compor as memórias nacionais e da noção de monumento histórico isolado, para a de integração ao planejamento urbano e territorial, e, no Brasil, ampliava-se o debate sobre cultura, em especial, o das relações entre esta e o Estado.

A história da arquitetura brasileira continuaria por longo tempo a tomar seus exemplos nos bens tombados e na arquitetura tradicional, enquanto a ação preservacionista encontraria na história da arquitetura brasileira suas principais justificativas para o reconhecimento e proteção oficiais. Foi através de seu ensino que o SPHAN formou a mentalidade preservacionista dos futuros profissionais do patrimônio cuja especialização se daria na prática, em estágios no "Patrimônio".

Antonio Luiz Dias de Andrade, renomado profissional da área preservacionista, formado no início da década de 70, assim narrou sua experiência:

¹⁶ Carta de Mário de Andrade a Rodrigo Melo Franco de Andrade, em 23.5.1937, in Andrade, M., 1981, p.69.

... sobre a questão do patrimônio, sobre o problema da preservação, na escola comentava-se um problema que surgia, mas muito pouco sistematizado. (...) as questões do patrimônio surgiam não diretamente, mas no curso dos estudos sobre história da arquitetura, (...) estavam relacionadas mais com a pesquisa sobre a arquitetura tradicional do que com a questão teórica ou conceitual do patrimônio, e se dava muito em função da explicação da arquitetura brasileira.¹⁷

A visão do significado dessa relação se completa com a vivência de turmas anteriores, da década de 50, da qual fala Nestor Goulart Reis Filho.¹⁸ Neste período, o Grêmio da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo mantinha atividades culturais de incentivo ao conhecimento da arquitetura tradicional, através do Centro de Estudos Folclóricos. Na sala em que funcionava o Grêmio, sob o olhar inspirador de Mário de Andrade, os estudantes organizavam estudos e levantamentos de campo sobre a arquitetura tradicional paulista; muitos deles foram desenhistas do Patrimônio e assim tiveram seu primeiro contato com as prática preservacionista.

DE SÃO PAULO PARA O BRASIL

Na primeira metade da década de 30, a oposição liberal paulista concentrada em torno da família Mesquita, proprietária do jornal *O Estado de S.Paulo*, conseguiria realizar parte de um programa de atuação, que se estruturara na década anterior, de combate à "crise nacional", que acreditava haver sido causada com o estabelecimento do domínio oligárquico na República.¹⁹ Em seu entender, o combate à oligarquia se faria com a democratização do saber, especialmente através do ensino, fator

¹⁷ Entrevista a Marly Rodrigues em 20.9.1991.

¹⁸ Entrevista a Marly Rodrigues em 14.10.1991.

¹⁹ Ver Cardoso, 1982.

que, combatendo o analfabetismo, possibilitaria a ampliação do direito de voto e, estendido para o grau secundário, à seleção das "élites dirigentes" em todas as classes sociais.

O desenvolvimento deste projeto dependia de condições políticas, em parte alcançadas em 1933, quando Armando de Salles Oliveira foi nomeado interventor em São Paulo. No ano seguinte, por iniciativa do poder estadual, foi criada a Universidade de São Paulo, congregando as faculdades já existentes em torno da recém-criada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras cujo objetivo primeiro era a formação de professores para o curso secundário, considerado celeiro das elites políticas.

A intenção de promover o desenvolvimento cultural e educacional foi o núcleo da formação do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo, cidade cujo governo também estava nas mãos da oposição liberal. Criado em 1934, segundo projeto de Mário de Andrade e Paulo Duarte, o Departamento concentrou suas atividades na expansão da rede de bibliotecas públicas, na organização de arquivos documentais, na criação de parques infantis e no desenvolvimento de pesquisas, especialmente as sociológicas, etnográficas e folclóricas.²⁰

A preocupação com o resgate da cultura paulista faria Mário de Andrade, após a organização do Departamento, propor a ampliação de suas atribuições para a defesa do patrimônio histórico e artístico. Em carta dirigida a Rodrigo Mello Franco de Andrade, ele transcreveu o art.180 do Ato 1146 da Consolidação da Organização Geral da Prefeitura, que colocava sob responsabilidade do Diretor do Departamento de Cultura o

traçar, organizar e fazer executar o plano geral do tombamento de defesa do patrimônio artístico e histórico do Município.²¹

²⁰ Ver Duarte, 1977.

²¹ Carta de 6.4.1937, in Andrade, M., 1981, p.65.

Nessa fase, a idéia de proteção oficial ao patrimônio, antes defendida pelos cultualistas da história, se incorporara ao ideário de modernização do País, abraçado pelos intelectuais, direta ou indiretamente, relacionados ao modernismo e, através deles, como condição de sua própria realização, foi vinculada ao projeto da oposição liberal paulista.

No centro dessa incorporação está o pensamento de Mário de Andrade,²² no qual o interesse pelas "tradições móveis"²³ -- como a dança, a poesia e a cantiga populares, nas quais ele fundava a brasilidade, espécie de civilização específica capaz de inserir os brasileiros na universalidade moderna, sem perda de uma identidade -- fundiu-se ao interesse das "tradições imóveis"²⁴, provavelmente a partir do conhecimento da obra de Freyre e de Costa, bem como do contato com o cultualismo bandeirante do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, ao qual, como grande parte dos intelectuais da época, fora filiado.

Paulo Duarte, companheiro de Mário de Andrade no Departamento de Cultura, eleito deputado pelo Partido Constitucionalista, em 1933, procuraria estender o ideário daquela instituição para o Estado de São Paulo e, posteriormente, para o Brasil, caso o candidato da oposição democrática paulista à presidência da República, Armando de Salles Oliveira, vencesse as eleições programadas para 1938. Seria então criado o Instituto Brasileiro de Cultura, órgão que centralizaria os institutos estaduais a serem organizados a partir do modelo paulista proposto por Paulo Duarte. Tratava-se de dar o

²² O pensamento preservacionista de Mário de Andrade está a merecer pesquisa específica. As hipóteses aqui apresentadas fundam-se na leitura de alguns trabalhos do autor citados na bibliografia e, especialmente, no de Lopez, 1972.

²³ Andrade, M., 1976.

²⁴ Idem.

melhor de São Paulo para melhorar o Brasil. Duarte pretendia estabelecer estreita vinculação entre os institutos e as universidades; os primeiros, sob a forma jurídica de fundações, receberiam subvenções do Estado, segundo o previsto pela Constituição de 1934, uma porcentagem de impostos destinada aos serviços educativos.²⁵

No segundo semestre de 1936, antes que tramitasse no Congresso Nacional o projeto de criação do Serviço de Patrimônio, Paulo Duarte preparava a organização do departamento de patrimônio paulista. Para isso, pretendia tomar como modelo o projeto elaborado por Mário de Andrade a pedido de Gustavo Capanema, no início daquele ano.

A intenção de Paulo Duarte colocaria em cuidados Mário de Andrade e Rodrigo Mello Franco de Andrade, que procuraram contornar possíveis malentendidos, uma vez que São Paulo era um reduto de oposição a Vargas e a criação de um órgão estadual com a mesma finalidade do serviço federal poderia trazer problemas de atribuição e ferir as perspectivas centralizadoras da União. De fato, Capanema solicitaria

retardar por algum tempo a apresentação do projeto estadual, até que se saiba ao certo o que a Câmara fará do serviço federal.²⁶

Em outubro de 1936, Capanema e Rodrigo elaboraram a mensagem presidencial que remetia o anteprojeto do SPHAN à Câmara. Diante disso, Paulo Duarte adiou a apresentação de seu projeto de modo a incorporar artigos de interesse que porventura iriam constar da lei federal. Um ano depois nada se resolvera em relação ao Serviço Nacional e Duarte apresentou seu projeto ao Legislativo paulista.²⁷ O fato foi

²⁵ Duarte, 1977, p.61.

²⁶ Carta de Rodrigo M.F. de Andrade para Mário de Andrade, em 25.9.1936, in Andrade, R. 1987, p.121.

²⁷ Projeto de Lei nº 279, apresentado na 74ª Sessão da Assembléia Legislativa de São Paulo, em 7 de outubro de 1937.

precedido de intensa campanha entre junho e novembro de 1937, no jornal *O Estado de S.Paulo*.

É compreensível que *O Estado*, porta-voz de parte da oposição democrática paulista, diário que prestava total apoio a Armando de Salles Oliveira, tenha abraçado a defesa do Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico de São Paulo.

Durante aproximadamente cinco meses foram publicados artigos e discursos de Paulo Duarte, editoriais, ofícios, comentários e cartas de apoio de intelectuais e instituições tão diversas como a Academia Paulista de Letras, a Sociedade de Sociologia, o Instituto de Estudos Genealógicos, a Sociedade de Etnografia e Folclore e o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Este passaria a coordenar a campanha um mês após seu lançamento.

A exemplo do que ocorrera na França no final do século XVIII -- quando a ala moderada da burguesia alcançou o poder, consagrou o termo vandalismo como "crime contra o patrimônio" e passou a controlar a destruição dos monumentos provocada pelos *sans-culottes* durante o processo revolucionário -- a campanha paulista também opunha vandalismo e proteção. Intitulada "Contra o vandalismo e o extermínio", ela mobilizou liberais e conservadores aos quais, por razões diversas, parecia imprescindível salvar os "documentos materiais da história de São Paulo",²⁸ ameaçados pelo progresso, pela incúria dos homens -- estrangeiros indiferentes ou caboclos brancos, em suma, o povo inculto -- e pelo descuido dos poderes públicos.

Para os liberais, a ação de proteger o patrimônio guardava um caráter educativo. Plínio Ayrosa, em um artigo no qual defendia a criação do Departamento, apontava a falta de amor ao passado como uma característica do nosso povo cujo cosmopolitismo impedia a formação de uma consciência nacional; as instituições

²⁸ Duarte, 1938, p.29.

culturais, segundo Ayrosa, tinham o papel de aproximar "o povo das coisas de sua terra".²⁹

Do ponto de vista conservador, a iniciativa de Paulo Duarte propiciaria o resgate do que se supunha estar ameaçado pela ordem social urbana, ao mesmo tempo em que representava o reconhecimento do valor de um passado que se julgava comum. Afonso José de Carvalho, em discurso pronunciado no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, classificou a criação de um órgão de patrimônio como um esforço de

exaltação e reabilitação dos homens e dos fatos até então nunca desenvolvido através da conservação das verdadeiras testemunhas imóveis da arte, do engenho e da vontade dos antigos varões formadores da história bandeirante.³⁰

Os remanescentes materiais que referenciavam opiniões tão diversas compunham um só corpo representativo, o da história bandeirante. Esta fora construída desde o final do século XIX no interior do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo por uma elite que pretendia estruturar a República. Como registra Schwarcz,³¹ construiu-se uma história regional que procurava dar conta da totalidade brasileira.

Sintetizada na figura do bandeirante, a história paulista foi revigorada durante a década de 20, momento de avanço da oposição democrática, que a usaria como emblema, e do nacionalismo, no quadro do qual se impunha o conhecimento do "nosso passado", também como fator de nacionalização do filho do imigrante, condição necessária para se constituir "em bases sólidas a mentalidade de nova geração de brasileiros".³²

²⁹ Publicado em 16.6.1937, in Duarte, op.cit., p.172.

³⁰ Sessão de 5.10.1937, in Duarte, 1938, p.224.

³¹ Schwarcz, 1989, p.45-50.

³² Discurso de Alfredo Ellis, in São Paulo, Câmara dos Deputados, *Anais da Sessão Ordinária de 1926*, 51ª sessão, 30.9.1926. Em 1924 iniciou-se a publicação da obra de Afonso Taunay, *História Geral das*

A veemente retórica de Paulo Duarte encontrou, por isso, campo fértil ao apontar o calamitoso estado de conservação dos "documentos materiais da história de São Paulo", como Cotia "que já não tem nada da Acúcia de Fernão Dias Pais e Gaspar Godói Moreira".³³

Baseado no estudo de Mário de Andrade, no anteprojeto de lei redigido por Rodrigo Mello Franco de Andrade e nas legislações francesa e italiana, Paulo Duarte propôs um Departamento cuja atribuição era

prover e superintender aos serviços de organização, guarda, tombamento, preservação, defesa, enriquecimento e propaganda do patrimônio histórico e artístico de São Paulo.³⁴

Cabia ao Departamento a administração de alguns museus a serem criados no Estado, o controle do trabalho de missões científicas estrangeiras e a promoção de publicações.

O Departamento seria composto por um Conselho Consultivo, do qual fariam parte oito profissionais -- historiador, etnólogo, arqueólogo, músico, pintor, escultor, arquiteto e bibliófilo -- com mandato de dois anos e substituição de apenas 50% dos conselheiros a cada ano, de modo a permitir a continuidade dos trabalhos.³⁵

Enquanto o projeto de Paulo Duarte estava sendo revisto pela Comissão de Educação e Cultura da Assembléia paulista -- após a apresentação de 54 emendas cuja finalidade era desvincular a proteção do patrimônio histórico da proteção do patrimônio

Bandeiras Paulistas; Washington Luiz fez publicar os primeiros volumes de *Documentos de interesse para a história de São Paulo*; Afonso Taunay, diretor do Museu Paulista, ao completar a decoração do edifício para as comemorações do centenário da Independência, criou alegorias que vinculavam os bandeirantes ao momento de emancipação.

³³ Artigo publicado no Suplemento em Rotogravura de *O Estado de S.Paulo* em 1937, in Duarte 1938, p.29.

³⁴ Projeto de Lei nº 279. *Anais da Sessão Ordinária da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo*, 1937.

³⁵ *Idem*.

artístico, proposta que atendia os interesses contrários à integração da Pinacoteca³⁶ ao Museu de Artes Plásticas a ser criado, subordinado ao Departamento do Patrimônio --, aconteceu o golpe do Estado Novo, em 10 de novembro, em decorrência do qual foram suspensos o funcionamento do legislativo e as eleições.

Pouco tempo depois, uma carta de Rodrigo Mello Franco³⁷ a Mário de Andrade revela ter havido alguma movimentação -- provavelmente encabeçada pelo próprio Paulo Duarte -- no sentido da criação do Departamento, através de decreto do Executivo paulista. De fato, nenhuma medida se concretizou.

OUTRAS TENTATIVAS

De 1937 a 1968, a preservação do patrimônio paulista foi atribuição exclusiva do poder federal. Esta atuação configurou como características do patrimônio paulista as edificações remanescentes do povoamento do litoral, as casas rurais bandeiristas, sedes de antigas fazendas de café, capelas e igrejas dos seiscentos.

Desvinculado da dinâmica imposta pela industrialização e pela urbanização do Estado, verificada neste período, o patrimônio configurou-se como assunto acadêmico, que dizia respeito apenas a especialistas e distante da maioria da população que o via como parte de "pontos turísticos" ou como elementos de rememoração, promotores de certa nostalgia, diante do desaparecimento contínuo de outras "construções antigas", especialmente nos grandes centros.

³⁶ Desde janeiro de 1932, por força do Decreto nº 5361, a Pinacoteca achava-se sob guarda da Escola de Belas Artes, entidade privada dirigida por Paulo Vergueiro Lopes de Leão.

³⁷ Carta de 3.12.1937, in Andrade, R., 1987, p.141.

Desprovido de sentido social -- aspecto acentuado depois da Segunda Guerra, que faria do patrimônio um dos elementos do planejamento urbano --, sua defesa não era ainda assumida pela população, como de resto as demais questões referentes à cultura, como um direito, o que agravava as condições de conservação do acervo tombado, evidenciando o descuido do Estado com a coisa pública.

Neste quadro é compreensível que a proposta de extensão da responsabilidade do poder estadual sobre o patrimônio partisse de Luis Saia, chefe do 4º Distrito do DPHAN, no início da década de 50.

Usando uma das competências do órgão federal, a realização de acordos com vista a "melhor coordenação e desenvolvimento das atividades relativas à proteção do patrimônio",³⁸ um projeto de autoria do deputado Antonio da Cunha Bueno foi tornado lei pelo governador Lucas Nogueira Garcez em 1951;³⁹ a Lei nº 1048 previa a criação de um serviço de patrimônio que atuaria "sempre em colaboração com o órgão federal". O acordo deveria ser elaborado por uma comissão e aprovado pelo Legislativo. Uma carta enviada por Rodrigo Mello Franco de Andrade a Sérgio Buarque de Holanda continha em anexo um anteprojeto e mencionava que um esboço de acordo havia sido submetido à comissão da qual participara este último.⁴⁰

O acordo teria, assim, ao menos em suas linhas gerais, sido elaborado no âmbito do DPHAN. O documento *Sugestões para uma fórmula de colaboração*, provavelmente elaborado por Luis Saia, demonstra que, mais do que transformações na estrutura de proteção ao patrimônio, buscava-se ampliar a possibilidade de ação do órgão federal. O *Sugestões* estabelecia uma espécie de hierarquia cultural dos bens

³⁸ Decreto-lei nº 25, Art.23, in Brasil, 1980a, p.111-119.

³⁹ Lei nº 1048, 5.6.1951. *A Gazeta*, 6.6.1951.

⁴⁰ Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural, Arquivo 9º CR, Pasta AD24.1, doc.003.

arquitetônicos cuja responsabilidade financeira de manutenção era dividida entre o poder estadual e o federal, a saber: "As casas grandes rurais do segundo século, (...) documentos únicos em todo o Brasil", e as residências urbanas e rurais do século XVIII, das quais interessava "resguardar pelo menos um documento de cada tipo de arquitetura", caberiam ao DPHAN. Aquele exemplares que, "embora excelentes documentos, não apresentam importância nacional" ficariam a cargo dos cofres estaduais cabendo, porém, ao órgão federal a exclusividade de "orientação na aplicação de verbas" e de assistência técnica.⁴¹

Mantinha-se, portanto, a garantia de que os cuidados com o patrimônio continuariam a ser aplicados segundo a prática já estabelecida.

No anteprojeto esta distinção não aparecera, ao serviço estadual caberia colaborar com o DPHAN e "velar pela preservação do acervo histórico e artístico regional". Suas atribuições eram:

inventariar, estudar e classificar as coisas móveis e imóveis de valor histórico, artístico, arqueológico e etnográfico, assim como os sítios naturais a eles equiparados e quaisquer outros bens de natureza equivalente.⁴²

Não era de sua competência tombarem, mas apenas organizar uma listagem de bens que, embora não tombados pelo órgão federal, devessem ser "preservados e zelados como parte integrante do patrimônio histórico e artístico de São Paulo".⁴³

Seis anos depois nada fora resolvido. Em 1957, Jânio Quadros, então à frente do governo do Estado, manifestou a intenção de ampliar a ação cultural de seu governo, nomeando uma comissão composta por Sérgio Buarque de Holanda, Lourival

⁴¹ Idem, doc.006.

⁴² Idem, doc.002.

⁴³ Idem.

Gomes Machado e Ernani da Silva Bruno, para elaborar o anteprojeto de criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado de São Paulo.⁴⁴

Pretendeu-se, então, criar um órgão com plenos poderes. Em razão disso, um editorial de *O Estado de S. Paulo*, depois de elogiar a idéia, recomendava a realização de um convênio entre Estado e União de modo a serem evitadas "prejudiciais concorrência e interferência".⁴⁵

Ainda desta vez o serviço estadual de proteção ao patrimônio não seria constituído. A administração Quadros optou por orientar sua ação no campo da "cultura histórica" para a instalação de museus históricos e pedagógicos na sede de diversos municípios paulistas. Partindo de uma perspectiva cívica e disciplinadora, os museus visavam "manter permanente culto das tradições nacionais".⁴⁶

Com o objetivo de complementar a ação dos museus, o governo estadual também criou o Serviço de Reconstituição Histórica Municipal,⁴⁷ que em cada município deveria incentivar a pesquisa das histórias locais.

Posteriormente, a instalação de um órgão estadual de patrimônio foi incluída, em 1962, entre as propostas do 2º Plano de Ação do governo Carvalho Pinto, mas também não se efetivou.

⁴⁴ *Diário de São Paulo*, 28.10.1957, p.12.

⁴⁵ *O Estado de S. Paulo*, 29.11.1957, p.2.

⁴⁶ Mensagem do governador Jânio da Silva Quadros à Assembléia Legislativa em 14.3.1958, São Paulo: Imprensa Oficial, 1958, p.162. Os Museus Históricos Pedagógicos foram criados pelo Decreto nº 26.218 de 3.8.1956.

⁴⁷ Decreto nº 32.767 de 16.6.1958.

UM SERVIÇO DE PATRIMÔNIO DE SÃO PAULO

A proteção do governo paulista se estenderia ao patrimônio histórico apenas em 1968, com a criação do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Turístico -- Condephat, cujas atribuições um ano depois atingiram a guarda do patrimônio arqueológico, razão do acréscimo de mais uma vogal em sua sigla.

A criação do Condephaat tornou-se possível quando frações conservadoras e tradicionalistas da burguesia paulista buscaram reafirmar a identidade bandeirante nos limites do quadro autoritário estabelecido em 1964. O ato protetor pressupunha uma ameaça de destruição quase sempre atribuída, pelos que escrevem a história, àqueles que nela não são incluídos. Essa idéia já estivera presente na campanha de Paulo Duarte, "Contra o vandalismo e o extermínio", mostrando que de há muito as elites intelectualizadas de São Paulo haviam estendido sua "missão civilizadora" à proteção do patrimônio.

Proteger o patrimônio era mais um traço distintivo desse grupo em relação aos demais que compunham a sociedade. Em seu discurso de final de mandato, em 1971, Lucia Piza Figueira de Mello Falkenberg, primeira presidente e uma das idealizadoras do Condephaat, referindo-se aos conselheiros afirmou:

Cada um de nós, independentemente, em diferentes posições e em diferentes situações, há muito lutava desesperadamente em defesa deste patrimônio que desaparecia dia a dia em mãos ignorantes, de interesses particulares e acima de tudo dos que desconhecem o que é brasilidade.¹

¹ IBPC, Arquivo 9º CR, Pasta AD24.2, Doc.005.

As condições propícias à criação do Condephaat surgiram durante a gestão de Roberto Costa de Abreu Sodré, em 1967 eleito indiretamente pela Assembléia Legislativa.

O Grupo Executivo da Reforma Administrativa - GERA, por ele instituído, reorganizou a administração estadual criando, entre outros órgãos, a Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo, à qual foram sendo agregadas instituições culturais antes localizadas nas Secretarias de Governo e de Educação.²

Um dos responsáveis pelo GERA, Luís Dória,³ observa que não existia então um programa de governo articulado antecipadamente, o que daria chance à concretização de propostas de diferentes setores da sociedade, segundo sua possibilidade de acesso aos canais de decisão. Assim, José Bonifácio Coutinho Nogueira, em 1967, articulou a organização da Fundação Padre Anchieta, destinada a promover atividades educacionais e culturais através do rádio e da televisão. Luiz Arrôbas Martins, secretário do Planejamento e, depois, da Fazenda, empenhou-se na organização do Festival de Inverno de Campos do Jordão, na instalação do Museu de Arte Sacra e, com a assessoria de Waldisa Russio, dos Museus da Imagem e do Som, da Casa Brasileira e do Paço das Artes.

Tais iniciativas, inscritas no quadro da expansão do mercado cultural, não obedeceram a um plano estabelecido a partir de uma política de governo, mas refletiram, segundo Waldisa Russio,⁴ os projetos de uma vanguarda política e intelectual que pôde operar aproveitando contradições do governo autoritário e traduzindo, à sua maneira, a

² Na Secretaria de Cultura, criada pelo Decreto nº 49.165 de 29.12.1967, foram sendo localizados o Arquivo do Estado, o Serviço de Museus Históricos, o Serviço de Fiscalização Artística, a Pinacoteca e o Conselho Estadual de Cultura.

³ Entrevista a Marly Rodrigues em 21.2.1992.

⁴ Entrevista a Maria Lucia Pinheiro Ramalho e Walter Pires, em 25.4.1984, Centro de Documentação do Condephaat.

obrigação constitucional de o Estado amparar a cultura. Congregando opositoristas de diversos matizes, ela procuraria superar o didatismo que marcara o discurso nacional-populista e projetar a popularização de uma visão erudita da cultura brasileira.⁵

Durante a mesma gestão, outras maneiras de entender a cultura também tiveram espaço para expressar-se. A proposta de criação de um órgão de defesa do patrimônio nasceu da mesma matriz conservadora e tradicionalista que influíra na criação dos Museus Históricos e Pedagógicos e do Serviço de Reconstituição Histórica, na segunda metade da década de 50, durante a gestão Jânio Quadros, através de Vinício Stein Campos.

Vinício Stein Campos e Lucia Falkenberg estavam entre os fundadores do Instituto Histórico e Geográfico de Guarujá e Bertioga, criado em 1958 e, dois anos depois, reconhecido como de utilidade pública. Entre seus objetivos constava o de

identificar e preservar os marcos referenciais da colonização portuguesa no litoral paulista, desde o século XVI, que se encontravam em completo abandono e cuja perda seria inestimável à constituição da memória social.⁶

A ação do Instituto ia ao encontro do que preconizava o Decreto Estadual de 1958 referente à reconstituição do quadro histórico dos municípios paulistas; ele promoveria cursos, comemorações cívicas, organizaria museus e incentivaria o restauro de remanescentes da ocupação lusitana no litoral.⁷

⁵ Seu projeto mais ambicioso foi a criação do Centro Estadual de Cultura cuja proposta coube a um grupo especial organizado em 1970; os estudos foram interrompidos na gestão Laudo Natel. O Centro, integrado ao Palácio dos Campos Elíseos -- onde deveria ser instalado o Museu da Civilização Urbana do Café, segundo proposta de Paulo Emilio Salles Gomes --, concentraria a maior parte das atividades culturais promovidas pelo governo.

⁶ IHGGB, s.n.t.,p.13.

⁷ Idem, p.17-33.

Museus Pedagógicos, Serviços de Reconstituição Histórica e Instituto afiguram-se pontos constitutivos de um mesmo projeto de defesa da tradição cujo complemento seria a criação do Condephaat. Como observou Lucia Falkenberg, o Conselho atendia à urgência de "coibir as destruições sucessivas que vinham dizimando o patrimônio cultural de São Paulo".⁸ A proteção pretendida, embora formalmente não difira da proposta pelo órgão federal de patrimônio, se origina de uma perspectiva diversa daquela que orientara a ação deste, pois guardava um profundo sentido cívico, aliado ao sentido turístico, ambos de interesse do poder público.

A intervenção do Estado na cultura, que, desde 1964, se tornara incisiva, alcançaria o patrimônio histórico sob o ponto de vista de sua valorização econômica. Este aspecto fazia parte do documento final do encontro promovido pelo Departamento de Assuntos Culturais da Organização dos Estados Americanos - OEA, realizada em Quito, em novembro de 1967, do qual o Brasil foi signatário. Os projetos de valorização do "patrimônio monumental" deveriam fazer parte dos planos de desenvolvimento nacional e serem realizados simultaneamente com o equipamento turístico das regiões envolvidas. Recomendava-se, ainda, a cooperação dos interesses privados e o respaldo da opinião pública para o desenvolvimento dos projetos.⁹

A exploração sistemática das atividades turísticas estava entre as intenções do governo Castelo Branco. Ele instituiu o Conselho Nacional de Turismo e a Empresa Brasileira de Turismo -- Embratur,¹⁰ ambas voltadas a coordenar as atividades do turismo às necessidades do desenvolvimento econômico e cultural, e o Sistema Nacional de

⁸ *O Estado de S. Paulo*, 18.3.1971, p.5.

⁹ Encontro de Quito, in Unisinos, 1986, p.75.

¹⁰ Decreto-lei nº 55, de 18.11.1966.

Turismo, este em 1967, ano em que também se realizou o I Encontro Oficial de Turismo Nacional.

A criação do órgão de proteção ao patrimônio em São Paulo inscreveu-se, portanto, nos contornos do culto cívico ao passado e da consagração pragmática deste mesmo passado, enquanto produto de consumo cultural valorizado com a expansão da indústria do turismo. Essas concepções opunham-se àquela, de matriz modernista, que orientara a formação do SPHAN e dos profissionais que atuavam no "Patrimônio", segundo a qual o passado era referência para a constituição da nacionalidade e fonte de conhecimento da história da arquitetura. Não sensibilizavam, também, aqueles que, na universidade, dedicavam-se à produção do conhecimento, mesmo o da história, cujo campo de trabalho circunscrevia a pesquisa acadêmica e a docência.

Embora anteriormente apresentada ao governador Laudo Natel,¹¹ a idéia de criação de um órgão estadual de patrimônio só pode desenvolver-se durante a discussão da nova Constituição Estadual. Em maio de 1967, a deputada Dulce Sales Cunha Braga propôs à Assembléia Legislativa a emenda nº 565, que previa fosse incluída no texto constitucional a criação do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado. A proposta seria vetada pela Comissão Especial por considerar que a "matéria seria melhor tratada por lei ordinária".¹²

A parlamentar, porém, voltaria ao plenário argumentando com a "convicção de estar defendendo uma causa justa":

¹¹ Entrevista de Lucia Falkenberg a Maria Lucia Pinheiro Ramalho e Walter Pires, s.d., Centro de Documentação do Condephaat.

¹² São Paulo, Assembléia Legislativa de São Paulo, GAT -- Seção de Documentação. Proposições apresentadas à Constituição do Estado de São Paulo, 1967/1975. Parecer nº 385/67, relator Sólton Borges dos Reis, p.32.

Justamente nesta época de subversão dos valores artísticos e desprezo dos valores históricos, impõe-se a criação de um órgão estatal nem sequer oneroso ao erário estadual, que promova não somente o levantamento do patrimônio espiritual dos paulistas como também a defesa deste mesmo patrimônio, através de projetos e propostas de governo, através da defesa de nossa paisagem, considerada mundialmente "monumento natural", defesa de nossas bibliotecas, museus, obras de arte, igrejas, inclusive assistência técnica, artística aos municípios que necessitem (...). Todas as atividades que pretendemos reunir como atribuição desse Conselho se acham esparsas e perdidas junto a órgãos pertencentes a diversas secretarias de Estado, numa flagrante evasão de esforços que se deveriam concentrar na consecução de um objetivo comum.¹³

Apesar do exagero retórico próprio da tribuna, a fala da deputada deixa entrever um órgão centralizador, de funções tão amplas quanto pouco definidas. Apesar disso, sua criação foi consignada no Artigo 128 da nova Constituição.

Em setembro de 1967, o governador Sodré assinou a Resolu o n  1.926, instituindo na Secretaria de Governo, sob a responsabilidade do titular da pasta, uma comissão especial para elaborar um anteprojeto de lei dispondo sobre o amparo à cultura e a prote o do patrimônio histórico, artístico e turístico do Estado. A Comissão foi composta pelo assessor cultural da Secretaria de Governo, Miroel Silveira; pelo procurador do Estado, Olavo Fernandes; por Vinicio Stein Campos, diretor do Serviço de Museus Históricos e Pedagógicos da Secretaria de Educa o; por Lucia Piza Figueira de Mello Falkenberg, presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Guarujá-Bertioga; por Eurípedes Simões de Paula, diretor do Museu de Arte e Arqueologia da USP; e pelo jornalista Francisco Ruiz Ribeiro.¹⁴

¹³ Discurso, 31ª Sessão Extraordinária, 8.5.1967, Assembléia Legislativa de São Paulo, DROAG, Caixa 25, 1967. Também publicado no *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, 12.5.1967.

¹⁴ *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, 20.9.1967, p.7.

O projeto elaborado pela Comissão -- que contara extra-oficialmente com a colaboração de Paulo Duarte e Rodrigo Mello Franco de Andrade -- segundo Waldisa Russio,¹⁵ passaria pelo GERA com ordens expressas de não sofrer alterações de estrutura. Deste modo, embora alvo de críticas de funcionários administrativos relativas às representações do Conselho que não correspondiam aos órgãos que, naquele momento, se ocupavam da cultura em São Paulo, apenas foram verificados os dispositivos referentes à viabilização financeira do órgão.

Em agosto de 1968 o executivo encaminhou o projeto de lei para a aprovação na Assembléia. Nas considerações preliminares o governador ressaltava:

A preservação de tal patrimônio constitui, antes de mais nada, dever do Estado, não só pelo resguardo desses valores culturais da população, mas também pelos atrativos que deles resultam como imediata repercussão no âmbito do turismo.¹⁶

O projeto tornou-se a Lei nº 10.247, de 22 de outubro de 1968, promulgada por Abreu Sodré durante solenidade realizada no Palácio dos Bandeirantes, em dezembro do mesmo ano. Durante a solenidade, o governador foi condecorado com a medalha Martim Afonso de Souza, distinção conferida pelo Instituto Histórico e Geográfico de Guarujá-Bertioga a personalidades que se destacam por relevantes serviços prestados à Pátria.¹⁷

Na imprensa diária o processo de criação do Conselho não mereceu destaque e a cerimônia de assinatura foi anunciada sem comentários. Sua criação ia ao encontro da política federal de ampliação da participação do Estado em diversas áreas da

¹⁵ Entrevista, *op.cit.*, Centro de Documentação do Condephaat.

¹⁶ *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, 15.8.1968, p.55.

¹⁷ *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, 23.10.1968, p.1.

produção cultural, fato, entre outras medidas, posteriormente firmado no documento resultante do Encontro Nacional para a Defesa do Patrimônio, o Compromisso de Brasília, de 1970. Nele, reconhecia-se a necessidade de uma "ação supletiva dos Estados e Municípios à atuação federal no que se refere à proteção dos bens culturais de valor nacional".

Em janeiro de 1969, quando os nove membros do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico se reuniram pela primeira vez, apenas estavam estabelecidas as condições mínimas para o funcionamento do órgão.

Composto por conselheiros escolhidos pelo governador como representantes da Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo; da Universidade de São Paulo, Departamento de História e Instituto de Pré-História; dos Institutos Históricos e Geográficos de São Paulo e de Guarujá-Bertioga; do Instituto dos Arquitetos do Brasil - Seção de São Paulo; da Cúria Metropolitana de São Paulo e da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o conselho deveria adotar

todas as medidas para a defesa do patrimônio histórico, artístico e turístico do Estado, cuja conservação se impunha em razão de fatos históricos memoráveis, do seu valor folclórico, artístico, documental e turístico, bem como assim dos recantos paisagísticos que mereçam ser preservados.¹⁸

Porém, a lei que determinava sua competência era omissa em relação à estrutura administrativa necessária à sustentação das atividades. Essa foi sendo definida lentamente, e obrigou os conselheiros a acumularem, por um longo tempo, funções técnicas e administrativas, o que os levaria a protestar, paralisando as atividades do Conselho entre maio e agosto de 1969.

¹⁸ Lei nº 10.247 de 22.10.1968.

A urgência em regulamentar as atividades levava os conselheiros a elaborarem um anteprojeto de lei no qual procuraram contornar também o que lhes parecia falhas da Lei nº 10.247, como a omissão relativa ao suporte financeiro das atividades preservacionistas, e o estabelecido no Artigo 6º, o uso dos próprios do Estado tombados exclusivamente para a instalação de museus; ou, ainda, a indeterminação das "autoridades competentes", às quais o Artigo 2º remetia a decisão dos tombamentos propostos. Na opinião de Paulo Duarte, conselheiro representante do Instituto de Pré-História, o tombamento cabia ao Conselho que, ao contrário, deixaria de "ser o executor do preceito constitucional",¹⁹ tendo desta forma seu trabalho invalidado.

O comentário sugere mais adiante pretender-se para o Conselho extrema autonomia, condição própria dos que se propõem realizar uma "missão". Algumas observações de Rodrigo M.F.de Andrade a respeito do anteprojeto - inspirado no Decreto nº 25 que criara o SPHAN em 1937 -- parecem apontar para uma certa exacerbação de poderes, que comprometeria a constitucionalidade do projeto, especialmente no que se refere às restrições do exercício e uso da propriedade privada e a possíveis dificuldades de aplicação de uma lei estadual, diante de lei federal sobre a mesma matéria. Sugeriu, por isso, que o anteprojeto se referisse ao Artigo 172 da Constituição Federal de 1967, que colocava sob proteção especial do poder público "os documentos, as obras e os locais de valor histórico e artístico, os monumentos e paisagens naturais notáveis e as jazidas arqueológicas"; sugeriu também menção ao Decreto nº 25 e, por último, que se estabelecesse a precedência dos bens tombados pela União, para a inscrição nos livros do Tombo.²⁰

¹⁹ Reunião do Conselho, Ata nº 2, 8.I.1969, Centro de Documentação do Condephaat.

²⁰ Carta a Luis Saia, em 2.2.1969, Arquivo 9º CR IBPC, Pasta AD24.1, doc.011.

Em 1º de setembro de 1969, o governador assinou o Decreto-lei nº 149 dispondo sobre o tombamento de bens; a regulamentação das atividades do Conselho seria, finalmente, estabelecida através de um Decreto que não recebeu número, possivelmente calcado no anteprojeto de autoria dos conselheiros. Nele foram estendidas as atribuições do Conselho ao patrimônio arqueológico, o que, em parte, se deve ao empenho de Paulo Duarte, há muito envolvido na obtenção da proteção do Estado às áreas de interesse arqueológico. O Decreto estabeleceu, também, ser competência do secretário de Cultura, Esporte e Turismo, a deliberação final sobre os tombamentos. Porém, não fazia referência ao apoio financeiro do órgão e à utilização dos bens públicos tombados.

Do ponto de vista administrativo, o Decreto estabelecia a figura de secretário do conselho deliberativo, eleito entre seus membros. O cargo foi ocupado pela primeira vez por Vinício Stein Campos, que nele permaneceu até outubro de 1971, quando Ruy de Azevedo Marques foi indicado para a Secretaria Executiva do Condephaat, criada pelo Decreto nº 52.620, de 21 de janeiro de 1971, que também estabelecia a composição e as atribuições das unidades técnicas do órgão.²¹

À Secretaria Executiva, com exceção do conselho deliberativo, estavam subordinadas todas as unidades componentes do Condephaat: Comissão Técnica de Estudos e Tombamentos, Serviço Técnico de Conservação e Restauro, Seção Técnico-Auxiliar e Secretaria de Administração, cujas competências administrativas e técnicas, também, foram determinadas no Decreto. Os bens tombados deveriam ser inscritos em cinco livros do Tombo, o arqueológico, o etnográfico, o paisagístico, o das artes aplicadas, o das Artes, o das artes populares e o histórico.

²¹ Também exerceram o cargo de secretário executivo do Condephaat: José Geraldo Nogueira Moutinho, 1977-1979; Aldo Nilo Losso, 1979-1983; Celso Marchi, 1983.

Em 1975, ao iniciar sua gestão no governo do Estado, Paulo Egydio Martins criou a Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia,²² à qual foi integrado o Condephaat. Pouco depois, em 3 de fevereiro de 1976, o secretário José Mindlin assinou o Decreto nº 7.516 acrescentando ao conselho mais duas representações da Universidade de São Paulo -- do Departamento de História da Arquitetura da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas --; uma da Comissão de Artes Plásticas do Conselho Estadual de Cultura; e uma da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil -- CNBB, totalizando treze conselheiros.

Essas medidas atendiam à solicitação contida em um documento enviado ao secretário no qual fora apontada a duplicidade de representações dos Institutos Históricos e a falta de representação de áreas especializadas, o que, diante das cada vez mais freqüentes exigências de decisão sobre o valor de áreas naturais e de coleções de pintura, se tornava imprescindível.²³

Em razão disso, o Decreto também estabeleceu a escolha de conselheiros em lista tríplice, acompanhada de *curriculum vitae* dos profissionais indicados pelas entidades representadas. O mesmo documento instituiu, ainda, a vice-presidência do Conselho que, da mesma forma que a presidência, era de escolha do governador, entre os conselheiros designados.²⁴

Essas disposições foram posteriormente ratificadas no decreto que reorganizou a Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia.²⁵

²² Decreto nº 5.929, de 15.3.1975.

²³ Relatório de Atividades, 1974; organizado por Ruy de Azevedo Marques, entregue a José Mindlin em 31.3.1975.

²⁴ Decreto nº 7.516, de 3.2.1976, respectivamente § 2º e 3º.

²⁵ Decreto nº 7.730, de 23.3.1976.

Uma nova ampliação do conselho deliberativo efetivou-se em 1983, quando da reorganização da Secretaria de Cultura, criada pelo governador Paulo Salim Maluf, em 1979.²⁶ Foram, então, incluídas representações dos Departamentos de Ciências Sociais e Antropologia de todas as universidades públicas do Estado e ampliadas as representações dos Departamentos de Geografia, História e História da Arquitetura para a Universidade de Campinas e para a Universidade Estadual Paulista.

Outro decreto, nº 22.986, de 30 de novembro de 1984, acrescentou ao conselho deliberativo mais duas representações, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento e da Secretaria de Esporte e Turismo, totalizando 25 conselheiros.

(Quadro 1)

Ao iniciar seus trabalhos, o Condephaat não contava com um setor técnico; embora não estruturado por lei, ele começaria a ser formado em outubro de 1969, por profissionais comissionados de outras secretarias. O arquiteto Carlos Lemos, que trabalhava no setor de engenharia sanitária da Secretaria de Saúde, foi o primeiro responsável pela "coleta de dados técnicos para os tombamentos em estudo".²⁷ Em seguida, outro arquiteto, Raphael Glender, se transferiu do Instituto de Pensões do Estado de São Paulo para o Condephaat.

Os primeiros historiadores foram contratados a título precário somente em 1973. Dada a exigüidade de técnicos, grande parte dos serviços necessários eram contratados fora do órgão e orientados por Carlos Lemos, que se tornou responsável pela Comissão Técnica de Estudos e Tombamentos. A inexistência de um corpo técnico próprio e estável dificultaria a reflexão sobre o trabalho e retardaria a possibilidade de

²⁶ Decreto nº 13.426, de 16.3.1979; a reorganização foi determinada pelo Decreto nº 20.955, de 1.7.1983 que, no Cap. II, Art. 162, estabeleceu a nova composição do Conselho.

²⁷ Reunião do Conselho, Ata nº 28, 15.10.1969, Centro de Documentação do Condephaat.

estruturação de uma cultura de preservação, própria do órgão. Ao mesmo tempo em que o Condephaat reproduzia, quase sem questionamentos, a ortodoxia do SPHAN, a relação entre o Conselho e a Universidade, segundo as possibilidades da própria estrutura do Conselho, era tênue. Por si só, a presença de conselheiros, embora especialistas em suas áreas, não garantiu a troca necessária entre a prática preservacionista e os centros de produção do conhecimento -- a partir do qual a noção de patrimônio poderia ampliar-se para a de objeto pluridisciplinar.

A contratação de um corpo técnico permanente para compor o Serviço Técnico de Conservação e Restauro -- STCR ocorreria apenas em 1982, compondo-se prioritariamente de arquitetos e historiadores.

QUADRO 1 - Composição do Conselho: 1969-1987

<p>GOVERNO</p> <p>SECRETARIA</p>	<p>Roberto de Abreu Sodré jan/1967 a mar/1971</p> <p>SCET Orlando Zancaner Paulo Pestana</p>	<p>Laudonatel</p> <p>mar/1971 a mar/1975</p> <p>SCET Magalhães Padilha</p>		<p>Paulo Egídio Marti</p> <p>mar/1975 a mar/1979</p> <p>SCCT José Mindlin Max Feffer</p>
<p>CONDEPHAAT</p>	<p>jan/69 a set/70 (3)</p>	<p>mar a dez/71</p>	<p>jan/72 a mai/75</p>	<p>out a dez/75 (9)</p>
<p>Conselho Estadual de Meio Ambiente - CONSEMA</p> <p>Cúria Metropolitana de São Paulo - CMSP</p> <p>Confederação Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB</p> <p>Instituto de Arquitetos do Brasil - IAB</p> <p>Instituto Histórico e Geográfico de Guarujá-Bertioga - IHGGB</p> <p>Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo - IHGSP</p> <p>Secretaria de Agricultura e Abastecimento - SAA</p> <p>Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia - SCCT</p> <p>Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo - SCET</p> <p>Secretaria de Esporte e Turismo - SET</p> <p>Secretaria de Estado da Cultura - SEC</p> <p> Comissão de Artes Plásticas</p> <p> Depto. de Atividades Regionais de Cultura - DARC</p> <p> Gabinete do Secretário</p> <p> Serviço de Museus Históricos - SMH (1)</p> <p>Sec. do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN (2)</p> <p>Universidade Estadual Paulista - UNESP</p> <p> Depto. de Ciências Sociais e Antropologia</p> <p> Depto. de História</p> <p> Depto de História da Arquitetura</p> <p> Depto de Geografia</p> <p>Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP</p> <p> Depto. de Ciências Sociais e Antropologia</p> <p> Depto. de História</p> <p> Depto de História da Arquitetura</p> <p> Depto. de Geografia</p> <p>Universidade de São Paulo - USP</p> <p> Depto de Ciências Sociais e Antropologia</p> <p> Depto. de História</p> <p> Depto de Geografia</p> <p> Depto de História da Arq. e Estética do Projeto</p> <p> Instituto de Pré-História</p>	<p>Arnaldo D'Á. Florence</p> <p>Abelardo G. de Abreu</p> <p>LUCIA FALKENBERG</p> <p>Aureliano Leite</p> <p>Francisco de A. Sales</p> <p>Vinicius S. Campos</p> <p>Luis Saia</p> <p>Nestor Goulart R. Filho</p> <p>Paulo Duarte (4)</p>	<p>Arnaldo D'Á. Florence</p> <p>Abelardo G. de Abreu</p> <p>LUCIA FALKENBERG</p> <p>Aureliano Leite</p> <p>Aldo Nilo Lesso (5)</p> <p>Vinicius S. Campos</p> <p>Luis Saia</p> <p>Nestor Goulart R. Filho</p> <p>Eurípodes S. de Paula (6)</p>	<p>Arnaldo D'Á. Florence</p> <p>Abelardo G. de Abreu</p> <p>Licínio dos S. Silva Filho</p> <p>AURELIANO LEITE (8)</p> <p>Aldo Nilo Lesso</p> <p>Vinicius S. Campos</p> <p>Luis Saia</p> <p>Nestor Goulart R. Filho</p> <p>Ulpiano B. de Menezes</p>	<p>Arnaldo D'Á. Florence</p> <p>Eduardo Corona</p> <p>Licínio dos S. Silva Filho</p> <p>Pedro Brasil Bandecchi</p> <p>Benedito L. de Toledo</p> <p>Vinicius S. Campos</p> <p>NESTOR G. REIS FILHO</p> <p>Ulpiano B. de Menezes</p>
<p>SEDE</p>	<p>Av. Paulista, 326; 15o. and. (jan/69 a out/72)</p>		<p>Palácio dos Campos Elíseos (out/72 a jan/74) Al. Joaquim Eugênio de Lima, 286 (jan/74 a ago/78)</p>	

FONTES: São Paulo, Estado, Lei No. 10.247, de 22.10.1968; Decreto 7.516, de 3.2.1976; Decreto 20.955, de 10.7.1983 e Decreto 22.986 de 30.11.1984; Ata de Reunião do conselho, de 1969

NOTAS:

- (1) Depois de 1979, Departamento Estadual de Museus e Arquivos, DEMA.
- (2) Até 1970, DPHAN; de 1970 a 1979, IPHAN; de 1979 a 1987, SPHAN.
- (3) Inativo de setembro de 1970 - março de 1971
- (4) Até abril de 1969; Eurípodes S. de Paula
- (5) Maio de 1971
- (6) Até novembro de 1971; Ulpiano B. de Menezes
- (7) Até março de 1982; Icaro de C. Mello, abril de 72, Eduardo Corona
- (8) Até março de 1975; Luis Saia até maio de 1975
- (9) Inativo de março a outubro de 1975 e de dezembro de 1975 a maio de 1976
- (10) Até junho de 1977, Antonio de O. Godinho

- (11) Inativo de maio de 1978 a agosto de 1978
- (12) Inativo de abril de 1979 a maio de 1979
- (13) Até janeiro de 1980; Eduardo Corona.
- (14) Inativo de julho de 1980 a setembro de 1980
- (15) Até abril de 1982; Pietro Maria Bardi
- (16) Inativo de setembro a novembro de 1982
- (17) Presidente em exercício de dezembro de 1983 a julho de 1984
- (18) Inativo de outubro de 84 a fevereiro de 1985
- (19) Até dezembro de 1986, Stela G. Carvalhaes
- (20) Até ... , Guilherme W. de Magalhães
- (21) Até setembro de 1985; Marilda M. Monteiro

O CONDEPHAAT - AS PRÁTICAS DEFINEM A POLÍTICA

O Condephaat foi criado no momento em que se acelerava a expansão do consumo e da cultura de massas no País, rompendo comportamentos e memórias.

Projeto de adeptos de uma visão cultualista e cívica de história, mais apropriada ao período em que o patrimônio representava a memória nacional, o Condephaat nasceu desfocado de seu tempo. Embora adequada quanto a uma das finalidades então atribuídas ao patrimônio, a de suporte do desenvolvimento do turismo, essa visão resultava na consideração exclusiva do monumento histórico enquanto objeto de apropriação do passado como forma de enobrecimento de segmentos sociais conservadores, de documentação de uma genealogia fundadora, que se perdia em meio à expansão da complexa sociedade urbano-industrial em São Paulo; pretendia-se, em uma palavra, compor a memória dos descendentes das elites agrárias.

Essa perspectiva, classificada de "saudosista" pelos profissionais do patrimônio, não se chocava com o aproveitamento turístico do patrimônio, pois este era uma forma de divulgação da excelência do passado do "Brasil autêntico" que, pretendiam, fosse observado e reconhecido. O turismo cultural, porém, não era visto com bons olhos pelos profissionais do patrimônio; para eles, os monumentos mais que históricos eram arquitetônicos e, sobretudo documentos de seu domínio de saber que, embora expostos, só poderiam ser verdadeiramente admirados por sensibilidades desenvolvidas a partir de um conhecimento específico. Referindo-se ao núcleo urbano de Cananéia, o primeiro tombado pelo Conselho (**Ilustr.1**), Luis Saia observou persistir na cidade "um resto daquela fisionomia tradicional que, embora satisfatória para os olhos menos avisados, não convence quando analisada com critérios mais firmes e rigorosos".¹

¹ Relatório 12.6.1969, Processo 09.170/69, Centro de Documentação do Condephaat.

Embora entre os profissionais do patrimônio e os culturalistas houvesse uma aproximação quanto ao objeto de seus cuidados, os monumentos, conceito também estendido aos centros históricos, no âmbito do Conselho havia um conflito latente -- e, às vezes, expresso -- quanto à competência de sua apreciação. Entre 1969 e 1975, os limites da atuação do Condephaat, do ponto de vista conceitual, foram marcados pela tensão resultante destas perspectivas particulares.

A tensão entre entendimentos particulares dos conceitos e objetivos da prática preservacionista, muitas vezes sutis, se manteria no período 1969 - 1987. A política de preservação do patrimônio, na ausência de uma referência maior, a política cultural do Estado, seria circunstancial, definindo-se na prática possível a partir da composição dos conselhos deliberativos e das pressões externas resultantes da vontade política do poder público -- cuja estratégia compreende não explicitar políticas culturais -- e do setor privado, em especial os relativos à especulação imobiliária intensificada a partir da década de 70.

A atuação do Condephaat, por isso, desdobrou-se em práticas, muitas vezes contraditórias, que se alteraram compondo políticas periódicas que nem sempre acompanham as discussões desenvolvidas e os procedimentos consagrados por práticas internacionais, ou mesmo as do conselho deliberativo e do corpo técnico. Entretanto, percebe-se a ampliação de certos conceitos, como o de patrimônio, que dos monumentos históricos passou a abranger outros objetos, incluídas áreas naturais e urbanas de porte. A ação protetiva do Estado passou, assim, a colocar-se como um fator de promoção de melhores condições ambientais, nem sempre efetivadas em razão de pressões externas.

Das diversas práticas, resultou a formação de um patrimônio heterogêneo, na composição do qual predominaram as referências da história oficial e da história da arquitetura, o que denota que, embora não composto apenas por edificações, centros históricos e obras de arte, clássicos objetos da ação preservacionista, o patrimônio

paulista ratificou uma visão unívoca de passado da qual se excluem as representações da cultura material de grupos que só recentemente vêm reivindicando seu lugar na história. Sua especificidade é conter áreas naturais que representam a memória do meio ambiente.

COM OS OLHOS NA TRADIÇÃO: 1969 - 1975

Abelardo Gomes de Abreu, representante do Instituto dos Arquitetos do Brasil no primeiro conselho deliberativo, recorda que a dinâmica deste era realmente interessante, porque cada um agia com estilo próprio, não existia uma orientação, uma diretriz bem-definida.²

Apesar desta impressão, desde logo, conhecedores de procedimentos técnicos e de conceitos relativos à preservação, os conselheiros arquitetos procurariam desempenhar papel central no estabelecimento da metodologia do novo órgão, que acabou por tornar-se herdeiro e reproduzidor da ortodoxia do SPHAN.

O primeiro processo de tombamento estudado foi o da casa do Barão de Jundiá (Ilustr.2), através do qual os conselheiros arquitetos procurariam estabelecer um paradigma para futuros casos, orientando o conselho em seu encaminhamento.³

Na mesma oportunidade propoariam um procedimento geral de trabalho, a realização de um inventário do conjunto de bens passíveis de tombamento e o estabelecimento de critérios de seleção e de prioridade.

² Entrevista a Marly Rodrigues em 24.10.1991.

³ Reunião de conselho, Ata nº 12, 19.3.1969, Centro de Documentação do Condephaat.



Ilustr.1: Centro histórico de Cananéia, cidade fundada no século XVI. Rua Bandeirante.
Tombamento: 1969.
Foto de 1972 - acervo Condephaat



Ilustr.2: Solar do Barão de Jundiá, Jundiá, Construção de 1862.
Tombamento: 1970.
Foto s.d. - acervo Condephaat

De fato, os critérios de avaliação utilizados se tornariam paradigmáticos. Simplificadores da complexidade própria dos produtos culturais, eles se detiveram em aspectos materiais e de representação histórica. Sob o ponto de vista dos arquitetos, foi observado o "ciclo" econômico no qual se situava o bem, sua raridade, conservação de características construtivas originais. O historiador Aureliano Leite, que examinou o caso, ressaltou a importância da família proprietária, sua atuação política e títulos nobiliárquicos, posição que justificava a necessidade de moradia de "aparência, feitiço e conforto"; quanto ao edifício propriamente dito, o conselheiro observava que ali teriam estado presentes

mãos hábeis, talvez as de um arquiteto, quem sabe se francês ou mesmo austríaco. Um simples gamela, um simples mestre-de-obras não seria capaz de uma vivenda deste quilate.⁴

E finalizava apontando um fato que por si só bastava "para torná-la histórica, para fazer dessa mansão uma relíquia de nosso passado", a visita que D. Pedro fizera ao solar.

Expressando posição semelhante à de Aureliano Leite, o parecer do proponente e relator do processo, conselheiro Vinício Stein Campos, aproveitava para expressar sua visão sobre o que, entendia, deveria ser uma linha de ação para o Condephaat: os monumentos históricos do Estado, de interesse regional, "característicos de épocas sócio-econômicas em áreas bem demarcadas do Estado" e os de exclusivo interesse municipal,

⁴ Processo de tombamento nº 07.857/69, Centro de Documentação do Condephaat.

que nas velhas cidades paulistas recordam a vivência das gerações de outrora não apenas pela expressão arquitetônica e artística dos mesmos, como por serem eles o traço de ligação material entre o passado e o presente e a fonte de fecundas afirmações e conseqüências de ordem cultural, educacional e cívica, no tecido social do Estado, vitalizado a partir das células municipais.⁵

Além dos critérios históricos e arquitetônicos, o conselheiro pretendia estabelecer outros, o educativo e o cívico; através desta proposta, que no Conselho encontraria estreito espaço de realização, ele retomava os pressupostos orientadores da criação do Serviço de Reconstituição Histórica Municipal e dos Museus Históricos e Pedagógicos.

Essas posturas definiam visões divergentes sobre o patrimônio e a disputa entre elas foi a disputa pelo estabelecimento de um perfil de atuação para o Conselho. As divergências não seriam, porém, objeto de discussão -- o que, talvez, tivesse possibilitado a emergência de uma definição mais precisa do escopo da ação pretendida. Desenvolvidas apenas em torno de aspectos técnicos, a busca de critérios de atuação esvaziou-se de sentido político. A proteção do patrimônio não se inseria mais em um projeto para a sociedade, como o dos intelectuais modernistas, mas nas possibilidades do mercado e da técnica.

Reduzida à procura de definições técnicas, a linha de atuação do órgão seria buscada com insistência. Em 1971, uma comissão de conselheiros composta por Eurípides Simões de Paula, Nestor Goulart Reis Filho e Carlos Lemos elaborou critérios para a atuação de instância técnica do Conselho, a Comissão Técnica de Estudos e Tombamentos.

O documento começava a definir o problema da preservação e tombamento por uma hierarquia de interesses -- regional ou municipal, estadual e

⁵ Idem.

nacional -- o que mostra certa confusão entre os critérios de determinação do valor dos bens e a responsabilidade de sua proteção. Ao Condephaat caberia prestar assistência e supervisão técnica às prefeituras e tomar *ex-officio* os bens já tombados pelo Patrimônio Nacional. Suas atenções se concentrariam nos bens de interesse estadual "relacionados a história sócio-econômica e à arte da terra paulista", sobre os quais deveria

efetuar um esboço histórico com o fim determinado de isolar e caracterizar nossos vários ciclos econômicos que plasmaram no tempo e no espaço nossa sociedade e, então passará a procurar e a escolher exemplares significativos desses vários ciclos com o fito de tombá-los.⁶

Os testemunhos destas fases históricas, continuava o documento, estariam sendo "racionalmente escolhidos através de um critério pré-determinado, onde a coerência seria a tônica". A determinação dos critérios de seleção dos bens continuava, porém, indefinida:

... no campo da arquitetura, irá o Condephaat tomar e preservar restos relativos ao ciclo das bandeiras. Seriam tombados exemplares construtivos civis e religiosos urbanos e rurais, exemplares escolhidos após triagem amparada por justos critérios críticos.⁷

Outros "ciclos" econômicos também foram considerados, como o do café no Vale do Paraíba e o Industrial. A consideração deste último significou um avanço em relação às concepções até então predominantes, que o excluía.

Em termos de operacionalização, o documento previa certa normatização dos aspectos a serem considerados em cada bem:

⁶ Processo nº 00078/71, Seção de Protocolo, Condephaat.

⁷ *Idem*.

os componentes da Comissão Técnica de Estudos e Tombamentos, cada um dentro de sua especialidade, estudam e justificam a escolha de peças a serem tombadas segundo um roteiro preestabelecido pelo Condephaat.⁸

Entretanto, o referido roteiro, se elaborado, não seria colocado em prática e o julgamento do valor dos bens continuaria dependente de pontos de vista particulares.

A preocupação com a "coerência" e com os "critérios críticos" revela a preocupação com a representatividade arquitetônica de um bem no universo de outros semelhantes, pois tratava-se de selecionar documentos arquitetônicos. O excessivo cuidado com a história da arquitetura chegava a ser um empecilho à adoção de condutas determinadas por outras motivações. O apego aos critérios tradicionais de eleição do patrimônio edificado encontravam correspondência no campo jurídico, pois este oferecia um único instrumento legal para o exercício da proteção do Estado, o tombamento. O tradicionalismo da área preservacionista faria crescer a incompatibilidade entre as ações de proteção e a dinâmica da própria sociedade, em especial nas grandes cidades onde a especulação imobiliária via no tombamento uma restrição de suas possibilidades de expansão.

O tratamento das edificações enquanto patrimônio urbano não ultrapassava os limites da consideração de centros históricos como um monumento. Embora as experiências européias -- como a consagrada pela Lei Malraux, de "setores preservados", "manchas" dentro de um bairro ou cidade com qualidades justificadoras da existência de um plano permanente de preservação e valorização -- fossem conhecidas entre os profissionais do patrimônio e, como elas, as vantagens decorrentes de outras formas jurídicas, como a listagem, se mantieram os procedimentos anacrônicos. Do ponto de vista dos culturalistas, a concepção de cultura como erudição não compreendia a vida

⁸ Ibidem.

urbana contemporânea como expressão cultural, o que justifica seu alheamento em relação às novas posturas preservacionistas, que consideravam a aproximação entre o patrimônio e a cidade.

Por motivos diversos, impedidos de romper o excessivo apego às formas tradicionais de atuação, culturalistas e profissionais do patrimônio não conseguiram impor no Conselho parâmetros modernos de definição e de procedimentos, ou obter do Estado um arcabouço legal e administrativo à realização de uma preservação adequada a seu tempo.

Em 1969, durante a discussão do anteprojeto do decreto-lei que regulamentaria a atuação do Conselho, o arquiteto Abelardo Gomes de Abreu propôs, sem sucesso, fosse acrescentado ao anteprojeto um artigo determinando que todos os planos diretores ou de reforma municipal ou estadual, que compreendessem a destruição de edifícios, fossem submetidos ao Condephaat, antes de sua aprovação pelos poderes locais.⁹

Mesmo quando algumas prerrogativas de intervenção na gestão urbana foram estabelecidas por lei, a atuação do Condephaat seria cerceada em função dos interesses envolvidos.

É o caso da proteção do litoral norte do Estado, área de interesse turístico¹⁰ na qual o Conselho tornou-se, por força de lei, responsável pelo estabelecimento dos "padrões de ordem estética" a serem fixados pelo Estado. A instalação de cartazes e painéis, bem como a aprovação de construções e loteamentos nesta região -- que se valorizava com a abertura da estrada Rio-Santos que acompanhava a costa -- ficaria subordinada a normatização estadual.

⁹ Reunião de conselho, Ata nº 10, 5.3.1969, Centro de Documentação do Condephaat.

¹⁰ Decreto-lei complementar nº 2, de 15 de agosto de 1969.

Posteriormente, outro Decreto¹¹ estabeleceria novas áreas de interesse turístico, às quais se estendiam as atribuições anteriores do Conselho. Consideradas muito rígidas, as normas traçadas pela comissão responsável por elaborá-las foram amenizadas por propostas substitutivas de outros conselheiros e consignadas na Resolução nº1 do Secretário de Cultura, Esporte e Turismo.¹²

Um ano depois, um informe da Secretaria Executiva do Condephaat relativa às mudanças nas normas disciplinares das áreas de interesse turístico apontava como tendência do Conselho

promover gradualmente as modificações, para não correr o risco de teorizar demasiadamente sobre os problemas que requerem enfoque realista e prático.¹³

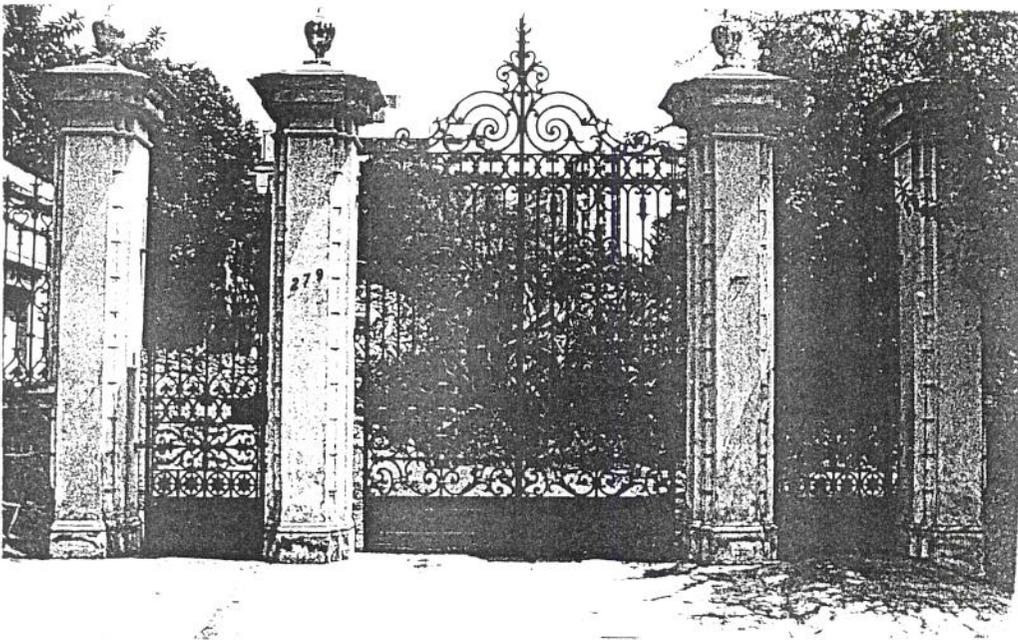
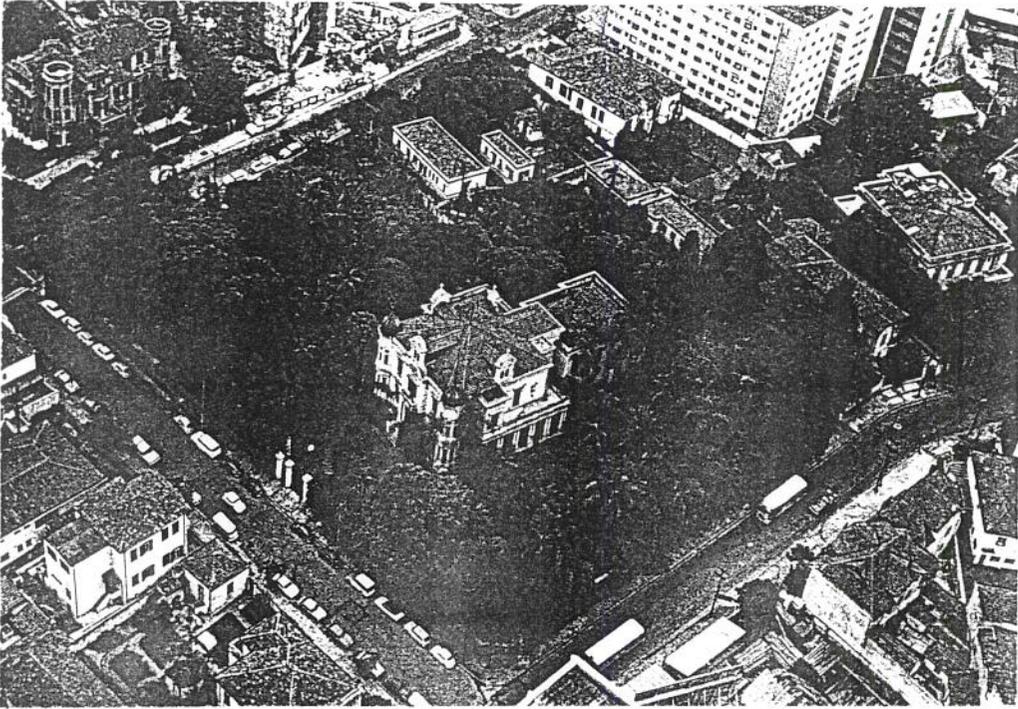
A definição de critérios de atuação foi cobrada do órgão por professores da Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo, Benedito Lima de Toledo, Eduardo Kneese de Mello, Nestor Goulart Reis Filho e Carlos Lemos, estes últimos membros do Condephaat, sugerindo a necessidade de uma pressão externa corroboradora de posições que encontravam dificuldades para impor-se internamente.

A pedido do Conselho, os professores elaboraram, em 1971, um parecer sobre o Palácio Pio XII (*Ilustr.3*), antiga residência dos arcebispos de São Paulo, no bairro do Paraíso, na capital.

¹¹ Decreto nº 52.892, de 7 de março de 1972.

¹² Resolução nº 1, SCET, 23.6.1972.

¹³ Informação SE 48/73, Processo Condephaat 277/73, Seção de Protocolo do Condephaat.



Ilustr.3: Palácio Pio XII, Rua Pio XII, 279, Capital.
Edifício demolido c.1975.

Foto s.d. - Processo de Tombamento nº 20.219/77

O documento expressa algumas contradições do pensamento preservacionista. Ao mesmo tempo em que criticavam o Condephaat por não lhes fornecer critérios orientadores, teciam considerações sobre critérios de tombamento -- raridade, excepcionalidade, importância documental --, diferenciavam tombamento e conservação, citavam recomendações e experiências internacionais e formas legais de proteção mais ágeis que o tombamento, enfim, mostravam-se atualizados e reclamavam maior eficiência do Conselho:

Podem-nos para dizer se um edifício determinado pode ser tombado. A resposta é que esse tombamento só terá sentido se for parte de uma política geral, devidamente expressa e apoiada por um órgão técnico que possa tornar essa preservação operante.¹⁴

Ao analisar o Palácio, porém, afluíram os critérios estéticos tradicionais fundados na valorização da arquitetura brasileira e, por isso excludente de "estilos importados", como o eclético que orientara a construção daquele edifício.

Os arquitetos consideraram haver sido a residência executada "a partir de um risco amadorístico", "sem unidade plástica" ou "linha estética", portanto acréscimos posteriores que "disvirtuavam o prédio original". E concluíam:

sob o ponto de vista arquitetônico o prédio em questão inserir-se no movimento eclético que caracterizou a segunda metade do século passado, não apresentando méritos que o distingam dos demais exemplares dessa época...¹⁵

¹⁴ Processo de Tombamento 00043/71, Seção de Protocolo do Condephaat.

¹⁵ Idem.

E, além das questões estética e de representatividade arquitetônica, acrescentavam ser

inoportuno o tombamento do Palácio Pio XII, enquanto os poderes constituídos, tanto estadual como municipal, não estipularem de modo claro e preciso uma política de preservação de nossos bens culturais.¹⁶

O anti-ecletismo do Patrimônio Nacional fora motivo do desaparecimento de importantes exemplares que desde a *Belle Époque* vinham pontuando as capitais brasileiras; o nacionalismo arquitetônico foi tão extremado que atingiu até mesmo exemplares que, do ponto de vista da história oficial, guardavam importância, como o Palácio do Imperador, em Itapura (**Ilustr.4**), construção do início da segunda metade do século XIX, destinada ao abrigo das forças militares que guardavam as fronteiras do sul do País. Sobre seu tombamento, Luis Saia opinou não haver "nenhum sentido histórico no edifício, construção de um alemão, sem nenhuma vinculação com a arquitetura tradicional do Brasil".¹⁷

Posteriormente, Carlos Lemos¹⁸ comentaria que a postura do órgão federal fora levada muito a sério e, ao mesmo tempo que servia de guia, provocava equívocos dos quais resultavam posições incongruentes diante de casos da mesma natureza.

¹⁶ Ibidem.

¹⁷ Reunião de conselho, Ata nº 15, 9.4.1969, Centro de Documentação do Condephaat.

¹⁸ Entrevista a Marly Rodrigues em 15.10.1991.



Ilustr.4: Palácio do Imperador, Itapura, construção do início do século XIX.
Tombamento: 1969.

Foto s.d. - acervo Condephaat

No início da década de 70, começava a aflorar uma revisão dessa postura excludente, talvez, também, sob influência da abertura em curso na própria historiografia. Embora ainda não as considerando dignas de tombamento, forma máxima de reconhecimento do valor de um bem arquitetônico, os arquitetos passaram a admitir o valor histórico de edificações que não se enquadravam na "arquitetura tradicional" e para o reconhecimento das quais eram adequadas formas não tão consagradas, como a listagem. O exemplo utilizado no parecer sobre o Palácio Pio XII para compará-lo com edificações que lhe eram contemporâneas é esclarecedor, pois o considerava parte "do rol (*listing*) de exemplares significativos da fase cafeeira do fim do século", embora considerassem que

uma lista de exemplares importantes da mesma época fatalmente seria encabeçada pelo Palácio dos Campos Elíscos, residência ilustre de Elias Chaves, projetada por arquiteto de valor, pela residência Álvares Penteado, pela residência ainda perfeitamente conservada (inclusive no que diz respeito ao equipamento) dos Alves de Lima, na confluência das Alamedas Guaianazes e Nothmann, pela residência do intelectual René Thiollier, na Avenida Paulista, e ainda envolvida por manto antigo remanescente do velho Caaguaçu e pela importante e histórica Chácara do Carvalho, que pertenceu aos Silva Prado.¹⁹

A prática preservacionista permaneceria, porém, intocada. O *listing* foi adotado por um órgão que não tinha entre suas atribuições o reconhecimento do valor cultural dos bens, mas era de sua competência o planejamento urbano. Em 1974, a Coordenação Geral de Planejamento - COGEP, da Prefeitura de São Paulo, hoje Secretaria Municipal de Planejamento - SEMPLA, iniciou o cadastramento das edificações e logradouros a serem protegidos na capital paulista.

¹⁹ Processo de Tombamento 00043/71, Seção de Protocolo do Condephaat.

Carlos Lemos²⁰, que, com Benedito Lima de Toledo foi responsável pelo trabalho, afirmou em uma entrevista que o cadastramento fora orientado pelo moderno conceito de bem cultural que permitia congelar certas "fatias" da cidade, até as de época mais recente, o que não era cabível no "velho sistema", o do patrimônio histórico que "preocupava-se com a forma externa e a excepcionalidade estética, o purismo do estilo".

No sentido moderno da arquitetura e da antropologia, interessa estudar, por dentro da forma, um documento de como vivia um segmento social daquela época.

O conceito de patrimônio alargava-se, portanto. O trabalho, inspirado na experiência francesa de criação de "setores preservados", tinha por objetivo orientar a nova legislação de zoneamento urbano em São Paulo, cidade então convulsionada pelas obras do Metrô, a partir da consideração de "manchas", nas quais se incluíam os bens culturais significativos dos diferentes períodos de desenvolvimento da cidade, classificadas como Z8-200 e sujeitas a medidas específicas incluídas na legislação de uso e ocupação do solo do município, a Lei nº 8.328/75.

A inclusão de medidas de proteção ao patrimônio na legislação urbana representou um avanço significativo que apontava um caminho prático para a re colocação do problema da preservação do patrimônio e do papel dos órgãos, exclusivamente voltados a essa atividade. O tombamento já se mostrara uma medida ineficaz de preservação e sua imagem estática se reflete na observação de Benjamim Ribeiro, presidente da COGEP:

Planejamento urbano não é simplesmente questão de tombamento. Nossos interesses estão ligados à legislação de zoneamento que não é passado, mas presente vivo.²¹

²⁰ *Visão*, 23.6.1975, p.28.

²¹ *Idem*.

À imagem estática dos órgãos de preservação opunha-se a dinâmica da ação planejadora; à resistência dos profissionais da preservação e do Estado à mudança, respondia-se com o poder da renovação das formas de operar o patrimônio. Aos órgãos de planejamento coube adaptar alguns aspectos, mais procedimentos que conceitos, das experiências européias que vinham se acumulando desde o pós-guerra.

Em 1974, a realização de um curso para diplomados em arquitetura trouxe um arejamento das perspectivas patrimonialistas. Atendendo ao Compromisso de Brasília, a Restauração e Conservação de Monumentos e Conjuntos Históricos, resultou de um convênio entre o Ministério da Educação e Cultura e a Universidade de São Paulo. Coordenado pelo Condephaat, IPHAN e Departamento de História da Arquitetura da FAU-USP, o evento contou com a participação de especialistas estrangeiros, entre os quais Hügues de Varine-Bohan, que havia dirigido o Conselho Internacional de Museus - ICOM, da UNESCO, durante muitos anos.

No dizer de Ulpiano Bezerra de Meneses,²² conselheiro do Condephaat e um dos coordenadores do curso, durante as aulas de Varine-Bohan, pela primeira vez tratou-se "conceitualmente temas conceituais" referentes ao patrimônio, o que até então encontrara forte resistência entre os especialistas.

Ao discutir o conceito de patrimônio, Varine-Bohan abriu aos especialistas o caminho para a compreensão da complexidade e amplitude das ações preservacionistas. Admitindo as inúmeras interpretações do conceito e sua mutabilidade, o professor mostrou o patrimônio como um fato cultural composto por três categorias de elementos, o meio ambiente, o conhecimento e tudo o que o homem fabricou, isto é, os bens culturais. Segundo ele, a consideração desse conjunto traz como consequência a recusa das distinções, das

²² Entrevista a Marly Rodrigues em 13.12.1991.

classificações cômodas, úteis, entre monumentos e objetos, entre sítios e monumentos, entre pintura e escultura, entre arte popular e arte cruíta, entre uma máquina que incluímos na história das técnicas e um arado que chamamos de folclórico etc.²³

Abordando diferentes aspectos da questão preservacionista, tendo como ponto de partida o ponto de vista antropológico de patrimônio, Varine-Bohan colocou dúvidas sobre procedimentos técnicos considerados indiscutíveis, a exemplo do inventário que, enquanto classificação sistemática de categorias, chamou de "instrumento de pesquisa universitária", que não possibilita o conhecimento do verdadeiro significado dos objetos, em contraposição ao "inventário operacional", realizado com a concorrência de várias disciplinas e orientado no sentido do conhecimento das "formas culturais dos moradores tradicionais da região". Seriam

estudos sistemáticos, não para conservar tudo, mas para conhecer a tipologia e a inserção das formas nas regiões de modo a poder orientar as pessoas, (...) não quebrar o desenvolvimento cultural de antes e depois, e para chegar a uma continuidade um pouco racional.²⁴

Entendendo a preservação como ação cujo alvo era o homem e não as coisas, Varine-Bohan lançou aos preservacionistas que o ouviam uma pergunta inquietante -- "Por que vocês querem conservar o patrimônio?"²⁵ -- que marca o início da problematização das posturas que orientavam a preservação em São Paulo, e da crítica da atuação preservacionista até então desenvolvida.

²³ Varine-Bohan, H., *A experiência internacional*, notas de aula, 12.8.1974, São Paulo: FAU-USP/IPHAN, s.d., p.5.

²⁴ Idem, p.7 e 13.

²⁵ Idem, p.14.

Antonio Luiz Dias de Andrade, que àquela época iniciava sua atuação na área de patrimônio, hoje percebe a importância do curso para sua formação:

Bohan discutiu aquelas questões mais conceituais, mais relativas a uma política de preservação. Na verdade, foi a primeira ocasião em que tive contato com problemas assim de forma mais intensa, porque até então o que se discutia eram os problemas cotidianos, as idéias que o Saia tinha; (...) enfim, tudo aquilo me aparecia de maneira acabada, não me parecia terem grandes questões, porque importava desenvolver os trabalhos que até então tinham sido possíveis. Os problemas estavam mais ou menos resolvidos. Nesse curso eu percebi que não estavam resolvidos coisa nenhuma, até por posições dos profissionais, de discussões que ocorreram em classe durante o curso.²⁶

O curso influenciou também os profissionais já experientes, como Carlos Lemos²⁷ que registra esse fato em seu trabalho *O que é patrimônio Histórico*, e o reafirmou recentemente:

... meu conhecimento era mais intuitivo e em cima destes textos [publicados na *Revista do Patrimônio*] e algumas leituras, uma coisa que surgia aqui, uma lá. Na verdade eu aprendi mesmo alguma coisa, passei a olhar com outros olhos, foi a partir do curso que o Varine fez em 1974.²⁸

De grande importância no plano da formação individual da segunda e terceira gerações de profissionais dedicados ao patrimônio, essa abertura conceitual se refletiria tardia e parcialmente na prática institucional. O Condephaat continuou a enfrentar imensa dificuldade para amadurecer conceitos, métodos e critérios. No corpo

²⁶ Entrevista a Marly Rodrigues em 29.9.1991.

²⁷ Lemos, 1982.

²⁸ Entrevista a Marly Rodrigues em 15.10.1991

técnico, instância própria a seu desenvolvimento, o excesso de solicitações não deixava espaço para a sistematização das reflexões e experiências do cotidiano; no colegiado, onde, parece, se concentravam as expectativas de atendimento a essas questões, as possibilidades de resolução eram, porém, mínimas, dado o caráter temporário de sua formação e ao fato de muitos conselheiros terem contato com a problemática preservacionista apenas ao assumirem o Conselho. (**Quadro 2**) Declara o ex-conselheiro Ulpiano Bezerra de Meneses:

... o próprio interesse por esse tipo de problema só surgiu depois que eu comecei a atuar no Condephaat, (...) antes era um problema genérico de cultura material que me interessava, mas, aquilo que especificamente se pode chamar patrimônio cultural foi só depois de ter assumido as funções de conselheiro.²⁹

Considerando-se estes aspectos, explicam-se em parte as dificuldades de adoção de conceitos e de reflexão sobre o trabalho do órgão. No caso de Ulpiano Bezerra de Meneses, dada sua formação e tempo de permanência no órgão -- cerca de 15 anos, entre 1971 e 1985, como representante do Instituto de Pré-História, da Comissão de Artes Plásticas e do Departamento de História da USP -- houve a oportunidade de desenvolvimento de uma reflexão teórica, baseada em conceitos da História, da Sociologia, da Antropologia e da Arqueologia, que orientou procedimentos que se tornaram paradigmáticos no órgão, influenciou a formação de seus técnicos, mas não logrou fundamentar uma política de atuação, uma vez que ela é resultante não apenas de definições teóricas mas, sobretudo, da disposição política dos governantes e das reivindicações do direito de cidadania pela sociedade.

²⁹ Entrevista a Marly Rodrigues em 11.2.1992.

CONSELHEIROS	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87
Abelardo Gornes de Abreu																			
Aldo Nilo Losso																			
Ana Maria Martínez Corrêa																			
Antonio de Oliveira Godinho																			
Antonio Augusto Arantes																			
Antonio Carlos Bernardo																			
Antonio Luiz Dias de Andrade																			
Arnaldo D'Ávila Florence																			
Augusto Humberto V. Titarelli																			
Aureliano Leite																			
Aziz Nacib Ab'Sáber																			
Benedito Lima de Toledo																			
Caio de Alcântara Machado																			
Caio Del Rio Garcia																			
Caio Luiz de Carvalho																			
Carlos Alberto Cerqueira Lemos																			
Carlos F.N.L. Von Schmidt																			
Dorah Pinto Uchôa																			
Edgar Carone																			
Edgar Salvadori de Decca																			
Eduardo Corona																			
Eduardo Augusto Kneese de Mello																			
Eunice Ribeiro Durhan																			
Ernani Silva Bruno																			
Eurípedes Simões de Paula																			
Francisco Luiz de Almeida Sales																			
Francisco de Assis Barbosa																			
Geraldo Giovanni																			
Gil Sodero de Toledo																			
Guilherme Wendel de Magalhães																			
Helena Saia																			
Irineu dos Santos																			
Jamil Nassif Abib																			
Icaro de Castro Mello																			
José Leandro Barros Pimentel																			
José Pedro de Oliveira Costa																			
José Pereira Queiroz Neto																			
Lea Goldenstein																			
Lúcio F.F. Kowarick																			
Lúcia P.F.M. Falkenberg																			
Licínio dos Santos Silva Filho																			
Luis Saia																			
Luís Henrique C. L. Oliveira																			
Maria Thereza Shorer Petrone																			
Marilda Martins Monteiro																			
Mário Savelli																			
Modesto S.B. Carvalhosa																			
Murilo Marx																			
Nestor Goulart Reis Filho																			
Olavo Baptista Filho																			
Paulo Bastos																			
Paulo Duarte																			
Paulo José da Costa Junior																			
Pedro Brasil Bandechi																			
Pietro Maria Bardi																			
Plínio de Arruda Sampaio																			
Randau de Azevedo Marques																			
Ruy Ohtake																			
Stela Goldenstein Carvalhaes																			
Ulpiano T. Bezerra de Meneses																			
Vinício Stein Campos																			

Considerando o patrimônio como um conjunto de objetos que, acima de suas características físicas, representam as relações entre os homens, o conselheiro introduziu novos referenciais de avaliação de bens culturais paulistas. Provavelmente a discussão desses conceitos cuja matriz é a mesma dos apresentados por Varine-Bohan e representavam a mais contemporânea postura internacional, seja responsável pelas definições presentes no relatório de atividades do Condephaat em 1974, segundo o qual "o patrimônio cultural engloba, em síntese, os 'artefatos' da sociedade, compreendidos no sentido lato, ou antropológico da expressão", no qual passaram a estar incluídos os

valores trazidos pelos imigrantes surgidos no final do século XIX, ou daqueles importados pela classe dominante, desde os primitivos tempos coloniais.³⁰

Em que pese ser o relatório um documento oficial no qual a retórica por vezes marcara as contradições da atuação do órgão, é possível entrever indícios de que a ortodoxia até então dominante começava a ser revista. O documento atribuía ao caráter "amadorístico", que presidira a constituição do Conselho, a precariedade de critérios e métodos que o levava a escolher os bens culturais pelo simples critério de excepcionalidade. Palavras como "revitalização", "simbolismo" e "bem cultural" denunciavam o contato com novos conceitos e, contraditoriamente, estavam alinhados à costumeira ênfase ao monumento edificado e a procedimentos técnicos como o do inventário, demonstrando que, na prática, pouco ou nada se modificara.

Às dificuldades metodológicas e teóricas do Conselho somavam-se as crônicas da administração pública, falta de recursos materiais e humanos. Se, de um lado, esses fatores não possibilitaram ao Condephaat estruturar-se de modo a interferir com

³⁰ Relatório de atividades, 1974, organizado pelo Secretário Executivo do Condephaat, Ruy de Azevedo Marques, ao Secretário de Cultura, Ciência e Tecnologia, José Mindlin, em 31.3.1975.

eficácia na gestão urbana, do outro, suas intervenções causavam problemas ao desenvolvimento de projetos do poder público para as cidades e, não raro, feria interesses particulares, o que o tornaria vulnerável diante da opinião pública e mesmo no âmbito da própria secretaria de Cultura, onde também era criticado pela morosidade de suas decisões.

Vários são os exemplos de desrespeito às determinações legais que respaldavam as ações protetivas do Condephaat, resultando em destruição de exemplares de importância mesmo quando em estudo de tombamento, sem qualquer consequência para os infratores. Um caso típico, em que a falta de uma política de atuação e a fragilidade do órgão de preservação do governo paulista ficou evidente, foi o da Vila Fortunata (*Ilustr.5*), em 1972. A residência, projeto de Augusto Fried, fora construída em 1903, na Avenida Paulista, constituindo um dos primeiros marcos de ocupação daquela via.

No início da década de 1970, um projeto de renovação urbana, desenvolvido pela Prefeitura de São Paulo, naquela tradicional via, resultou em descaracterizações, como o alargamento do leito carroçável e a perda dos jardins das residências. Esse projeto, de grande impacto em uma área que marca uma das etapas do desenvolvimento urbano de São Paulo, não sensibilizou o Condephaat para as previsíveis destruições decorrentes da valorização imobiliária da região e, dada a limitação de sua autoridade às edificações tombadas ou em processo de tombamento, ele foi desenvolvido sem sua participação. A atenção para uma possível ação protetiva só seria despertada quando o arquiteto Benedito Lima de Toledo sugeriu, através da imprensa, o tombamento da Vila Fortunata, ameaçada de demolição, pois tratava-se de "monumento arquitetônico insubstituível" que havia pertencido ao poeta René Thiollier.

Aberto o processo de tombamento, a residência foi demolida e o Condephaat, revelando a timidez de seu posicionamento, limitou-se a arquivar o processo³¹ e acatar a sugestão de Luis Saia de

realização de um levantamento da Paulista de modo que os tombamentos obedecessem a um plano de conjunto,³² o que não se efetivou senão depois da destruição da maior parte das residências ali existentes, fato ocorrido em 1982.

Ao fim de seis anos, os limites das possibilidades políticas de funcionamento de um órgão de patrimônio no quadro de distanciamento entre a sociedade e o Estado estavam delineadas e reforçavam a concepção cultualista que orientara sua instituição, pois o tornaram cada vez mais voltado para o passado.

Do ponto de vista conceitual, embora acrescentando elementos à herança que recebera do Patrimônio Nacional, a prática do Condephaat manteve-se nos limites da ortodoxia cujos princípios foram reafirmados durante uma entrevista concedida por Luis Saia em 1975, na qual o conselheiro pronunciava-se contra os "saudosistas" que pretendiam tombar exemplos de má arquitetura, como o Mosteiro de São Bento, a Sé, os casarões da Paulista e outros exemplares, resíduos da "importação de estilos" ocorrida no Brasil.

O que está ocorrendo em São Paulo é engraçado para não dizer que é lamentável ou irresponsável. Qualquer coisa velha, sem o menor valor representativo é apontada como coisa tombável. Inclusive e principalmente uma certa arquitetura que, se representa alguma coisa, representa coisa infeliz e quase apodrecida.³³

³¹ Processo de Tombamento 00226/72, Seção de Protocolo do Condephaat.

³² Reunião de conselho, Ata nº 139, 1.11.1972, Centro de Documentação do Condephaat.

³³ Soares, D. Afinal que obras devem ser preservadas? *Folha de S.Paulo*, 4.5.1975, p.26.

Se a fala de Saia visava diretamente aos culturalistas do passado, com os quais mantinha constantes atritos no Conselho, não deixava de refletir as mudanças que se anunciavam e retirariam o patrimônio de seu nicho sagrado. Ele não seria mais objeto da "missão" de uma elite.



Ilustr.5: Vila Fortunata, Av.Paulista 1853, Capital, construção de 1903, projeto de Augusto Fried. Demolida em 1972.

Foto de 1972, Edson Cheregatti. Toledo, 1987, p.53.

CONSIDERANDO O PRESENTE: 1975 - 1982

Em março de 1975, o Condephaat passou a fazer parte da Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia, criada por Paulo Egydio, recém-nomeado governador de São Paulo.

Esta mudança não trouxe transformações administrativas para o Conselho, mas coincidiu com um momento em que, sob o impacto das idéias de Varine-Bohan, especialmente o conceito de patrimônio cultural, e a reflexão ocasionada por sua pergunta sobre a finalidade da ação preservacionista, abririam um campo para a discussão e amadurecimento de novos conceitos, iniciando-se, por isso, o questionamento dos procedimentos e da orientação única até aquele momento aplicada ao patrimônio.

Em meio a contínuas contradições, o Condephaat adotaria novos objetos de proteção, o que revela uma concepção de ação preservacionista até então inédita, a que colocava como finalidade o homem e não os objetos. Sob a influência de Aziz Ab'Sáber, representante do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, o tombamento passou a ser adotado como medida protetiva do meio ambiente e, por essa vertente, o patrimônio passaria a ser entendido em sua dimensão urbana, tornando-se instrumento de elevação da qualidade de vida.

Esse movimento coincidiu com outro, o da sociedade que começava a entender, na perspectiva da ecologia e da memória, a preservação como um direito social, aspecto revelado na crescente defesa de bens por setores organizados da sociedade.

No plano federal, porém, a dinâmica orientava-se para outro sentido, embora também questionador das antigas práticas preservacionistas. A nova postura implicou ampliar o conceito de atuação para além dos "monumentos de pedra e cal", através do Centro Nacional de Referência Cultural -- CNRC, e valorizar o potencial

turístico do patrimônio através do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas - PRCH. O Programa pretendia criar linhas de crédito especiais para o restauro de imóveis destinados ao aproveitamento turístico, a concessão de incentivos tributários, a formação de mão-de-obra especializada em restauro e instituição de legislação protetora do acervo cultural, histórico e artístico, incluído nos planos diretores de desenvolvimento urbano.³⁴

A possibilidade de obtenção de recursos federais através do PRCH levaria o Condephaat a realizar em 1978 -- quando completava dez anos de atividades e recebia críticas da imprensa por suas poucas realizações³⁵ -- um levantamento que, considerada a representatividade de algumas cidades frente à história do Estado, serviu para a elaboração do Programa de Núcleos e Cidades Históricas³⁶ que se desenvolveria até meados da década seguinte.

A adoção do Programa representou a reafirmação do procedimento ortodoxo de instituição do patrimônio, pois detinha-se nos limites da consideração da representatividade histórica-arquitetônica dos objetos. Essa postura, para a qual os artefatos eram a finalidade última da proteção, desde os meados da década convivia no âmbito do Condephaat com outra que pretendia abarcar vários domínios do fazer dos homens, incluído o meio ambiente. As ações do Condephaat pautaram-se por dois conceitos não excludentes, mas de raízes diversas: um, fundado na representação do passado, a história, e outro, na representação material e simbólica da produção de gerações passadas, a cultura.

³⁴ Plano de Cidades Históricas: uma esperança. *CJ Arquitetura* nº 17, p.114-118, 1977.

³⁵ Condephaat, 10 anos e quase nada, artigo de Pedro Zan em *O Estado de S.Paulo*, 22.10.1978.

³⁶ Foram iniciadas no programa as cidades de: Iguape, Cananéia, Iporanga, Itu, Bananal, São Luiz do Paraitinga, Santana de Parnaíba e São Sebastião.

A abertura do Condephaat à proteção do meio ambiente nasceu, por um lado, do arejamento provocado pelo já referido contato com novas idéias e, por outro, como desdobramento de atividades desenvolvidas na área de planejamento que, no Estado de São Paulo, desde a década de 60, se tornara instrumento de governo, atendendo a crescente tecnização da administração pública.

A gestão de Paulo Egydio Martins no governo do Estado pautou-se por uma estratégia traçada a partir do Diagnóstico 75, um conjunto de estudos desenvolvidos por especialistas, que teve como ponto central a interiorização da economia paulista enfatizando também a necessidade de preservação do meio ambiente.

Tendo em vista estes fatores, no início de 1976, o Conselho de Governo aprovou a Política de Desenvolvimento Urbano e Regional do Estado, elaborada pela Secretaria de Economia e Planejamento. A Política tinha em vista criar condições para a descentralização industrial, melhorar a qualidade de vida na Grande São Paulo e atenuar os desequilíbrios regionais.

O governo paulista pretendia estabelecer normas para o uso do solo que permitissem a retomada do equilíbrio entre espaço público e privado, apoiando-se em instrumentos como o "solo criado",³⁷ também utilizado em algumas cidades, como Nova York, São Francisco e Chicago, para a proteção do patrimônio arquitetônico.

³⁷ O "solo criado" abria a possibilidade a um proprietário, que desejasse construir uma área superior à permitida pelo coeficiente de ocupação da zona em que se localizava seu terreno, comprar de particulares ou do poder público área equivalente àquela que excedesse o permitido. Os estudos sobre "solo criado" foram coordenados por Domingos Theodoro de Azevedo Netto e realizados pelo Grupo Executivo da Grande São Paulo - GEGRAP, órgão da Secretaria de Planejamento, e pelo Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal - CEPAM, da Secretaria de Estado de Negócios do Interior. Em dezembro de 1974, um relatório de Azevedo Netto sobre controle e uso do solo fez parte do estudo preparatório do governo Paulo Egydio.

Em 1977, ao completar a segunda fase do cadastramento de bens culturais realizado para a COGEP, Benedito Lima de Toledo e Carlos Lemos também sugeririam sua utilização pontual como forma de esvaziamento das pressões econômicas que afetavam a existência de antigas edificações paulistanas.³⁸

O "solo criado" tinha por base jurídica a separação entre o direito de propriedade e o de construir, amplamente discutida desde o início da década de 1970. Tal dissociação seria consagrada na Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos, "Habitat", realizada em Vancouver, em junho de 1976, que, ao reconhecer "o direito do Estado de fiscalizar o uso, a propriedade, a disposição e a reserva de terras", assegurando a este "o direito de planejar e administrar o uso do solo de modo a permitir a realização dos objetivos básicos da reforma social e econômica de cada Nação",³⁹ reafirmava a supremacia do interesse público sobre o privado e a importância do planejamento como instrumento político e administrativo.

Na Política de Desenvolvimento Urbano e Regional do Estado estava incluído o Programa de Preservação e Revitalização do Patrimônio Ambiental urbano que, elaborado no interior da Secretaria de Economia e Planejamento, absorvia as diretrizes traçadas pelo governo federal através da Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana e pela Política Nacional de Cultura, que preconizavam o desenvolvimento sem a destruição dos referenciais característicos de "nossa" cultura.

Talvez também influenciado pelos ecos das discussões desenvolvidas na Europa⁴⁰ sobre as relações entre meio ambiente, patrimônio e planejamento, o Programa

³⁸ Uma política para salvar os bens culturais de São Paulo, *CJ Arquitetura* nº17, p.27, 1977.

³⁹ Memorando, *CJ Arquitetura*, nº16, p.4, 1977.

⁴⁰ O Conselho da Europa desenvolveu em 1970 uma campanha para sensibilizar a opinião pública e os governos para a proteção da natureza; em 1973, através de uma recomendação, apontava a necessidade de serem adotados planejamentos regionais que considerassem os aspectos físicos, econômicos e sociais, de modo a reequilibrar as relações entre cidade e campo, promovendo a modernização rural, a descentralização industrial e a melhoria da qualidade do meio ambiente. Três

foi desenvolvido sob a coordenação técnica do arquiteto Eduardo Yazigi e contou com a participação de técnicos de outras secretarias, a de Negócios Metropolitanos, a de Esporte e Turismo e a de Cultura, Ciência e Tecnologia, esta representada pelo Condephaat, na pessoa de Carlos Lemos, diretor do Serviço Técnico de Conservação e Restauro.

Ao Condephaat caberia estabelecer critérios para seleção e classificação de informações referentes a preservação e restauro.⁴¹ Em meados de 1976 os trabalhos estavam terminados. Em ofício enviado ao Condephaat em fevereiro do ano seguinte, Maria Adélia A. de Souza, coordenadora da Ação Regional da Secretaria de Economia e Planejamento, informava que o Programa sofrera "pequenas modificações em função de adequá-lo às exigências técnicas e orçamentárias", que acabaram por ampliar o conceito de patrimônio que passaria a "definir também aspectos sócio-culturais que impregnam todas as edificações, mesmo as de caráter recente".⁴²

O Programa, de fato, receberia nova versão duramente criticada por Carlos Lemos que, embora declarando-se partidário do conceito de patrimônio ambiental urbano, julgava ser ela excessivamente enfática nos aspectos sociais. "Esse patrimônio deve ser encarado mais sob o enfoque material -- deve ser ligado, o nome assim indica, ao ambiente, ao meio físico, ao espaço urbano, ao espaço arquitetônico", a "elementos tangíveis", pois, considerava o arquiteto, os objetivos da preservação eram as marcas dos homens e não quem presentemente as usufruía ou produzia. O arquiteto observava, ainda,

anos depois, a Carta Européia dos Solos afirmava a necessidade e o direito de os governos e os poderes administrativos planejarem a ocupação do solo, de modo a protegê-lo do esgotamento e da destruição advindos de obras inadequadas às suas características. Detti, Edoardo, *Vitalità delle compagini storiche, fattore e prodotte del riequilibrio fra città e campagna*, in Cesari (Org.), 1980, p.11-21.

⁴¹ Processo nº 20.025/76, Seção de Protocolo do Condephaat.

⁴² *Programa de Preservação do Patrimônio Ambiental Urbano*, Centro de Documentação do Condephaat, 1976, mimeografado, também Processo nº 20.025/76, Seção de Protocolo do Condephaat.

haver divergências entre preservadores e planejadores, políticos e administradores de cidades, advindas não apenas de postura tecnicistas mas também das pressões dos interesses imobiliários e indicava a necessidade de se atentar para a reformulação das leis relativas à gestão urbana.⁴³

A inclusão do patrimônio no planejamento urbano por iniciativa dos órgãos responsáveis pela gestão urbana se significava um passo no sentido de agilizar a proteção do Estado aos bens culturais, também explicitava o esgotamento da ação protetiva até então adotada, quer no plano federal quer no estadual. A situação de crise presente na área preservacionista mereceria uma recomendação do IX Congresso Brasileiro de Arquitetos, realizado em 1976, para que as seções do IAB aprofundassem as discussões no sentido de revisar o conceito de patrimônio e os critérios de seleção de bens a serem preservados, de discutir a quem cabia selecioná-los e a questão de seu uso, bem como as contradições geradas pela ação dos órgãos responsáveis pela preservação.⁴⁴

Para os planejadores envolvidos no Programa, o patrimônio histórico era "um elemento a mais na composição da cidade contemporânea, parte integrante do meio ambiente". O conceito de patrimônio ambiental urbano, acreditavam, era mais amplo e inclusivo que aquele que orientara as práticas preservacionistas até então, pois, em lugar da singularidade e da monumentalidade, reconhecia em diferentes espaços urbanos os valores histórico, social, cultural, formal, técnico e afetivo que caracterizavam a cidade. Entendendo a noção de natureza como espaço em que o homem projeta sua cultura, e a de cultura no sentido material e ideativo, os planejadores apresentavam o patrimônio ambiental urbano como um conceito capaz de abarcar os aspectos sociais do espaço, pois o percebiam como portador de significados. Quanto à compreensão do que era histórico,

⁴³ Processo nº 20.025/76, fl.48, Seção de Protocolo do Condaphaat.

⁴⁴ Contra a destruição do nosso patrimônio, *CJ Arquitetura* nº 14, p.109-110, 1976.

o "Programa" afirmava entender as representações de "qualquer passado e não apenas o ligado aos grandes feitos".⁴⁵

Embora tendo em conta que o processo de criação de significados fosse o mesmo nas áreas rurais ou urbanas, o "Programa" atendia às últimas por considerá-las espaços privilegiados de concentração das atividades do homem contemporâneo e os mais suscetíveis às rápidas transformações. Tratava-se de controlar não a mudança, mas as formas de mudar, para que as transformações não levassem ao "gradativo empobrecimento das funções e significados originais, apagando dessa forma a história e a memória das cidades."⁴⁶

Essa importante dimensão do patrimônio, segundo os elaboradores do Programa não implicava uma postura nostálgica, mas, sim, de discussão de "um certo estilo de progresso que só reconhece a variável econômica", não levando em conta a dimensão social e cultural da cidade em consequência do que perdiam-se os "traços visíveis de sua história" e a possibilidade de seus habitantes situarem sua trajetória sócio-cultural.⁴⁷ Inspirado em Halbwachs,⁴⁸ o conceito de memória aqui empregado articula tempo e espaço, elementos básicos para o desenvolvimento da memória coletiva, "aquela que recompõe magicamente o passado", através das "pedras da cidade".

Do mesmo modo que a noção de patrimônio ambiental urbano, o conceito de memória denota pleno domínio das análises da Sociologia e da Antropologia, levando a supor a existência de competente assessoria aos planejadores nesta áreas, através da qual foi possível adotar recentes posicionamentos daquelas disciplinas. Além disso,

⁴⁵ São Paulo (Estado), 1978, p.16-20.

⁴⁶ São Paulo (Estado), 1978, p.38.

⁴⁷ Idem, p.35.

⁴⁸ Halbwachs, 1990, p.15.

absorvia as discussões em curso na Europa sobre as relações entre preservação e planejamento.

O Programa tinha como objetivos gerais preservar, valorizar e revitalizar o patrimônio ambiental urbano "na medida em que o mesmo se configura como um dos fatores determinantes do nível de qualidade de vida da população"; por extensão, pretendia contribuir para o desenvolvimento do lazer da população e do turismo interno e garantir "o uso e a contemplação cotidiana do espaço urbano por parte de seus habitantes".⁴⁹ Por falta de recursos, limitou-se às iniciativas preliminares, como a realização de um concurso de fotografia em todo o Estado de São Paulo, visando ao cadastramento das áreas merecedoras de intervenção e à participação da população na escolha do patrimônio ambiental. Dessa atividade resultou uma pesquisa preliminar sobre os valores simbólicos da cidade, coordenada por Ulpiano Bezerra de Meneses.⁵⁰

Por diferentes caminhos, o Programa de Preservação e Revitalização do Patrimônio Ambiental Urbano e o cadastramento de edificações realizado pela COGEP -- esse desenvolvido sob dois enfoques tradicionais e concomitantes, o da evolução da cidade por "ciclos econômicos" e pela adoção de novas técnicas construtivas --, significaram a possibilidade efetiva de rompimento da ortodoxia preservacionista, embora não alcançassem, como se pretendia, estabelecer nova forma de atuação.

O "patrimônio ambiental urbano" passou a referenciar inúmeros estudos e propostas de intervenção no Condephaat e na área de planejamento e, segundo Bezerra de Meneses,⁵¹ tornou-se um "modismo legitimador de propósitos muito diversificados", o que lhe "retirava o sentido, de resto não suficientemente esclarecido", gerando "equivocos e ambigüidades".

⁴⁹ São Paulo (Estado), 1978, p.41-42.

⁵⁰ Uma política... *CJ Arquitetura* nº17, p.28, 1977.

⁵¹ Meneses, 1978, p.45.

Diferentes entendimentos seriam explicitados durante um debate realizado pela Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo - Emplasa, órgão da Secretaria de Negócios Metropolitanos.

À Emplasa cabia, entre outras atribuições, implementar a participação da comunidade na resolução dos problemas que envolviam as condições de vida urbana. Em setembro de 1978, empenhada em elaborar uma minuta de legislação que preservasse o patrimônio histórico e cultural da Grande São Paulo, a Empresa promoveu um debate público sobre patrimônio ambiental urbano do qual participaram, entre outros, Murilo Marx, do Departamento de Patrimônio Histórico da Secretaria de Cultura do Município de São Paulo; Carlos Lemos, do Condephaat; Antonio Luiz Dias de Andrade, do IPHAN e Ulpiano Bezerra de Meneses que, embora conselheiro do Condephaat, lá estava como representante da Universidade de São Paulo.

Durante o encontro, alguns tópicos apontados para discussão demonstram que havia uma disposição de redimensionar a questão da preservação do patrimônio histórico não apenas dos pontos de vista técnico e cultural, como também institucional, o que fez com que os participantes apontassem algumas dimensões envolvidas, como a da responsabilidade do Estado na preservação, a da inserção institucional dos órgãos por ela responsáveis -- tradicionalmente situados na área de educação e cultura --, a da competência administrativa do encaminhamento da proteção ao patrimônio e a do relacionamento entre as áreas de preservação e planejamento. Além destas, algumas novas preocupações relativas à abordagem do próprio objeto "bem cultural", como seu papel na manutenção da inteligibilidade do espaço urbano e a revitalização, esta entendida como uma intervenção preservacionista diferenciada.

A questão básica para a discussão de uma política de preservação era, porém, conceitual e acabou por merecer a abordagem de Carlos Lemos e de Ulpiano Bezerra de Meneses, no sentido de definir patrimônio ambiental urbano.

Lemos entendia que o patrimônio ambiental urbano não se compunha "apenas de monumentos históricos e artísticos", mas fundamentalmente "de grande massa de bens culturais típicos, normais, comuns, cotidianos que, eles sim, representam alguma coisa no contexto urbano". Um dos interesses maiores de sua preservação era permitir "a compreensão da cidade, a leitura da cidade".⁵²

Embora atribuindo ao patrimônio uma função referenciada na cidade e ampliando tal qualidade para além dos bens excepcionais e monumentos, esse entendimento não ultrapassava os limites já alcançados pelas definições tradicionais de patrimônio, isto é, circunscrevia-se a valorização das características materiais e formais dos bens apreciados. Essa postura suscitara críticas de Bezerra de Meneses por não se diferenciar da já adotada pelo Patrimônio Histórico, no sentido em que ambas tomavam o patrimônio

como um dado preestabelecido, produto já pronto e acabado, cujas qualidades sintomáticas poderiam ser identificadas e nomeadas.⁵³

Tendo por base a análise histórica e antropológica da cultura material -- os estudos sobre as relações cidade/símbolo e sociológicos sobre a memória --, Bezerra de Meneses propunha a leitura dos signos, testemunhos materiais acumulados por gerações passadas, presentes em uma dimensão territorial. O caráter dinâmico do patrimônio era

⁵² São Paulo (Estado), Emplasa, 1979, p.9. Coube a Carlos Lemos a iniciativa de ampliar a discussão do conceito para a Universidade. Em 1978, ele promoveu na FAU-USP um curso de especialização que, além de professores brasileiros, contou com a presença de nomes internacionais, o americano James Marston Fitch e o italiano Adriano La Regina.

⁵³ Meneses, 1978, p.45.

assim evidenciado através de uma análise que o inseria nas sucessivas transformações da sociedade, como um fato social, produto da cultura, dos

procedimentos por intermédio dos quais o homem organiza a prática social, nisso incluída a manipulação da linguagem simbólica.⁵⁴

A partir dessa proposição, a recuperação da leitura da cidade -- que, segundo entendia Lemos, fundava-se em listagens estabelecidas por especialistas de modo a referenciar as etapas de transformação do espaço urbano -- tinha por base a formação, evolução e representatividade social dos símbolos urbanos. No caso de sociedades complexas, esse ponto de vista implica a consideração de múltiplas imagens da cidade e, portanto, de múltiplos patrimônios ambientais urbanos cuja eleição considera valores como o afetivo, legitimações e aspirações, fatores exteriores à qualidade material dos bens culturais, mas próprios de grupos sociais.

Ao considerar o patrimônio como um fato da cultura, produto das respostas do homem aos desafios cotidianos, Bezerra de Meneses retirava-lhe o sentido de "coisa do passado", "herança estática", para torná-lo um dado do presente, "coisa viva" submetida ao constante refazer-se da sociedade. Sob sua perspectiva, o conceito de patrimônio ambiental urbano definia-se como "um sistema de objetos socialmente apropriados, percebidos como capazes de alimentar representações do ambiente urbano". Não se tratava, portanto, de considerar este ou aquele objeto isoladamente, mas em relação a um sistema, "suporte de significados", cuja apropriação social precisava ser conhecida.⁵⁵

⁵⁴ São Paulo (Estado), op.cit., 1979, p.22.

⁵⁵ Idem, p.23-24.

Por fim, Bezerra de Menezes atribuía à ação preservacionista integrada à gestão urbana um caráter político, de resistência à expropriação provocada pela especulação imobiliária. A "devolução da cidade aos cidadãos" passava, também, pela forma de consumo dos bens culturais, pelo programa de uso das edificações de valor histórico ou arquitetônico, de modo a orientá-las para a integração ao cotidiano, ao "mundo do trabalho".

A memória foi detidamente tratada por Bezerra de Menezes em um artigo publicado no mesmo ano de 1978.

Falar de patrimônio ambiental urbano, como falar de patrimônio cultural geral, é, de maneira direta ou indireta, falar de memória social, de onde se projetam as significações que vão enformar as representações da cidade.⁵⁶

Tratava-se de um fenômeno social que unia o passado ao presente, "um instrumento biológico-cultural de identidade, conservação e desenvolvimento" que favorecia a percepção do universo social como algo em constante mudança. Considerando o que Balandier classifica de "ilusão social essencial", isto é, a tendência de as sociedades se perceberem mais pela ordem e estabilidade que pelo processo de mudança a que está submetida, e o fenômeno que Jacoby chama de "amnésia social" -- que tem entre suas formas básicas o culto ao passado e a autofagia provocada pela obsolescência programada da sociedade de consumo -- o autor ressaltava a importância estratégica dos "componentes físicos do ambiente urbano como suportes de evocações",⁵⁷ uma vez que através deles torna-se possível a percepção das transformações sociais.

⁵⁶ Menezes, 1978, p.46.

⁵⁷ Idem.

O conceito de patrimônio ambiental urbano assim explicitado possibilitava o entendimento da produção material enquanto produção cultural; desta forma, era o avesso da reificação do patrimônio e nucleava um possível entendimento interdisciplinar de patrimônio no centro do qual se colocava o homem e não os objetos.

A absorção do conceito na prática do Condephaat foi parcial e mais próxima do entendimento expresso por Carlos Lemos. Não obstante, algumas iniciativas procuraram tornar a atuação do órgão mais adequada à aceleração das transformações e aos procedimentos de preservação urbana, e atualizada com os avanços conceituais de áreas dedicadas ao estudo do ambiente.

O início da gestão Nestor Goulart Reis Filho, em maio de 1976, foi propício à apresentação de dois documentos com este objetivo. Um deles, *Proposta e roteiro para a atuação do novo conselho deliberativo do Condephaat*, foi apresentado por Ulpiano Bezerra de Meneses, vice-presidente do órgão. Explicitando a intenção de estabelecimento de uma política estadual de preservação, a proposta previa o estabelecimento de programas a curto e a médio prazos, constituídos por arrolamentos, atividades de obras e serviços, projetos de reabilitação urbana e uma "experiência piloto", constituída por uma ação cultural integrada, a ser desenvolvida na cidade de Itu, com objetivo de embasar a atuação futura do Condephaat. Por fim, o documento propunha a "proteção e valorização do patrimônio natural".⁵⁸

A orientação dos procedimentos com o patrimônio natural estavam consignados no trabalho de Aziz Ab'Sáber, *Diretrizes para uma política de preservação de reservas naturais no Estado de São Paulo*, no qual antigas formações geológicas foram tratadas como documentos da formação da paisagem, como memória da natureza,

⁵⁸ Reunião de conselho, Ata nº 287, 14.6.1976, Centro de Documentação do Condephaat.

cuja preservação se impunha para a manutenção das condições fundamentais do ambiente.

O conselheiro estabelecia três critérios essenciais: o da preservação de áreas críticas e ecologicamente estratégicas, correspondentes a filtros da Biosfera como, por exemplo, a Serra do Mar; o do tombamento de paisagens distintas, reconhecidamente de exceção; e, finalmente, uma política de revalorização, controle e planejamento de paisagens de substituição ou de elaboração artificial, com vistas ao aproveitamento para turismo e lazer. O primeiro critério sobrepunha-se aos demais por apresentar implicações diretas com a preservação das condições ambientais; neste caso, estavam as reservas existentes nos arredores da metrópole paulistana e a Serra do Mar,⁵⁹ cujo tombamento se concretizaria após dez anos.

Em setembro de 1976, após inúmeras discussões, o plano que pretendia reorganizar os trabalhos do Condephaat foi apresentado ao secretário Max Feffer.⁶⁰ Nele estavam explicitados os objetivos do órgão -- identificação, proteção e valorização do patrimônio cultural -- bem como suas formas de atuação: a ação normativa, de assessoria e fomento e de ação executiva, nas quais se incluía a retomada da prática de convênios, o que permitiria uma aproximação efetiva com os outros órgãos de gestão urbana.

Definia-se um perfil para o órgão. O plano previa, também, a criação de uma estrutura de apoio aos trabalhos, pois propunha a organização de uma biblioteca e de arquivos. Por fim, arrolava entre as metas do Conselho a problematização do campo de sua atuação e a formulação de conceitos, critérios, técnicas e estratégias, de modo a garantir uma ação articulada e coerente.

⁵⁹ O trabalho foi publicado e o autor o dedicou aos conselheiros do Condephaat, "companheiros de trabalho e luta", *Ab'Sáber*, 1977.

⁶⁰ Reunião de conselho, Ata nº 300, 20.9.1976, Centro de Documentação do Condephaat.

Em relação às obras e aos serviços, o plano procurava redefinir prioridades e agrupar casos que possibilitassem tratamentos semelhantes sob uma mesma tipificação -- por exemplo, o do Parque da Independência e do Pátio do Colégio, em "projetos de reabilitação urbana" -- ou, ainda, a criação de novas tipificações, como a "proteção e valorização do patrimônio histórico, arqueológico e artístico no contexto do patrimônio ambiental", à qual se ajustavam o Projeto Lorena e os sambaquis da área de Iguape e Cananéia.

Previa-se, também, a divulgação das atividades do Conselho por meio de exposições, de seminários, da imprensa, do rádio e TV educativos e de publicações. Embora reconhecendo os problemas de funcionamento do órgão -- natureza institucional, competência legal, capacidade administrativa e estrutura operacional interna --, os conselheiros preocuparam-se em investir o Conselho da organicidade necessária à eficiência de ação. A concretização desse conjunto articulado de medidas permanecia, porém, dependente da vontade política do poder público. A postura oficial, porém, em relação ao patrimônio se traduziu durante todo o período estudado em uma sutil estratégia representativa do lugar secundário ocupado pela cultura nas políticas públicas. Ao Condephaat não foram propiciadas senão as condições mínimas para que ele marcasse a presença do Estado enquanto guardião do "interesse social" na área preservacionista.

Em conseqüência, o plano referido e diversas outras propostas que o sucederam, com o objetivo de substituir a atomização das ações cotidianas do Conselho por uma efetiva política de preservação, foram esquecidos ou, na melhor das hipóteses, tiveram alguns aspectos adotados descontinuadamente.

A barreira é efetivamente política, como bem ilustram as palavras do secretário Jorge Cunha Lima durante uma reunião do Conselho deliberativo, em 1985, na qual lhe foi entregue uma proposta de reestruturação e atuação do Condephaat amplamente discutida entre os técnicos e conselheiros. Ponderando sobre as diferenças

existentes entre os tempos técnico e burocrático, ele atribuía a este último características de perenidade "que não se coadunam com as atividades de órgãos político-técnicos, como é o caso do Condephaat". Segundo o secretário, aí residiam as dificuldades para se levar a bom termo os objetivos principais do órgão. E, terminando, chamou a atenção para a importância da adequação das "necessidades técnicas às políticas", como saída "para a obtenção dos objetivos colimados, neste caso, a difusão e a preservação da cultura como um todo".⁶¹

Apesar das limitações institucionais, o Condephaat experimentava um relativo avanço em sua prática preservacionista, especialmente no que se refere a alguns aspectos urbanísticos. Houve uma aproximação com a COGEP para a promoção de trabalhos conjuntos e ampliação dos instrumentos legais de preservação de certas áreas da cidade,⁶² realizaram-se estudos para a preservação de ambientes urbanos como o Parque da Independência, em São Paulo,⁶³ cogitava-se conciliar a defesa do patrimônio com a melhoria das condições funcionais das regiões mais deterioradas de bairros centrais da capital, como Santa Ifigênia, Luz e Campos Elíseos.⁶⁴

Em relação à arquitetura, porém, mantinha-se, na maioria dos casos, a ortodoxia, a exemplo do tratamento dado ao pedido de tombamento da residência da família Matarazzo (**Ilustr.6**), obra de Piacentini que, embora considerada representante do período de fixação da aristocracia cafeeira e do imigrante próspero no espigão da Paulista, teve seu pedido de tombamento arquivado, entre outras justificativas por sua

⁶¹ Reunião de conselho, Ata nº 613, 6.8.1984, Centro de Documentação do Condephaat.

⁶² Reunião de conselho, Ata nº 289, 28.6.1976, Centro de Documentação do Condephaat.

⁶³ Reunião de conselho, Ata nº295, 9.8.1976, Centro de Documentação do Condephaat.

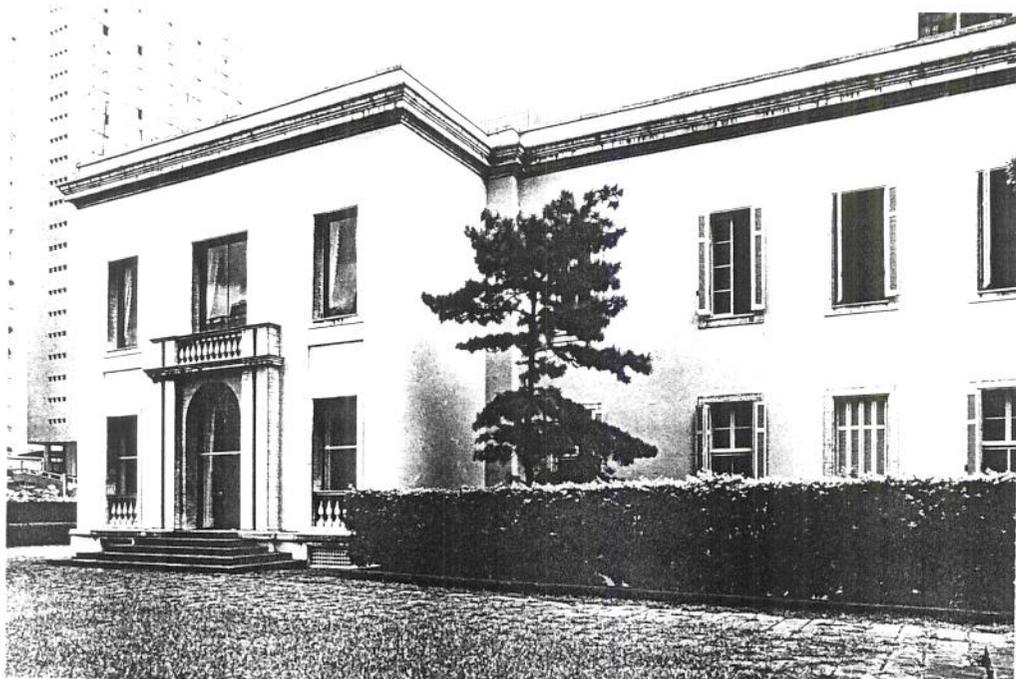
⁶⁴ Reunião de conselho, Ata nº292, 26.7.1976, Centro de Documentação do Condephaat.

arquitetura ser "desvinculada das nossas tradições construtivas, já que é um estilo importado que mereceu duras críticas de Mário de Andrade..."⁶⁵

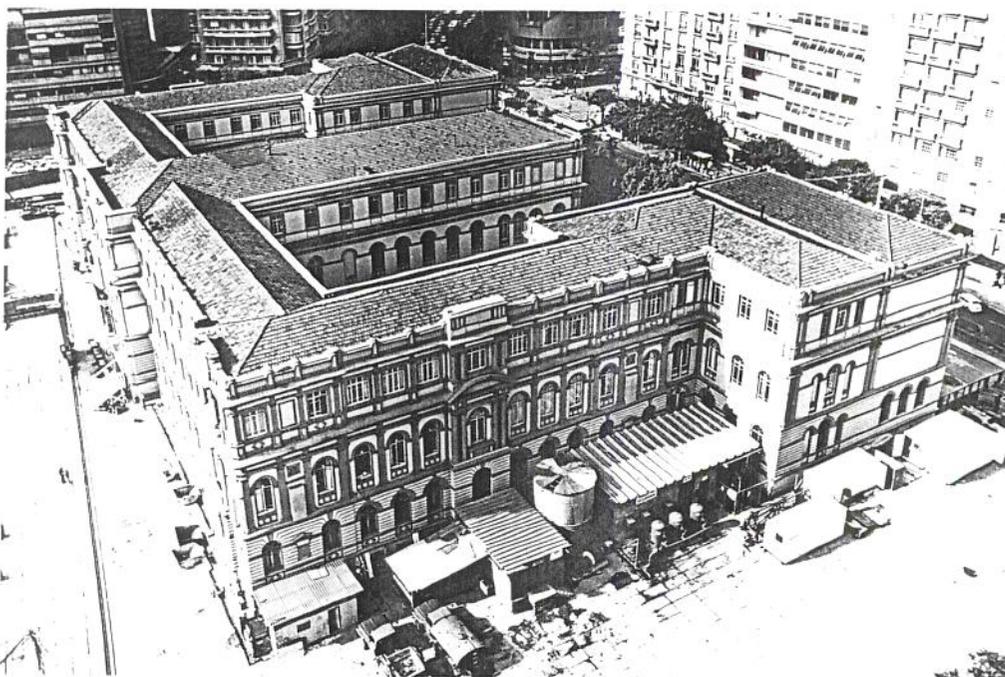
A ação do Condephaat, embora tivesse ganho um dinamismo sem precedente, não atendia às expectativas criadas com a expansão da consciência preservacionista em diversos setores da sociedade. Começavam a surgir nessa época as associações preservacionistas, como a Associação de Defesa do Patrimônio da Comunidade, que congregava especialistas, e, do ponto de vista dos poderes públicos locais, a ser instituídos os primeiros conselhos municipais de proteção ao patrimônio. O assunto patrimônio, freqüentemente abordado na imprensa e debatido publicamente por órgãos de planejamento, seria também objeto de discussões de membros da sociedade civil e começava a mobilizar a opinião pública.

A força dessa mobilização se mostrou durante o tombamento do edifício do Instituto de Educação Caetano de Campos, antiga Escola Normal da Praça (**Ilustr.7**) -- momento em que a eficiência da ação preservacionista dependeu do apoio da sociedade. No segundo semestre de 1975, a Companhia do Metropolitano preparava-se para executar o projeto da Estação República da linha Leste-Oeste o que, segundo decisão técnica, implicava a demolição do edifício da Escola. A iniciativa de sua preservação coube ao deputado federal Ruy Codo, que em ofício dirigido ao governador Paulo Egydio Martins protestava contra a medida. Encaminhada ao Condephaat, a manifestação do parlamentar deu base para a abertura de um polêmico processo de tombamento no qual estavam envolvidos interesses diversos, entre os quais os das construtoras encarregadas das obras.

⁶⁵ Reunião de conselho, Ata nº303, 11.10.1976, Centro de Documentação do Condephaat. Conselheiro Benedito Lima de Toledo, representante da FAU-USP.



Ilustr.6: Residência Matarazzo, Av.Paulista 1230, Capital, reforma de 1930, projeto atribuído a Marcelo Piacentini. Semi-demolida.
Foto de 1983, Hugo Segawa - acervo Condephaat.



Ilustr.7: Instituto de Educação Caetano de Campos, Pça.da República s/nº, Capital, edifício inaugurado em 1894, projeto do escritório Ramos de Azevedo.
Tombamento: 1976.
Foto de 1980, Luiz de Franco Neto - acervo Condephaat.

A preservação do edifício acabou gerando uma campanha liderada por ex-alunos e ex-professores que, ganhando amplo espaço na imprensa, mobilizou a opinião pública. Como lembra Ulpiano Bezerra de Meneses, o caso do Caetano de Campos foi emblemático, pois marcou a participação de segmentos não especializados da população e consagrou o patrimônio como um dos assuntos de pauta nos jornais. Este fato novo, segundo ele, foi fundamental, uma vez que favoreceu a posição do Condephaat que, a princípio, parecia não ter força para responder à argumentação técnica da Companhia do Metrô que, a cada passo, demonstrava ser absolutamente indispensável demolir o prédio, opinião que ganhara adeptos no âmbito da própria Secretaria de Cultura.⁶⁶

Em artigo publicado na imprensa,⁶⁷ assinado por Carlos Lemos, o STCR do Condephaat extra-oficialmente deixava pública sua posição favorável ao tombamento; em um parecer, parte do processo de tombamento, o arquiteto justificava a medida protetora do Estado pela importância do edifício para a inteligibilidade da trama urbana, por sua relação com a história, especialmente a do ensino e sua representatividade na história da arquitetura, enquanto exemplar da fase do ecletismo do final do século XIX.⁶⁸

Após seguidas reuniões com representantes do Departamento de Patrimônio Histórico da Prefeitura Municipal de São Paulo, da COGEP, do Departamento de Obras Públicas do Estado de São Paulo e do Metrô, o Conselho decidiu-se pelo tombamento.⁶⁹ O parecer favorável do relator Eduardo Corona, representante da FAU-USP, considerava a importância histórica, paisagística e arquitetônica do edifício

⁶⁶ Entrevista a Marly Rodrigues em 11.2.1992.

⁶⁷ *Folha de S.Paulo*, 12.10.1975.

⁶⁸ Processo de Tombamento nº 00610/75, Centro de Documentação do Condephaat.

⁶⁹ As atas de Reunião de conselho entre julho de 1975 e maio de 1976 não foram localizadas, o que impossibilitou a reconstituição das discussões.

ressaltando que sua preservação envolvia a preservação de sua moldura envoltória. Com essa recomendação certamente procurava prevenir possíveis investidas contra outras edificações de importância na área, como o Edifício Esther, considerado marco da arquitetura moderna em São Paulo.

A deliberação final baseou o tombamento em três ordens de significados -- histórico, arquitetônico e ambiental -- entre os quais se valorizava um aspecto pela primeira vez expresso pela população e levado em conta em um tombamento, o valor afetivo dos bens culturais. Aí, "o valor afetivo possível de lhe ser atribuído independentemente de qualquer saudosismo, nostalgia ou outro sentimento, no caso, de menor peso" foi relacionado à significação histórica do edifício, esta por sua vez decorrente de "carga documental expressiva". Do ponto de vista arquitetônico, o bem foi considerado como "documento válido e testemunho de uma época", o que também era inédito em relação ao ecletismo, e, no que se refere ao ambiente, como portador de "significado semântico de primeiro interesse para a leitura da cidade, constituindo legítimo patrimônio ambiental urbano".⁷⁰

A pressão da opinião pública levaria o próprio Conselho a rever outras posições, como a contrária ao tombamento do edifício da antiga Escola Alemã, depois Porto Seguro (**Ilustr.8**),⁷¹ funcionando, portanto, como fator de equilíbrio das opiniões técnicas ortodoxas, pois orientava-se por valores afetivos.

A mobilização para a defesa de bens culturais dependeu da representatividade do bem e teve efeitos quando recebeu o apoio da mídia, chegando a fortalecer as posições do Condephaat diante do próprio governo, como nos casos de Caucaia do Alto e da Estação da Luz. Nos casos, porém, em que o debate, ainda que

⁷⁰ Processo de Tombamento nº 00610/75, Centro de Documentação do Condephaat.

⁷¹ Processo de Tombamento nº 20.063/76, Centro de Documentação do Condephaat.



público, restringiu-se aos especialistas, a preservação ou destruição de um bem foi condicionada às possibilidades de influência das partes envolvidas. O sítio arqueológico do Pátio do Colégio,⁷² configurado pela ocupação que deu origem à cidade de São Paulo seria destruído com a construção de uma réplica da terceira igreja erguida pelos jesuítas naquele local, em 1671. Sem que o Condephaat tivesse força política para impedir, um documento autêntico foi destruído para a criação de um monumento, falso documento referenciador da obra de educação dos jesuítas à memória da cidade.

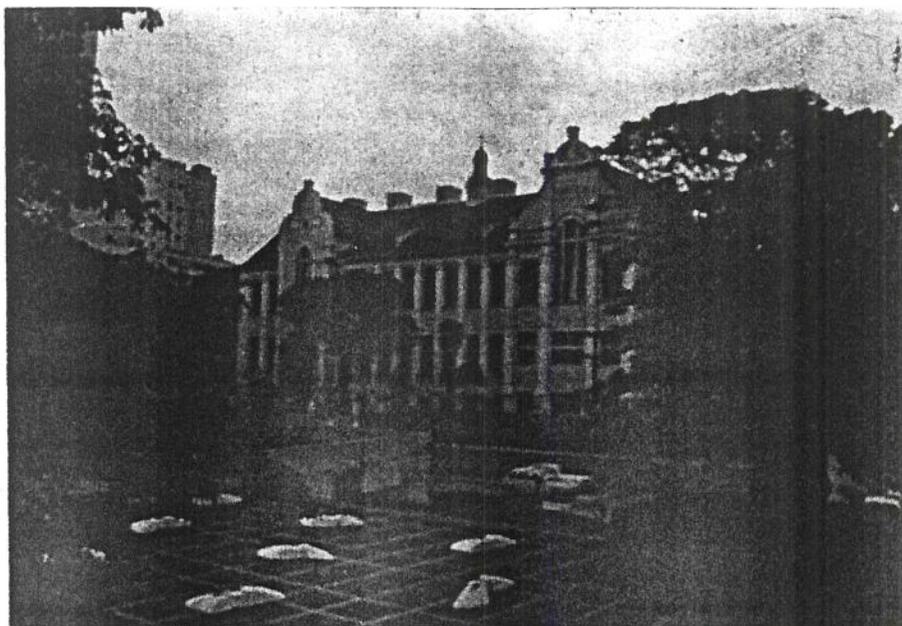
Foi com o apoio de entidades preservacionistas, imprensa e membros da sociedade civil, que o Conselho logrou preservar Morro Grande,⁷³ no bairro de Caucaia do Alto, em Cotia, área florestal e de mananciais, embora isso contrariasse enormes interesses econômicos e do próprio governo do Estado. Em maio de 1978, em meio ao desenvolvimento das discussões sobre Caucaia, esgotou-se a gestão do colegiado. Um novo conjunto de representantes seria empossado apenas em agosto e, em sua maioria, permanecia favorável à preservação da área.

O caso da Estação da Luz (**Ilustr.9**) mobilizaria a opinião de especialistas e ganhou espaço na imprensa. Em editorial, a *Folha de S.Paulo* retomava o posicionamento de defesa dos bens culturais e criticava o descaso e a omissão do governo que, aparentemente, tomava medidas sem ouvir o Condephaat, tornando-o frágil e quase inoperante.⁷⁴

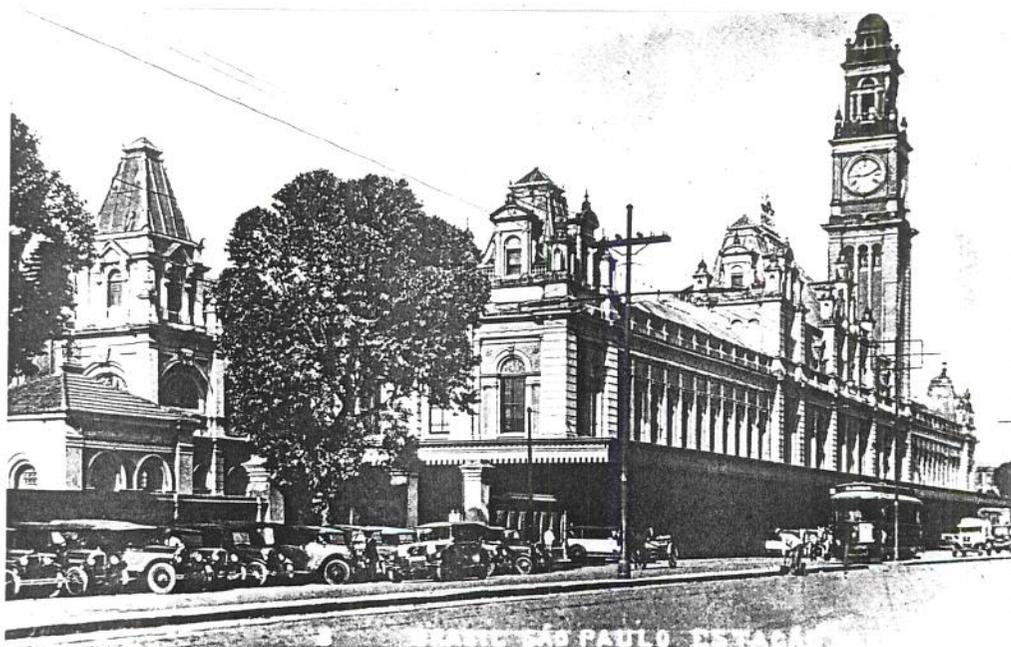
⁷² Processo de Tombamento nº 00538/75. Centro de Documentação do Condephaat. A argumentação do Condephaat no litígio com a Sociedade Brasileira de Educação, representação jurídica da Companhia de Jesus, foi publicada pelo Conselho; a redação é de Benedito Lima de Toledo e Ulpiano Bezerra de Menezes. São Paulo (Estado), Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia, Condephaat, *O sítio urbano original de São Paulo*. O Pátio do Colégio, Publicação nº 1, São Paulo, 1977.

⁷³ Processo de Tombamento nº 20.519/78, Centro de Documentação do Condephaat.

⁷⁴ *Folha de S.Paulo*, 8.1.1977, in Processo de Tombamento nº 20.097/76, p.104, Centro de Documentação do Condephaat.



Ilustr.8: Colégio Porto Seguro, Pça.Roosevelt 111, Capital, construção de 1910, projeto de Augusto Fried.
Tombamento: 1979.
Foto s.d. - acervo Condephaat.



Ilustr.9: Estação da Luz, Pça. da Luz s/nº, Capital, edifício inaugurado em 1901.
Tombamento: 1982.
Cartão Postal déc.20 - acervo Condephaat.

O tombamento foi neste caso o instrumento adequado para sustar a pretensão da Rede Ferroviária Federal de realizar naquele importante edifício -- já protegido por lei municipal, pois incluído na Z8-200 -- obras descaracterizadoras que não apenas adaptavam as instalações às necessidades da conexão ferrovias-metrô mas criavam novos espaços para a instalação de comércio.

A decisão de tomar a Estação da Luz mais uma vez colocou a questão da vulnerabilidade das ações culturais diante de interesses diversos -- tanto mais poderosos quanto mais a cidadania não seja exercida plenamente. O Condephaat sofreu pressões advindas de setores contrários ao tombamento, que acabaram por provocar constrangimentos entre os governos federal e estadual.

A Assembléia do Estado de São Paulo, em agosto de 1976, enviou ao presidente da República, Gal. Ernesto Geisel, uma moção em que solicitava fosse encaminhado o tombamento do edifício pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.⁷⁵ Esse órgão também recebeu pressões do Ministério dos Transportes que, em ofício enviado ao ministro da Educação e Cultura, Ney Braga, apresentava os fatos e solicitava que o processo de tombamento fosse sustado, pois a finalidade da Estação não se coadunava com a de um monumento tombado.⁷⁶

A idéia de inadequação do uso ao *status* conferido pelo tombamento nascera da prática oficial de preservação que sacralizara o uso cultural das edificações tombadas, tornando-o "senso comum". Esse argumento tornava ainda mais delicada a situação do IPHAN, pois ia ao encontro de um dos aspectos de sua ortodoxia. A posição final do órgão federal já fora sugerida em um dos primeiros informes constantes do

⁷⁵ Moção nº 104, de autoria do deputado João Lázaro de Almeida Prado, aprovada em sessão de 17.8.1976, in Processo de Tombamento, op.cit., p.14-145.

⁷⁶ Aviso nº 18/SG/DSI/MT, in Processo de Tombamento, op.cit., p.137-138.

processo de tombamento, no qual o chefe da Seção de Arte do IPHAN observava que o "tombamento não implica em coibir expansões e alterações compatíveis, desde que não afetem o caráter essencial da edificação" e acenava com a possibilidade de um acordo entre a Rede -- uma vez que esta estava ciente do que a Estação representava para o patrimônio paulista -- e o Condephaat, "que não há de interferir com rigores injustificados".⁷⁷

A estratégia de retirada aí implícita foi também utilizada pelo relator do processo, Cyro I. Correa de Oliveira Lyra, com base em outros argumentos, os do conhecimento arquitetônico e das versões oficiais da história. O conselheiro, após reconhecer os atributos artísticos, arquitetônicos, históricos e paisagísticos do edifício, acabava por atribuir-lhe expressão apenas regional.

*Peça indispensável do acervo cultural do Estado de São Paulo, a Estação não se vincula a fatos memoráveis da história brasileira e nem é dotada de excepcional valor artístico, não possuindo portanto aquelas qualidades que motivassem seu tombamento pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.*⁷⁸

O condicionamento da importância cultural à hierarquia dos poderes públicos ou, se preferível, aos limites da história local ou regional -- argumento até que bastante utilizado -- não foi apenas uma saída política, mas também revelou que os critérios vigentes no órgão federal continuavam voltados à construção de uma tradição nacional que, alcançando apenas o século XVIII, rompia a própria concepção moderna de Nação, unidade que, tendo fronteiras culturais e territoriais definidas, possui também uma continuidade temporal na qual o patrimônio tem o papel de mediar as dimensões do tempo e estabelecer parte da memória histórica.

⁷⁷ Informação 207, Processo nº 944-T-76/IPHAN, in Processo de Tombamento, op.cit., p.140.

⁷⁸ Processo de Tombamento, op.cit., p.147-148.

Em março de 1979, a mudança de governo e do conselho deliberativo do Condephaat resultaram em mudanças de orientação dos trabalhos do órgão. O corpo de conceitos que até então parecia tender a consubstanciar-se em uma nova prática do Conselho -- que, em alguns momentos rompera o isolamento que o caracterizara aproximando-o dos movimentos preservacionistas da sociedade -- foi sendo colocado em segundo plano.

Tratava-se, tanto quanto possível, de agilizar as ações protetivas sem criar constrangimentos entre as esferas da administração pública e de torná-las de domínio público, de modo a garantir dividendos políticos e eleiçoeiros.

Ruy Ohtake, arquiteto escolhido para presidir o Conselho, se empenharia em criar para o órgão uma imagem pública de eficiência; para isso, lançaria mão de expedientes administrativos, como a transferência de funcionários de outros órgãos públicos para o Conselho, de realização de convênios e da divulgação do patrimônio através de filmes, exposições, cursos, seminários e publicações. Entre essas, *Boletim* divulgava as atividades cotidianas do Condephaat, *Documentos* focalizava bens tombados, além de *Cidades Históricas*, série de oito cartazes, e um volume de *Monografias*, publicação de caráter técnico, dedicado a Santana de Parnaíba.⁷⁹

Do ponto de vista dos conceitos, voltariam a predominar os de patrimônio histórico e de monumento histórico; embora nas referências o patrimônio aparecesse quase sempre classificado como "cultural", sua valorização voltou a basear-se apenas na

⁷⁹ *Boletim* teve 5 números, entre maio de 1979 e julho de 1980. Relatório de gestão, maio de 1979-julho de 1980, vol.I, Centro de documentação do Condephaat. O Conselho, em colaboração com o Instituto dos Arquitetos do Brasil, promoveu cursos e seminários para profissionais e estudantes interessados em patrimônio. Um deles, Preservação de Bens Culturais: Políticas e Experiências, realizado em agosto de 1980, contou com a participação de Pier Luigi Cervelatti, responsável pela preservação de Bolonha.

história da arquitetura, ótica sob a qual se percebia a história. Um inventário apresentado ao conselho consultivo, entre outros objetivos, com a finalidade de estabelecer critérios de tombamento, apontava os "ciclos" econômicos -- bandeirista, torna viagem, açucareiro, cafeeiro, primeira industrialização, crise do café, segunda industrialização, desenvolvimentismo e pós-desenvolvimentismo -- como caracterizadores da produção cultural paulista.⁸⁰

As idéias de memória, identidade e a consideração do sentido social da preservação foram substituídas por uma visão pragmática e tecnicista de atuação, bem exemplificada no estudo de tombamento de Santana de Parnaíba (**Ilustr.10**), e pela valorização do passado enquanto produto de consumo cultural. O estudo de tombamento estabeleceu critérios gerais cuja consideração conjunta, entendiam os técnicos, permitiria definir todo e qualquer centro histórico: *homogeneidade*, isto é, a harmonia entre as edificações e as relações espaciais; *densidade*, entendida como concentração de edificações de alto valor histórico-cultural; *qualidade*, expressando as características de formas, materiais e técnicas construtivas do acervo construído.⁸¹

⁸⁰ Trabalho coordenado por Gustavo Neves da Rocha e Júlio Katinsky, resultou no texto apresentado ao conselho deliberativo. Critérios de tombamento de bens arquitetônicos no Estado de São Paulo, elaborado por Katinsky, Reunião de Conselho, Ata nº 483, 9.9.1981 e nº 181, 16.9.1981, Centro de Documentação do Condephaat. O mesmo texto, com o título *Critérios de Classificação de Bens Arquitetônicos do Estado de São Paulo*, consta do Processo 20.954/79, Seção de Protocolo do Condephaat.

⁸¹ Trabalho coordenado por Rosa Castro, com consultoria de Gustavo Neves da Rocha, Sérgio Zaratini e Rui Granziera. São Paulo (Estado), 1982. Processo de Tombamento nº 21.946/82, Centro de Documentação do Condephaat.



Ilustr.10: Centro Histórico de Santana de Parnaíba, cidade fundada no final do século XVI.
Tombamento: 1982.
Foto s.d., ? Lucena, Emplasa - acervo Condephaat.

Analisava-se, assim, um cenário do passado desprovido-o da dinâmica cultural, das relações entre os homens e seu local de vida e trabalho. O estudo propunha a revitalização de Santana de Parnaíba através de um plano completo de intervenção urbana cujos programas pretendiam orientar as medidas das autoridades públicas locais, inclusive no que se referia ao uso e ocupação do solo. Do ponto de vista turístico, propunha-se a dinamização das atividades sócio-econômicas e culturais ali já desenvolvidas e, no que se refere à participação popular, previa-se a criação de um Conselho Comunitário. Em busca de agilizar o atendimento aos moradores quanto às normas estabelecidas para reformas, restaurações e novas construções no entorno da área tombada, o Condephaat instalou um escritório na cidade.

Esse movimento seguiu-se às decisões técnicas e não logrou "conscientizar" a população local da importância da manutenção do que se acreditava ser sua herança cultural; as reformas e descaracterizações dos antigos edifícios continuaram a acontecer à revelia das autoridades, quadro que, repetindo-se em outras localidades tombadas, revelava mais a inadequação dos procedimentos preservacionistas que a incompreensão atribuída às populações.

O Condephaat voltava a privilegiar critérios formais de determinação do patrimônio no momento em que sua potencialidade enquanto elemento propiciador de uma melhor qualidade de vida começava a ser considerada, mais amplamente, pelo público interessado na área.

Essa perspectiva foi expressa nas discussões e conclusões do I Encontro Nacional de Arquitetos sobre a Preservação de Bens Culturais -- Arquimemória, realizado em São Paulo, em 1981, do qual também participaram profissionais e estudantes de outras especialidades. O Encontro tinha por objetivo definir uma política de preservação de bens culturais a ser defendida pelos arquitetos e refletiu o clima reinante

durante o processo de abertura política, no qual segmentos organizados da sociedade procuravam defender direitos e estabelecer canais que possibilitassem maior participação nas decisões de interesse público.

Considerando o patrimônio parte da memória da sociedade brasileira, os participantes criticaram a excessiva centralização das decisões e dos instrumentos de preservação nas mãos do Estado, o que acabava por favorecer interesses políticos particulares e por alijar a população das decisões.

Entre as propostas aprovadas no Arquivemória,⁸² havia a de criação de entidades civis de defesa do patrimônio, reconhecidas oficialmente. Outras reivindicações, como o direito das populações que habitam os centros históricos a continuarem a residir após o restauro, a priorização do uso dos bens restaurados para fins sociais, a adoção de instrumentos de preservação ativa - listagem, cadastramento, incentivos fiscais -, a discussão de critérios de preservação tendo em vista as condições sócio-culturais do País, em especial o crescimento das cidades, e a revisão da legislação pertinente, juntavam-se às relativas ao desenvolvimento das atividades profissionais, como a promoção de encontros interdisciplinares, mostrando que a preservação se apresentava como um campo particular do exercício de determinadas especialidades, que sua limitação às possibilidades do poder público era insatisfatória e que a ação por ele desenvolvida não atendia às exigências sociais, ao menos dos setores menos favorecidos da população

Via-se como necessário o estabelecimento de novos parâmetros de atuação, através dos quais o patrimônio pudesse ser usado como arma de resistência pelos cidadãos na luta em defesa do direito de morar ou de preservar os referenciais afetivos da cidade.

⁸² *Jornal da Tarde*, 28.7.1981. Texto aprovado na plenária final. Arquivo IAB-SP.

Alguns meses antes do término da administração Maluf, o secretário Cunha Bueno afastou-se da pasta em razão de sua candidatura a um cargo eletivo e foi substituído por João Carlos Martins. Durante sua gestão, o Condephaat pretendeu tomba imóveis remanescentes da ocupação da Avenida Paulista (**Ilustr.11**), marco urbanístico de reconhecida significação na história paulistana, o que geraria um episódio, a destruição dos antigos casarões da Avenida, que expôs a profundidade da crônica crise do órgão de preservação em São Paulo.

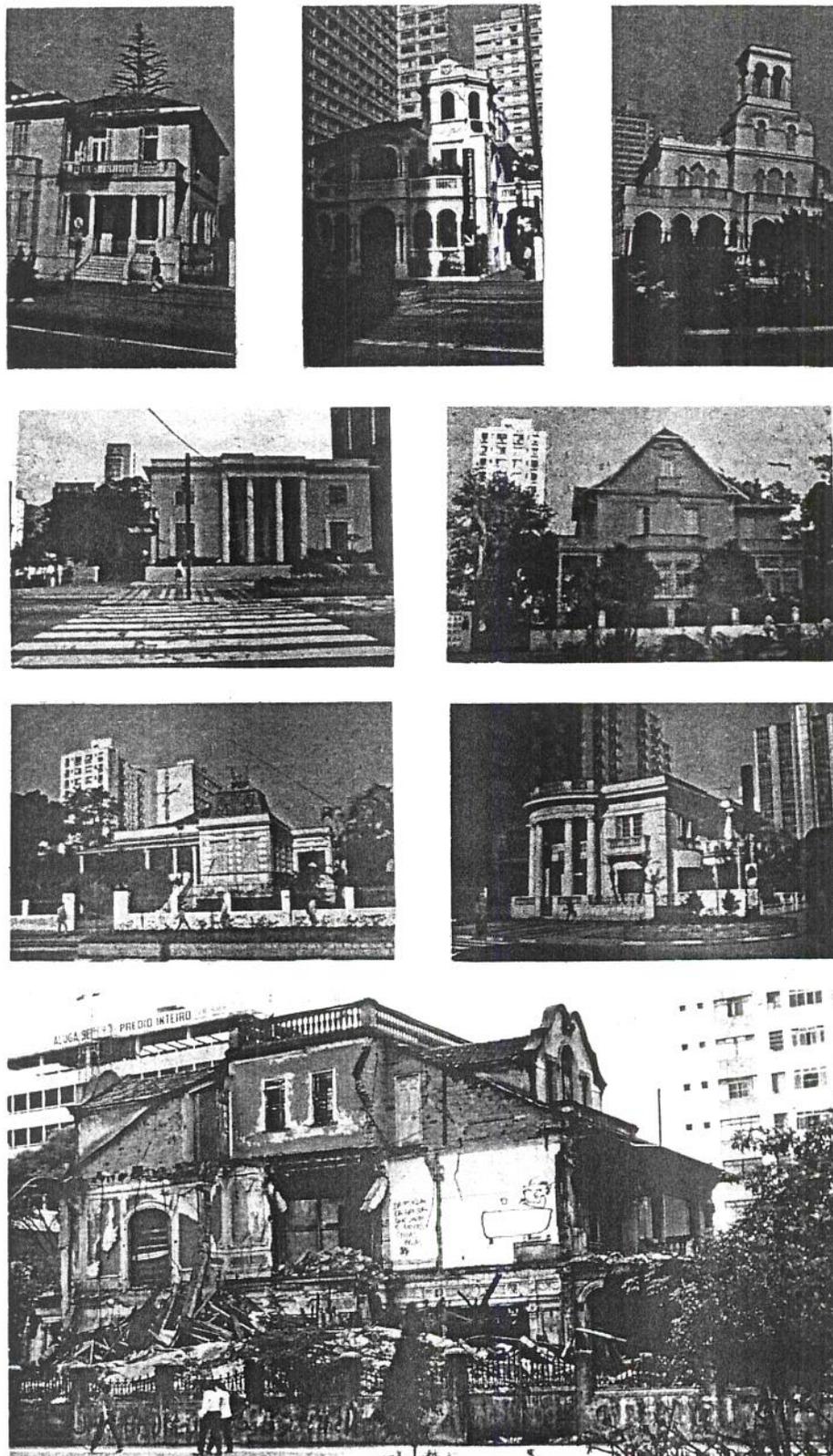
A idéia, ventilada através de uma entrevista em que Ohtake dizia estar as casas da Paulista incluídas no amplo levantamento de bens culturais que o Condephaat vinha realizando, levou os proprietários dos imóveis -- seis dos quais já haviam recebido a notificação de abertura de processo de tombamento -- a iniciar demolições antes mesmo da expedição dos respectivos alvarás pela Prefeitura. O tombamento nessa área altamente valorizada apresentava-se como uma medida bastante delicada por contrariar interesses imobiliários de monta.

As demolições tiveram forte repercussão junto à opinião pública. Um artigo publicado em uma revista semanal,⁸³ ao mesmo tempo desmoralizava as medidas de proteção ao patrimônio e criticava rudemente a legislação por permitir que

alguns burocratas decidam elevar à condição de obra significativa do patrimônio histórico uma propriedade para que ela tenha seu valor confiscado pelo governo.

A demolição massiva, da noite para o dia, foi traumatizante. Transeuntes, atônitos diante da violência da destruição, concentravam-se nas calçadas e aplaudiram uma breve manifestação de protesto que, realizada diante dos destroços de um dos casarões, se iniciou indagando:

⁸³ O grande desastre, *Veja*, 30.6.1982.



Ilustr.11: Av.Paulista, Capital. A partir da esquerda e do alto, residências nº 149, nº 709, nº 867, nº 1048, nº 1079, nº 1125, nº 1811 e nº 283. Fotos de 1983, acervo Condephaat, com exceção da última, acervo de Armando Olivetti.

Que povo será este
sem memória? Que povo será este
se destroem sua história?
Que homem é este que anula o trabalho
e a vida
de um outro tempo
de um outro homem? ⁸⁴

Além de ampla cobertura do acontecimento, a imprensa publicou inúmeras opiniões de profissionais criticando a atuação da Secretaria e do Condephaat e o instituto jurídico do tombamento, sugerindo que em seu lugar fosse adotada a listagem e estabelecidos incentivos fiscais e isenções tributárias e, até mesmo, a indenização ao proprietário de bens tombados de forma a estimular a preservação. Modesto Carvalhosa⁸⁵ considerou que "o desastre cultural ocorrido na Avenida Paulista foi fruto da demagogia cultural da Secretaria de Cultura", que objetivava finalidades propagandísticas. Fábio Magalhães, então diretor da Pinacoteca, apontou a "neurose de tombamentos" que assolara São Paulo e a convicção de que

não se perpetua a memória cultural de um país através de decretos ou atos administrativos, mas sim com a conscientização da população que passará a conservar os imóveis mais significativos.⁸⁶

⁸⁴ Versos de Neuza Cardoso. *Folha de S.Paulo*, 24.6.1982.

⁸⁵ *Folha de S.Paulo*, 24.6.1982.

⁸⁶ *Idem*.

Por sua vez, João Carlos Martins manifestou publicamente intenções de "reestruturar a filosofia de trabalho do Condephaat"⁸⁷ -- para torná-lo mais atuante e creditado junto à comunidade e a entidades profissionais de arquitetos -- e também de fazer uma revisão da legislação, tarefa com a qual se propuseram a colaborar Modesto Carvalhosa e Benedito Lima de Toledo. Em carta ao secretário em que comunicavam esta decisão, eles criticavam a displicência do governo em relação às "sugestões feitas pela sociedade civil, no sentido de buscar mecanismos para a preservação do patrimônio histórico" e afirmavam ser sua intenção propor

a representação efetiva da sociedade civil nos órgãos administrativos e consultivos ligados à preservação cultural, representantes esses que deverão ser eleitos e indicados pelas entidades ligadas ao interesse comunitário.⁸⁸

As linhas gerais da proposta de Carvalhosa e Lima de Toledo -- alteração das normas tributárias, instituição da listagem e do "solo criado" -- assemelhavam-se às apresentadas por Jorge Wilhelm, profissional de larga experiência na área de planejamento urbano e ex-secretário da Economia e Planejamento do Estado de São Paulo, no período em que a Emplasa desenvolveu estudo sobre patrimônio ambiental urbano e sobre "solo criado".

Wilhelm começava por considerar que a preservação de bens culturais não era "mero respeito por coisas do passado", mas "um cuidado em melhorar as condições de vida do futuro, dando a estas um significado mais denso e seguro". Em seu entender,

⁸⁷ Idem. Atendendo a solicitação do secretário, Rui Ohtake lhe entrega uma minuta de revisão da Legislação de Tombamento que não chegou a ser apreciada pela Procuradoria do Estado, Processo nº 22.300/82, Seção de Protocolo, Condephaat.

⁸⁸ *Folha de S.Paulo*, 26.6.1982. Nesta oportunidade, Benedito Lima de Toledo e Modesto Carvalhosa elaboraram uma minuta de lei municipal de preservação do patrimônio cultural e ambiental de São Paulo, na qual estabeleciam procedimentos como a listagem, direito de uso do solo, incentivo e sanções. O trabalho foi anexado ao Processo nº 22.300/82, Seção de Protocolo, Condephaat.

tendo em vista a preservação, os bens culturais podiam ser classificados em três categorias: os de valor histórico, os de valor estético-cultural e os de valores de referência.

A listagem dos primeiros caberia ao Condephaat após o estabelecimento de critérios em conjunto com outras entidades governamentais; os bens de referência seriam apontados pela população mobilizada em associações de moradores, ou mesmo individualmente, e o mecanismo de sua proteção deveria basear-se no "solo criado", nele considerando o "direito intrínseco" do proprietário -- construir para fins residenciais, obedecidas as restrições da legislação municipal, uma área no máximo igual à do lote -- e o "direito complementar", isto é, o direito de construir uma área determinada que pode ser deslocada para outro terreno, o que permitiria transações comerciais entre particulares e entre estes e o poder municipal, através de desapropriação, possibilidade que ensejaria um estoque de solo urbano para fins públicos.⁸⁹

No episódio da Paulista, mais uma vez, ficou evidenciada a vitalidade da sociedade civil -- então reivindicando participação e mostrando empenho na resolução de seus problemas -- e a inexistência de canais ou da vontade política que tornassem viáveis suas propostas de preservação.

Do ponto de vista da proteção do Estado aos bens culturais, "a Paulista" evidenciou o absoluto esgotamento dos mecanismos de preservação baseados apenas no tombamento, anacrônicos e frágeis diante da força do capital. Já era tempo de abandonar a preservação enquanto um ato quixotesco e defensável apenas no plano cultural e relacioná-la à lógica do sistema, isto é, ao lucro, como estratégia necessária à sua própria eficácia. Os bens culturais, uma vez que também submetidos às leis de mercado,

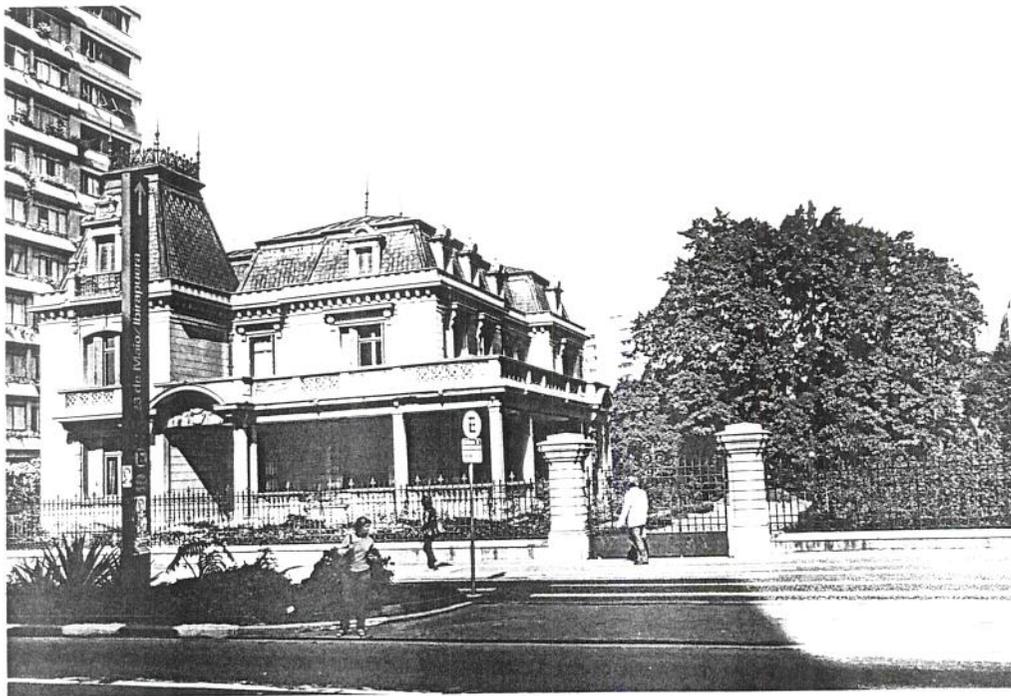
⁸⁹ Wilhelm, J. De como preservar casarões. *Folha de S. Paulo*, 3.7.1982. O artigo baseia-se nas propostas contidas no livro do mesmo autor, *Projeto São Paulo - Propostas para a melhoria da vida urbana*.

precisavam ser valorizados enquanto mercadoria da qual a subtração do potencial lucrativo corresponde à sua anulação.

Como de hábito, porém, a lição não foi apreendida; a legislação e a estrutura do Condephaat permaneceram inalteradas enquanto cresceram as dificuldades de preservação das representações materiais da cultura, parte da qual parece fadada ao desaparecimento enquanto o Estado, peça de fundamental importância para sua conservação, não for permeável aos ventos arejantes do exercício crescente da cidadania e da racionalização administrativa, e os profissionais do patrimônio não se perceberem enquanto profissionais da memória.

No plano interno, a destruição dos casarões recolocou as discussões de ordem conceitual mas, sobretudo, as de ordem legislativa, e criou sério constrangimento entre o secretário e o conselho deliberativo que, depois de uma crise de três meses, apresentou sua demissão coletiva em setembro de 1982.

Posteriormente, longas negociações envolvendo proprietários, empresários e poder público lograram equilibrar os interesses econômicos e de proteção ao patrimônio e tornaram possível o tombamento de três residências e a restauração da casa nº 37 da Avenida Paulista (**Ilustr.12**), hoje utilizada para exposições de arte, graças à aprovação pelo Condephaat do projeto de um edifício comercial que ocupa a parte posterior do terreno da "Casa das Rosas".



Ilustr.12: Residência Ernesto Dias de Castro, atual "Casa das Rosas", Av.Paulista 37, Capital, construção c.1930, projeto do escritório Ramos de Azevedo.

Tombamento: 1985.

Foto de 1983, Hugo Segawa - acervo Condephaat.

TEMPOS DE ABERTURA: 1982 - 1987

O impacto do "caso Paulista" suscitou um movimento de revisão no Condephaat, no sentido de definir-se com maior precisão o alcance de suas ações preservacionistas. Nota-se no período grande empenho em aproximar, no plano interno, prática e discurso e, no externo, Conselho e sociedade. O retorno das eleições diretas para o governo do Estado possibilitara o retorno das oposições democráticas aos quadros da administração pública, à qual pretendiam imprimir nova dinâmica.

Antonio Augusto Arantes, presidente do Condephaat entre março de 1983 e outubro de 1984, expressou posteriormente o clima então vivido nos órgãos públicos:

Eu achava que, como intelectual, tinha que ajudar a dar maior seriedade aos serviços públicos e usar o capital que havia sido acumulado pelo regime militar, socializar esse capital, equipamentos, acervo de conhecimentos e, se possível, trabalhar no sentido da mudança de relação entre a sociedade e o Estado.⁹⁰

A abertura pretendida exigia a recriação de maneiras de convivência e trabalho que, efetivadas, possibilitaram ampliar a participação dos técnicos no cotidiano do Conselho, transformar significativamente a qualidade das decisões técnicas e da organização do Serviço Técnico de Conservação e Restauro. No plano externo, porém, os efeitos foram limitados pelo desequilíbrio das relações entre sociedade e Estado, campo no qual estão envolvidos interesses imediatos, burocracia e o grau de exercício da cidadania.

⁹⁰ Entrevista a Marly Rodrigues em 6.7.1992.

Algumas medidas não previstas na ordem legal que regia o Conselho pretenderam romper, ao menos temporariamente, os estreitos limites de sua atuação. Durante a gestão Aziz Ab'Sáber foram nomeados "conselhos comunitários"⁹¹ em cidades históricas nas quais o Condephaat vinha desenvolvendo trabalhos; sua função era discutir os problemas da preservação local, tentar soluções conjuntas e ampliar a base de apoio às ações oficiais. Foi também nomeado o "Grupo de apoio",⁹² composto por profissionais altamente especializados para assessorar os conselheiros na resolução de problemas específicos.

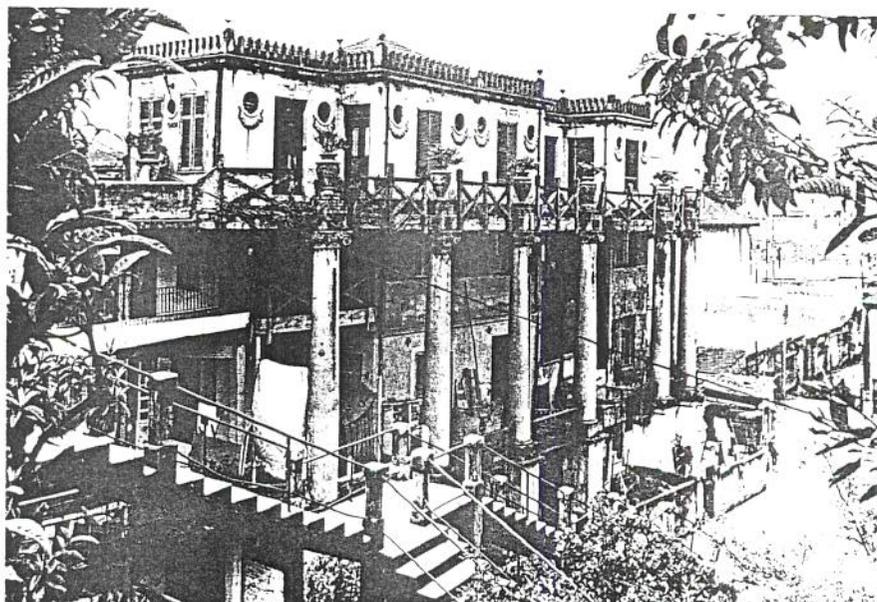
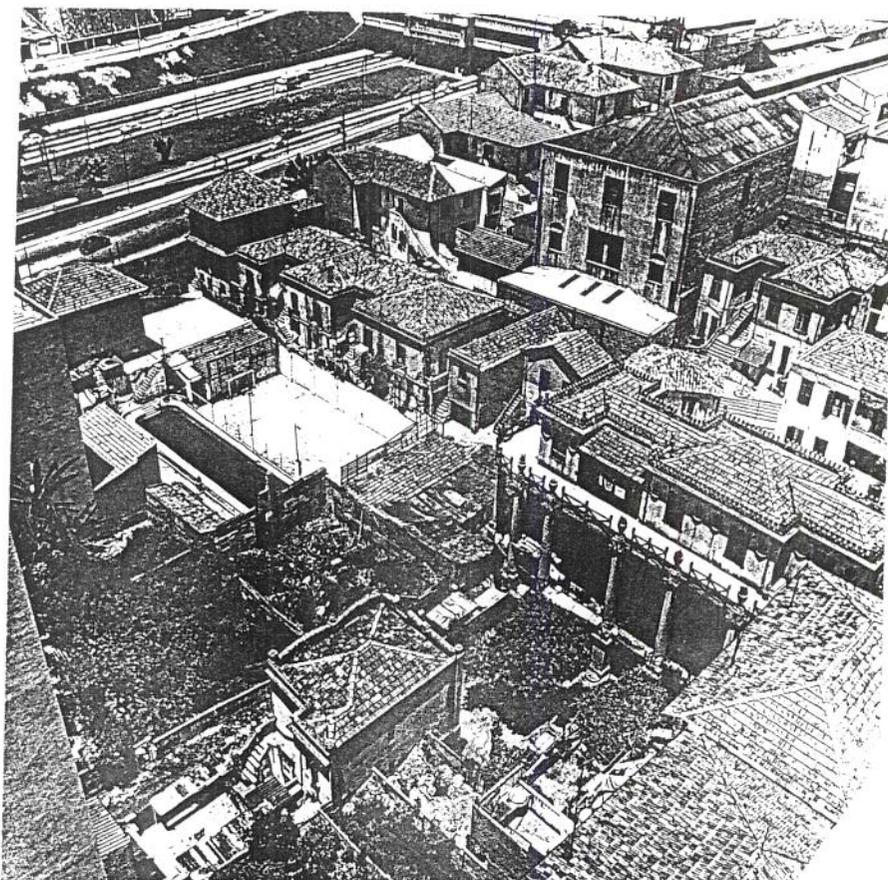
Das observações de um de seus membros, Flávio Império, desenvolveu-se no Conselho⁹³ uma discussão que refletiu uma sensível mudança de entendimento da ação preservacionista. Tratava-se do tombamento e restauração da Vila Itororó (**Ilustr.13**), conjunto residencial construído durante a década de 20, na Bela Vista, em São Paulo.

A Vila, àquela época habitada por população de baixa renda, estava bastante deteriorada -- embora seus aspectos peculiares, decorrentes do empirismo e da rica imaginação de seu antigo construtor e proprietário, se mantivessem -- e fora objeto de um projeto de restauração, para uso cultural e de lazer, de autoria dos arquitetos Décio Tozzi e Benedito Lima de Toledo; a proposta era instalar em suas dependências restaurantes, pizzarias, belvederes e ateliês de artistas, o que implicava desalojar os moradores.

⁹¹ Das comissões criadas em Bananal, a regional do Vale do Paraíba e a regional do Litoral, apenas a primeira funcionou. Na gestão de A.A.Arantes, na reunião de 5.12.1983, o Conselho definiu com maior precisão o perfil destas comissões, de modo a subsidiar sua institucionalização. Processo nº 22.449/83, Seção de Protocolo do Condephaat.

⁹² Do "Grupo de apoio" participaram Antonio Augusto Arantes, Paulo Affonso Leme Machado, Helmut Troppman, Miguel Juliano e Silva, Flávio Império, José Sebastião Witter, Mauro Vitor e Ernani Silva Bruno. Processo nº 22.373/82, Seção de Protocolo do Condephaat; Reunião de conselho, Ata nº 523, 9.11.1982, Centro de Documentação do Condephaat.

⁹³ Reunião de conselho, Ata nº 531, 7.12.1982, Centro de Documentação do Condephaat.



Ilustr.13: Vila Itororó, conjunto de residências, R.Martiniano de Carvalho 255; R.Monsenhor Passalaqua nº 21 e nº 47; R.Maestro Cardim nº 12 e nº 60, Capital, construção da década de 20. Foto c.1982. Processo de Tombamento n 22372/82.

Estudando o processo⁹⁴ que tramitava pelo Condephaat, Flávio Império classificou a interpretação de cultura que norteava o projeto de "altamente folclórica" e "alienada", porque considerava apenas a antiga ocupação do bairro pelos italianos, desconhecendo a dinâmica posterior, marcada por elementos portadores de outras experiências culturais, pertencentes a camadas recém-urbanizadas, cujas atividades de trabalho dependiam da proximidade com o centro da cidade e dos baixos aluguéis oferecidos pela transformação de residências unifamiliares em multifamiliares. Além de outras, referentes a influências do entorno na manutenção das condições de habitabilidade das antigas edificações, as observações de Império suscitaram discussões sobre as limitações ao uso do direito de propriedade impostas pelo tombamento e os efeitos sociais das intervenções preservacionistas sobre as populações carentes.

O impacto social do tombamento merecera anteriormente uma observação de Ab'Sáber, o que reforça a idéia de que se processavam mudanças de ponto de vista quanto à utilização desse instituto jurídico:

Tombar por tombar não é atitude nem moral nem socialmente defensável. O tombamento deve ser feito com vistas à restauração da obra e visando à melhoria das condições de vida dos grupos humanos que a habitam.⁹⁵

Não se tratava de considerar apenas o reconhecimento oficial, mas o custo social do ato protetivo do Estado, o que remetia à discussão de questões como a da adequação do instituto jurídico do tombamento e a do uso do patrimônio para a revitalização de áreas urbanas.

⁹⁴ Guichê nº00019/81; Processo nº 22.372/82.

⁹⁵ Entrevista sobre a Vila Itooró. *Folha de S.Paulo*, 21.11.1982.

Os efeitos da utilização adequada de bens culturais era uma das discussões do momento, quase sempre exemplificada pelo projeto de autoria de Lina Bo Bardi, recém-implantado pelo Serviço Social do Comércio -- SESC, no bairro da Pompéia, que rapidamente se tornara uma referência na cidade e estabelecera uma nova dinâmica nas proximidades de um antigo espaço fabril, adaptando-o para um centro de convivência no qual se desenvolviam múltiplas atividades.

Segundo Flávio Império, após esta experiência, "não dá mais para a gente se perder em devaneios de pequeno-burgueses que não levam a nada", isto é, não era possível admitir-se o estabelecimento de usos voltados ao consumo das camadas médias urbanas sempre dispostas à fruição do "típico" produzido, com altos custos sociais, em função de um mercado consumidor; também já não se aceitava sem críticas a destinação dos bens tombados estabelecida pela ortodoxia preservacionista, quase sempre voltada a ressaltar suas características excepcionais, através de usos culturais destacados e valorizados do ponto de vista da cultura das elites.

A necessidade de impedir a criação de "um campo artificial", de uma "redoma de valores culturais para o quadro do cotidiano" foi mencionada pelo conselheiro Ulpiano Bezerra de Meneses, e também por Ab'Sáber, ao considerar que ao Conselho cabia "cruzar os problemas de ordenação do espaço do passado com a ordenação do espaço do presente"⁹⁶, o que vale dizer, com as condições culturais de um determinado espaço no presente.

A discussão sobre a Vila Itororó, devido à própria composição do Conselho, orientava-se por uma concepção de cultura diversa das que anteriormente haviam prevalecido. Vista como criação cotidiana atinente a um espaço determinado, a

⁹⁶ Reunião de conselho, Ata nº 531, 7.12.1982, Centro de Documentação do Condephaat.

cultura se tornava parte integrante do presente, objeto da ação preservacionista, elemento constitutivo da qualidade de vida e campo de expressão das contradições sociais.

Essa concepção retomava as discussões sobre a preservação do meio ambiente iniciadas na década anterior e, juntamente com a crescente preocupação da sociedade com as condições ambientais, orientaram mais tarde a extensão das ações preservacionistas para grandes áreas urbanas, como os bairros Jardins, em São Paulo, e reforçaram outras já iniciadas para áreas naturais de porte, como a Serra do Mar⁹⁷ e a Juréia. Do mesmo modo, embora restrita a menções nos trabalhos técnicos, esta concepção abria espaço para a consideração do universo da cultura popular, como um dos lugares de expressão da memória.

A partir de 1975, a "cultura popular" fora incluída na redefinição que se processava nas diretrizes da política de patrimônio do governo federal; o Centro Nacional de Referência Cultural -- CNRC procurou mapear e qualificar os indicadores da cultura brasileira de modo a torná-los matéria-prima dos desenhos de produtos industriais. Ao ser incorporado pela Fundação Nacional Pró-memória, em 1979, o CNRC, segundo Miceli,⁹⁸ já havia contribuído para acelerar as mudanças no que se refere à doutrina e à renovação de lideranças do setor de proteção ao patrimônio.

De um modo geral, a ortodoxia preservacionista fragilizara-se, não obstante a permanência de visões culturalistas e ortodoxas no Condephaat. Alguns exemplos são esclarecedores. Em parecer datado de 1982 sobre o Mercado Municipal de Campinas (**Ilustr.14**),⁹⁹ Antonio Augusto Arantes, então assessor do Conselho, abordava

⁹⁷ O tombamento da Serra do Mar foi proposto em 1977; o Conselho decidiu favoravelmente a seu tombamento em 1982, mas apenas em 1985 ele seria homologado pelo secretário da Cultura, após estudos de delimitação da área tombada, realizados por uma equipe mista de representantes do Conselho Estadual de Meio Ambiente e do Condephaat, liderados pelo Prof. Augusto Humberto Vario Titarelli, vice-presidente do Condephaat.

⁹⁸ Miceli, 1984, p.79.

⁹⁹ Processo de Tombamento nº 22.362/82, Centro de Documentação do Condephaat.

o papel de um bem na dinâmica cultural da cidade; tratava-se de um ponto de encontro de todas as camadas sociais e de desenvolvimento de certas práticas comerciais e formas de sociabilidade e, por isso, merecedor do reconhecimento oficial.

Mesmo sob o ponto de vista da arquitetura, algumas análises passaram a pautar-se por uma visão de conjunto, como a expressa no parecer de 1982, assinado pelos arquitetos Eduardo Kneese de Melo, Eduardo Corona e Antonio Luiz Dias de Andrade, sobre o tombamento do edifício nº37 da Avenida Paulista:

Os mais expressivos valores históricos culturais associados à região da Paulista residem na nova ordem e concepção do espaço urbano (...) aspirava-se à qualidade europeia de vida.¹⁰⁰

Ou ainda no parecer do conselheiro Antonio Luiz Dias de Andrade, em 1985, sobre o tombamento do edifício do antigo Desinfectório Central, em São Paulo, no qual ele ressalta haver interesse pela

preservação das estruturas associadas às iniciativas pioneiras de implantação e desenvolvimento de serviços de saneamento e saúde pública no âmbito do Estado, compreendidos estes no quadro do processo de mudanças socio-econômicas ocorridas em São Paulo a partir do final do século passado.¹⁰¹

A organização do trabalho também refletiu a disposição de renovar, manifesta no Conselho. Os técnicos passaram a atuar em equipes de trabalho compostas por profissionais representantes de cada área de saber, presentes no STCR; em seu interior, as discussões e o confronto de opiniões foram rompendo a rigidez dos conhecimentos específicos e abrindo o entendimento da complexidade dos objetos de

¹⁰⁰ Processo de Tombamento nº 22.104/82, Centro de Documentação do Condephaat.

¹⁰¹ Processo de Tombamento nº 23.881/85, Centro de Documentação do Condephaat.

trabalho cujos desafios tenderam a ser enfrentados interdisciplinarmente. Tendo acesso às sessões do Conselho, as opiniões dos técnicos ganharam peso nas decisões, o que os impulsionava no sentido de aprofundar e especializar seus conhecimentos. Referindo-se a esse aspecto, Arantes ressaltou que durante sua gestão a relação com o corpo técnico fora colocada desde o princípio "no plano das competências intelectuais", uma vez que o perfil do STCR permitia "estabelecer o fluxo de idéias e debates" que construíram a "respeitabilidade do objeto específico, da maneira específica de se tratar esse objeto".¹⁰²

O aperfeiçoamento do pessoal técnico teve grande impulso quando da realização do Seminário Cultura, Patrimônio e Preservação,¹⁰³ em meados de 1983, com o objetivo de fomentar a discussão e a troca de experiência entre os profissionais de diversas especialidades e os técnicos. As discussões desenvolvidas resultaram na incorporação de aspectos como o simbólico e a memória, marcando no STCR a superação, sob o ponto de vista intelectual, da história da arquitetura como referência básica para a seleção do acervo tombado. Em contato com o pensamento de Walter Benjamin e na discussão de diversas concepções de cultura e patrimônio, os técnicos passaram a perceber mais claramente as relações entre preservação e memória; ao mesmo tempo, amadureceram a antes iniciada crítica da ação preservacionista desenvolvida pelo Estado e do técnico como portador de um saber específico, capaz de "manipular" a seleção de bens e estabelecer um novo campo de significados, o patrimônio.

A discussão dos técnicos coincidiu com a crescente valorização da memória e da preservação pela sociedade, movimento expresso, entre outras formas, pela

¹⁰² Entrevista a Marly Rodrigues em 6.7.1992.

¹⁰³ Parte das conferências, mesas e discussões, então realizadas, foi publicada. Arantes, A.A. (Org.): *Produzindo o passado, estratégias de construção do patrimônio cultural*, São Paulo: SEC/Brasiliense, 1984. A publicação foi uma forma de divulgar as atividades do Conselho; neste sentido, também foi publicado o trabalho de dois técnicos resgatando a cultura japonesa em Mogi das Cruzes, através do estudo da Fábrica de Chá Tokio, Kuniyoshi, C. e Pires, W. *Casarão do Chá*, São Paulo: Secretaria de Cultura, Condephaat, 1984.

busca das raízes culturais de grupos étnicos que, reivindicando o direito ao passado, procuravam firmar sua cidadania, pela expansão de grupos voltados à preservação do meio ambiente e pelo patrocínio de empresas privadas, para publicações e organização de arquivos particulares.

Neste quadro, o impacto das idéias veiculadas durante o Seminário Cultura, Patrimônio e Preservação foi comparável ao provocado anos antes por aquelas expressas por Varine-Bohan. A incorporação de memória entre os conceitos norteadores das atitudes preservacionistas dos técnicos fez surgir propostas de trabalho até então inéditas no Condephaat.

A disposição dos técnicos ia ao encontro da disposição renovadora da presidência do Conselho, favorecendo o desenvolvimento de algumas experiências que mostraram a necessidade de revisão das práticas preservacionistas oficiais, cada vez mais distantes das questões suscitadas pela dinâmica da sociedade.

A meta privilegiada por Arantes foi a aproximação entre o Condephaat e a sociedade. Para tanto, contou com a colaboração de uma assessoria específica, de Comunicação e Publicação, o que não obstaculizava iniciativas surgidas no STCR, como a de organização do Centro de Documentação do Condephaat -- sob o qual está guardada parte da produção do órgão, pesquisas, levantamentos arquitetônicos e fotográficos, processos de tombamento e uma biblioteca especializada -- que atende o público interno e externo. Ou outras, integradas aos trabalhos de tombamento, como a desenvolvida em Bananal (**Ilustr.15**), cidade do Vale do Paraíba, com o objetivo de criar um espaço para que a "comunidade assumisse o papel de sujeito na defesa e valorização de seu patrimônio"¹⁰⁴ Durante o segundo semestre de 1983, um grupo de técnicos serviu-

¹⁰⁴ *Bananal, projeto de revitalização - Escolas, Condephaat*, mimeografado, in Caixa s/nº com o mesmo título, Centro de Documentação do Condephaat. O projeto foi retomado em 1987 por um grupo composto por técnicos do SPHAN, da Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental - CETESB, da Coordenadoria de Normas Pedagógicas e da Universidade de São Paulo, CENP-USP, que deu origem à tese de Lucena, C.R.P.de T. *Memória e localidade: a escola como centro de*

se da estrutura escolar daquele município para discutir com setores da população a importância da preservação dos edifícios e traçados urbanos locais, tendo como referência os conceitos de memória coletiva, patrimônio ambiental urbano e identidade, embora por vezes relacionados de forma ainda imprecisa. De qualquer modo, o esforço de utilizá-los como justificadores da ação preservacionista revelou a transformação de mentalidade que se operava no STCR.

Nesse mesmo semestre, com o objetivo de analisar as relações entre os moradores de Santana de Parnaíba e seu patrimônio, bem como sua percepção sobre a ação preservacionista do Estado,¹⁰⁵ a Assessoria de Comunicação e Publicação coordenou uma pesquisa reveladora da complexidade da ação preservacionista. Os resultados mostrariam que os moradores tinham visões diferenciadas, fragmentadas entre a valorização do "passado colonial", imaginado nos limites apresentados pela história oficial, e as memórias das antigas famílias, que se consideravam portadoras da verdadeira cultura local. Todas as visões encontravam-se, porém, na percepção do espaço público enquanto cenário das festas locais, profanas e religiosas que, em diferentes graus, mobilizavam a todos e constituíam rituais de acesso dos novos moradores ao espaço privado das famílias tradicionais da cidade.

recriação da memória local, São Paulo, 1991, Dissertação (Mestrado em Educação), PUC-SP, mimeografado.

¹⁰⁵ A pesquisa *Santana de Parnaíba: memória e cotidiano* foi desenvolvida pelos técnicos Naira I.M.Morgado, Carmem Lúcia M.V.de Oliveira e Celina Kuniyoshi, sob a coordenação do antropólogo José Guilherme Cantor Magnani. Esse trabalho inspirou a elaboração de uma tese sobre a apropriação dos significados do patrimônio pela população local. Morgado, N.I.M., *O espaço e a memória - Santana de Parnaíba*, Campinas, 1987, Dissertação (Mestrado em História), IFCH, Unicamp, mimeografado.



Ilustr.14: Mercado Municipal de Campinas, Pça. Correia de Melo, construção de 1908, projeto do escritório Ramos de Azevedo.

Tombamento: 1983.

Reprodução: Capri, 1913 - acervo Condephaat.



Ilustr.15: Centro Histórico de Bananal, cidade fundada no final do século XVIII.

Tombamento: 1991.

Foto c.1955 - acervo Condephaat.

Os resultados da pesquisa evidenciaram a falência do modelo preservacionista baseado em critérios da história da arquitetura e da "tradição nacional", e instigava a busca de formas de intervenção que considerassem a dinâmica das relações entre os moradores e os significados por eles atribuídos às manifestações da cultura local, no caso as festas, de modo a se contrabalançar "a tradicional (e inevitável) função de órgão fiscalizador"¹⁰⁶ exercida pelo Condephaat.

Embora nessa fase o Conselho tendesse a diminuir a distância que separava a ação preservacionista dos processos culturais locais, uma política preservacionista que abarcasse o conjunto do processo cultural das localidades envolvidas, encontrava forte resistência não apenas na estrutura da administração pública como no interior do próprio Conselho. Ao propor ao colegiado uma estratégia de apoio ao trabalho então em desenvolvimento em Santana de Parnaíba -- a exposição "Carnaval em Parnaíba", resultado de uma pesquisa em que se resgataram as técnicas de feitura, os artesãos e o significado dos cabeções usados na cidade durante o carnaval --, uma historiógrafa do Condephaat, Celina Kuniyoshi, foi questionada quanto à prioridade da iniciativa e a competência de o Conselho realizar esta atividade.¹⁰⁷

Efetivamente incorporados enquanto experiência, os trabalhos de Bananal e Santana de Parnaíba não tiveram desdobramentos práticos. Isto implicaria mudar a orientação tradicionalmente imprimida às ações patrimonialistas, ampliando-as a partir da consideração dos bens para a dinâmica cultural do presente e para a memória. Tal perspectiva envolve a adoção de novos métodos e procedimentos técnicos e a transformação da figura jurídica, o tombamento, na qual se baseia a proteção oficial.

¹⁰⁶ Relatório de pesquisa *Santana de Parnaíba: memória e cotidiano*, pg.79, Centro de Documentação do Condephaat.

¹⁰⁷ Reunião de conselho. Ata n° 595, 27.2.1984, IBPC, Arquivo 9°CR, Pasta AD41.1, s/n°.

Voltado para a conservação física, o tombamento não garante a manutenção do uso, através do qual se dá a conservação social dos bens, e, nesse sentido, atua como diluente da memória, elemento vivo, dinâmico, que ultrapassa a materialidade dos artefatos.

Do ponto de vista político-administrativo, a adoção de uma postura preservacionista voltada para a memória teria como condição primeira a mudança do caráter do Condephaat, no sentido de torná-lo um organismo voltado à pesquisa da memória e à interação com as populações locais. Enquanto temas de reflexão, as duas experiências foram consideradas na proposta encaminhada, sem resultados, a representantes dos poderes municipais paulistas, em setembro de 1984. Significando o amadurecimento da idéia de mudança do caráter do Condephaat, esta pretendia aliar a criação de conselhos locais à mudança de orientação nas funções do Conselho, para a assessoria às prefeituras e o estabelecimento de planos regionais de preservação, tornando-o assim mais normativo e menos fiscalizador.¹⁰⁸

Enquanto experiência, os trabalhos referidos influíram na proposta de política de preservação apresentada ao secretário da Cultura, Jorge da Cunha Lima, em junho de 1984.

A proposta, *Diretrizes para a formulação de uma política de atuação do Condephaat*, se estruturara ao longo de um processo de discussão desenvolvido por técnicos e conselheiros, do qual fizeram parte diagnósticos e análises relativos às dificuldades conceituais e administrativas do Condephaat.¹⁰⁹ Ela foi também uma resposta

¹⁰⁸ *Patrimônio Cultural* - Proposta para uma ação conjunta, apresentado no 28º Encontro Estadual de Municípios realizado em Campos do Jordão, in Secretaria de Estado da Cultura - Condephaat, Relatório de Gestão, maio 1983/outubro 1984, mimeografado, Centro de Documentação do Condephaat.

¹⁰⁹ No final de 1982, o corpo técnico expressou de modo sistemático a preocupação de formular uma "política de preservação (...) dirigida à produção cultural em seu conjunto", através de documentos que registraram a discussão realizada por três grupos - de legislação, de preservação e de balanço dos trabalhos; no início do ano seguinte, ampliados e sob o título *Trabalhos em andamento no STCR*, os

política à exclusão do órgão da reorganização em curso na Secretaria da Cultura, embora tivesse sido entregue ao secretário, em setembro de 1983, o anteprojeto do decreto que pretendia reestruturar o Conselho e ampliar suas atribuições, de modo a atender com mais eficácia as tarefas de identificação, proteção e valorização do patrimônio cultural paulista, dentro de uma nova conceituação que, ampliada, incluía entre seus valores o do significado dos bens culturais para a memória.

O patrimônio fora, então, definido amplamente como conjuntos urbanos, assentamentos, estruturas arquitetônicas, bens naturais e sítios arqueológicos, além de artefatos, obras de arte e documentação arquivística, tomados individualmente ou em conjunto, dotados de representatividade histórica, artística, técnica, científica ou afetiva, e significativos para a memória social.¹¹⁰

Após breve diagnóstico, a proposta de política de preservação expunha as premissas de suas diretrizes. No que se refere aos conceitos, reafirmavam o de patrimônio cultural como domínio da produção de sentido -- com prioridade, no âmbito do Conselho, para a cultura material, esta entendida como vetor das relações sociais --, o que implicava a não reificação do patrimônio e a impossibilidade de limitar a constituição do patrimônio cultural "oficial" à aplicação de "um rol de critérios fixos e de sintomas objetivos, representando o gosto e padrões culturais dominantes em segmento exclusivo da sociedade".

documentos foram entregues ao presidente do Conselho, A.A. Arantes. Em abril de 1984, outro documento sintetizaria as discussões dos técnicos visando à formulação de uma política de preservação: *Contribuição do STCR para a discussão - Formas de atuação do Condephaat*, Centro de Documentação do Condephaat. Este último documento foi absorvido no *Diretrizes para a formulação de uma política de atuação do Condephaat*, representando a posição de técnicos e conselheiros, in *Relatório de Gestão*, maio 1983/outubro 1984, mimeografado, Centro de Documentação do Condephaat.

¹¹⁰ Anteprojeto de decreto, *Relatório de Gestão*, op.cit..

Daí decorre que a definição de patrimônio "só deveria ser possível enquanto *conhecimento científico* e dar conta da compartimentação e hierarquização da sociedade". Finalmente, no que se refere aos conceitos, o documento considerava na noção de patrimônio cultural "tanto os produtos da ação humana, quanto da natureza, já que é a apropriação cultural que permite entender, por exemplo, artefatos e paisagens". Reconhecendo os conteúdos específicos dos bens naturais, o documento propunha defini-los segundo seu caráter específico: *formal*, relacionado à "relevância dos valores estéticos"; *ambiental*, relacionado "à preservação e valorização de outros bens culturais"; de *documento biológico*, testemunhos de excepcionalidade ou da tipificação de fenômenos da natureza e seus processos; de *documento social*, testemunho da apropriação social de espaços naturais, ressaltando-se, aí, o conceito de patrimônio ambiental urbano.

Em relação aos objetivos do Condephaat, o *Diretrizes*¹¹¹ partiu da perspectiva de que o patrimônio é um eixo privilegiado de "identidade social" e, assim, serve ao "enriquecimento da qualidade de vida pela dimensão política que a consciência histórica permite". Sob este aspecto, a participação do Estado deveria desenvolver-se segundo três linhas: de identificação, de proteção e de valorização do patrimônio cultural.

Seguiam-se recomendações e propostas de curto e médio alcance, nas quais se destacava o papel da pesquisa científica como instrumento básico de ação, através do qual o Condephaat se articularia aos organismos a ela dedicados, como às universidades. Com base na pesquisa, os critérios de prioridade de tombamento deveriam levar em conta os valores cognitivos, formais e afetivos dos bens; em relação aos bens móveis recomendava-se a prevalência do caráter excepcional. O documento terminava com recomendações relativas a proteção física, uso e valorização dos bens e os requisitos

¹¹¹ *Diretrizes...* in Relatório de Gestão, op.cit..

institucionais e de funcionamento do órgão, neste incluídas a criação da carreira de pesquisador como meio da efetiva profissionalização dos técnicos do Conselho e a articulação deste aos demais órgãos da Secretaria.

Ulpiano Bezerra de Meneses, juntamente com outros conselheiros e técnicos, participante ativo da elaboração desta proposta, diz ter sido movido por duas preocupações fundamentais:

a primeira era a criação de uma estrutura que tivesse objetivos melhor definidos e que fosse mais eficaz para atingir estes objetivos; e a segunda era a proposta de linhas gerais para que o órgão pudesse desenvolver uma política que orientasse suas ações ao invés de ficar nessa atomização do cotidiano.¹¹²

Como em ocasiões anteriores, a possibilidade de transformação do Condephaat seria obstaculizada por falta de apoio político travestido de falta de recursos materiais e de pessoal. Além da mentalidade que predomina nas ações culturais do Estado, voltada ao espetáculo, a melhoria das possibilidades de atuação na área de patrimônio enfrenta o fato de ele envolver a "história acompanhada de um suporte material que é valor imobiliário".¹¹³

Ao iniciar sua gestão, em janeiro de 1985, Modesto de Souza Barros Carvalhosa declarou à imprensa pretender ir ao encontro das aspirações de todos os setores da população¹¹⁴ e, enfatizando a preservação dos bens da natureza, imprimir uma visão mais popular e de memória social ao Condephaat. Para tanto pretendia deixar "um pouco de lado" a visão mais elitista e intelectual na determinação do que deveria ser tombado.¹¹⁵

¹¹² Entrevista a Marly Rodrigues em 11.2.1991.

¹¹³ Entrevista de A.A.Arantes a Marly Rodrigues em 6.7.1992.

¹¹⁴ *O Estado de S.Paulo*, 25.1.1985.

¹¹⁵ *Folha de S.Paulo*, 10.2.1985.

Cinco meses após a posse, os conselheiros repetiriam um antigo ritual, a discussão das diretrizes de atuação do Conselho. O documento base,¹¹⁶ elaborado por Ulpiano Bezerra de Menezes, reafirmava as perspectivas preservacionistas contidas em seus textos anteriores.

Reconhecendo as limitações do tombamento, instituto jurídico rígido, que deixava à margem "não só a proteção social (uso), como também a valorização", ele reafirmava a pesquisa científica como instrumento de ação para o "primeiro e insubstituível passo para qualquer programa de preservação". No entender do conselheiro, a pesquisa científica e outros procedimentos usuais, como as crônicas históricas e o inventário, deveriam ser interdependentes de modo a permitir a revisão constante do cadastro de bens a ser organizado, com o auxílio de instrumentos jurídicos mais flexíveis que o tombamento, como a listagem. Outros aspectos componentes de uma política de preservação -- como a articulação com organismos de pesquisa e da administração pública, apoio financeiro, ação cultural e pedagógica -- também foram abordados.

Um documento sem título, datado de dezembro de 1985 e assinado pelo presidente do Conselho, orienta as linhas da ação a ser desenvolvida pelo Condephaat no ano seguinte, baseadas na identificação, na valorização e na proteção do patrimônio paulista.

Para atender a identificação de bens culturais, a presidência pretendia o desenvolvimento de pesquisas temáticas, inicialmente sobre ferrovia, história e memória, caminho das tropas e escola pública. As ações de preservação -- como o estabelecimento de diretrizes para as áreas envoltórias -- e as ações institucionais e pedagógicas através das quais, acreditava-se, se democratizaria o acesso às questões culturais, girariam em

¹¹⁶ *Tombamento e outras formas de preservação*, Centro de Documentação do Condephaat.

torno da formação de conselhos municipais, do apoio às ações comunitárias e do desenvolvimento de uma política editorial para o Condephaat.

O documento reconhecia a comunidade como "detentora da memória" e apresentava a história como "prerrogativa das camadas dominantes"; cabia, porém, ao conjunto da sociedade participar da proteção de seus bens, de modo a incentivar "a recuperação e o usufruto da memória". Neste quadro, prosseguia, as instituições públicas deveriam criar canais que reorientassem as ações institucionais segundo a conveniência democrática "entre interesses, pensamentos e anseios vários", o que incluía a "gestão conjunta entre capital privado e público" para a valorização dos bens culturais.¹¹⁷

Concluindo, explicitava o objetivo final destas ações:

O patrimônio cultural funciona assim como um eixo privilegiado de identidade social e, portanto, como enriquecimento da qualidade de vida pela dimensão *política* que a *consciência histórica* permite. Nessa linha, o objetivo final da ação relativa ao patrimônio cultural deve ser a *reapropriação* do sentido pleno da cidadania pela contribuição específica que pode ser trazida pela prática cultural.¹¹⁸

A inclusão da memória como um dos elementos da ação do Condephaat poderia representar um passo à frente no sentido da aproximação entre o órgão e a sociedade, pois correspondia ao movimento de valorização do passado por esta expressão.

A valorização da memória, porém, raramente foi expressa nas solicitações de tombamento enviadas ao Condephaat, justificadas, via de regra, através da história. Poucas vezes, como no caso do tombamento do arco do portal do Presídio Tiradentes, na cidade de São Paulo, a memória seria evocada como razão para o reconhecimento oficial, ainda que mesclada com a importância histórica do bem.

¹¹⁷ Carvalhosa, M., documento sem título, datado de dezembro de 1985, p.5 e 6, mimeografado, Centro de Documentação do Condephaat.

¹¹⁸ Idem, p.4.

Diante da destruição do presídio, "um dos mais célebres locais de confinamento de muitos que se bateram pela liberdade do País", solicitava-se que o arco do portal, único marco remanescente da antiga edificação, fosse tombado e transformado em monumento público em "memória de todos aqueles que, durante toda a história do Brasil, se colocaram ao lado do povo na luta contra o arbítrio e a opressão".¹¹⁹

Iniciativa de um ex-presos político, o pedido de tombamento do arco, encaminhado ao Conselho pelo Sindicato dos Jornalistas, expressa a preocupação de assinalar para o futuro as experiências vividas por todos aqueles que, em passado recente, haviam resistido ao autoritarismo implantado no País. A solicitação vinculava estas experiências ainda vivas, memória e não história, à história, de modo a estabelecer entre passado e presente uma linha de continuidade, a resistência da esquerda, prova da permanência de um projeto de transformação da sociedade.

Favorável ao tombamento, o Conselho mostra haver absorvido ambas justificativas, a de história e a de memória, a partir de uma circunstância de momento: "sendo um arco é forçosamente uma passagem que simboliza o esforço atual para plena redemocratização do país".¹²⁰

Entretanto, na prática preservacionista, a memória permaneceria restrita ao discurso e a alguns trabalhos nos quais apareceria timidamente, em geral resgatada em consequência de procedimentos metodológicos ou da necessidade de estratégias de apoio. Dois casos exemplificam esta prática, os projetos *Caminho das Tropas* e *Memória Escolar*.

No primeiro, a utilização de um programa de história oral que apenas objetivava levantar informações, possibilitou o registro de depoimentos de pessoas que

¹¹⁹ Processo de Tombamento nº 23.345/85, Centro de Documentação do Condephaat.

¹²⁰ Idem.

desde o início até meados deste século haviam se dedicado à atividade tropeira. Deste modo, não apenas experiências individuais mas também lembranças ouvidas de antepassados puderam resgatar a organização das atividades, as funções, os hábitos que caracterizavam este grupo profissional, o antigo traçado de estradas, as referências topográficas e de paisagem, a localização de antigos criatórios e pousos; assim, o chão e as pedras comuns a muitas vidas puderam ser recolocados como elos remanescentes da cultura predominante em ampla região do sul do Estado, até há cerca de 50 anos e, hoje, apenas revivida como tradição pelas festas periódicas, verdadeiros rituais que tentam a manutenção de uma memória que tende a se perder totalmente com o desaparecimento deste grupo profissional e com a destruição dos antigos espaços de desenvolvimento do tropeirismo.¹²¹

O *Memória Escolar* originou-se de um ajuste de cooperação técnica assinado em 1984 entre o Condephaat e a Companhia de Construções Escolares do Estado de São Paulo -- CONESP, visando à adequação das intervenções de manutenção e restauro de antigos edifícios da rede pública de ensino. Durante as pesquisas, observou-se que as tipologias de edificações de escola no Estado refletiam o projeto educacional desenvolvido pelos republicanos no final do século XIX, o que ampliava o alcance de seu valor histórico. Isso originou a assinatura de um termo de cooperação técnica entre as

¹²¹ A pesquisa sobre o tropeirismo não foi continuada na gestão de Paulo Bastos, que se seguiu à de Carvalhosa, em 1987. O trabalho começara a se desenvolver em São Paulo por iniciativa de técnicos do atual IBPC, antes Sphan, e do Condephaat, em 1984. Posteriormente, se estenderia a outros estados e recebeu o apoio formal dos órgãos envolvidos -- Sphan e Secretarias de Estado da Cultura do Paraná, Santa Catarina, São Paulo e Rio Grande do Sul --, com a assinatura de um protocolo de intenções em setembro de 1985, publicado no *Diário Oficial do Estado de São Paulo* em 24 de outubro daquele mesmo ano. O objetivo era a identificação e a valorização dos remanescentes da cultura tropeirista ao longo do antigo Caminho do Viamão.

Secretarias de Estado da Educação e da Cultura para o restauro de 166 escolas construídas até 1920.¹²²

Do projeto fazia parte um programa de "sensibilização da comunidade escolar" que deveria se desenvolver concomitantemente às obras de restauro.¹²³ Enquanto a história prevalecera na determinação do universo das escolas a serem tombadas, esta etapa do projeto se baseava na memória; em torno de seu resgate estruturava-se a estratégia de mobilização e conscientização das comunidades escolares, para a compreensão e preservação de cada unidade. A elas caberia tecer, através de objetos e lembranças, o passado ainda vivo entre os moradores de bairros e cidades onde se localizavam as escolas selecionadas.

História e memória apareciam na prática preservacionista como elementos diferenciados. A memória, segundo expresso no documento antes referido, apresentava-se como posse da sociedade cabendo ao Condephaat apenas favorecer sua emergência; a história continuava, porém, a ser o fundamento das ações do Conselho. Entretanto, algumas menções à necessidade de "conscientizar a população dos verdadeiros valores que o Condephaat procura preservar" e algumas avaliações como "quando se fala em sociedade, não se percebe que essa tem consciência de seus valores", pareciam indicar que o Condephaat continuava atribuindo a si a "missão" de estabelecer com exclusividade a memória coletiva.¹²⁴

¹²² Respectivamente os documentos: Condephaat, Processo nº 01.606/84, publicado no *Diário Oficial do Estado de São Paulo* em 19.5.1984, e o Termo de Cooperação assinado em 25.1.1986, durante uma cerimônia pública realizada no Instituto de Educação Padre Anchieta, em São Paulo.

¹²³ Projeto *Memória Escolar: arquitetura / história*, proposta datada de 7.11.1985, Centro de Documentação, Condephaat. Previa-se a elaboração de programa didático-pedagógico, a elaboração de material de apoio: texto, cartazes e audiovisuais. Este projeto também não se desenvolveria. O estudo sobre a Escola pública continuaria a ser desenvolvido em caráter particular pela arquiteta Wolff, S.F.S. *Espaço e Educação: os primeiros passos da arquitetura das escolas públicas paulistas*, São Paulo, 1992, Dissertação (Mestrado em Arquitetura), FAU-USP, mimeografado.

¹²⁴ Respectivamente, Reunião de conselho, Ata nº 627, 3.3.1985, e Ata nº 630, 25.3.1985. Centro de Documentação do Condephaat.

Tais falas, herança de uma postura das elites culturais -- que considera os demais segmentos da sociedade incapazes de reconhecer sua cultura, e como beneficiários da ação protetiva do Estado, mais que co-responsáveis por sua efetivação -- contrastam com o discurso democratizante assumido pela gestão Carvalhosa, mas explicam, em parte, a inexistência de propostas de efetiva democratização da memória instituída pelo Estado. Para isso, seria necessário romper com traços marcantes da cultura política brasileira, especialmente os referentes à mentalidade que rege as relações entre o Estado e a sociedade, dos quais faz parte uma concepção de cidadania restrita ao exercício formal da expressão política. Implicaria, também, propor uma ação preservacionista que ultrapassasse os limites estabelecidos pela rígida estrutura administrativa do poder público.

Pouco mais tarde, experiências realizadas pelo Departamento de Patrimônio Histórico da Prefeitura de São Paulo¹²⁵ demonstraram que a opção pela memória, como base das ações culturais, é a opção por uma força mobilizadora que, como explicita Pierre Nora¹²⁶, compõe um conjunto de estratégias que vale menos pelo que é e mais por aquilo que dela se faz.

Considerar a memória não como parte de procedimentos metodológicos mas como base da prática preservacionista é, por isso, uma postura política. Assim, o Condephaat, embora incorporando a memória entre suas preocupações, optaria por reforçar a atuação voltada ao meio ambiente; atuação esta que não guarda a mesma potencialidade de fazer das histórias particulares instrumento de reflexão, de crítica e de construção de uma cultura política recriadora do presente. Contornando o impasse que

¹²⁵ Projetos Memória e História Oral, desenvolvidos entre 1989 e 1992, pelo Departamento do Patrimônio Histórico - DPH, da Secretaria Municipal de Cultura, sob a coordenação de Maria Célia Paoli.

¹²⁶ Nora, 1984.

inevitavelmente resultaria da adoção da memória como fundamento da determinação do patrimônio, o Condephaat contornaria apenas parcialmente o descompasso entre sua atuação e a dinâmica da sociedade.

A gestão Carvalhosa caracterizou-se por desenvolver projetos de porte relacionados a áreas urbanas, como o tombamento dos bairros Jardins, da Indústria Matarazzo -- esta demolida pelos proprietários durante o processo de tombamento --, e a disputa de competências, como a levada a efeito com a prefeitura de São Paulo, inclusive através da imprensa, sobre a preservação dos bairros de Santa Ifigênia e Campos Eliseos.

Estas medidas mostram que, embora em termos conceituais a discussão interna tivesse se retraído, o Conselho assumira efetivamente a defesa do patrimônio enquanto elemento da constituição do meio ambiente urbano; não se tratava mais a cidade como centro histórico, núcleo fundador, mas como espaço cuja história se relacionava à dinâmica da vida contemporânea.

Com isso, o Condephaat delineou o perfil possível a um órgão de preservação no quadro de uma sociedade em que o pleno exercício da cidadania é ainda privilégio de poucos. Embora incorporando entre seus objetos o meio ambiente urbano, e a memória entre os conceitos presentes em sua atuação, o Condephaat permaneceria limitado, o que mostra que a preservação é uma área na qual a eficiência é uma decisão política.

O PATRIMÔNIO DE SÃO PAULO: SOBRE AS MEMÓRIAS, A HISTÓRIA

A criação do Condephaat resultou da possibilidade de acesso de alguns interessados na tradição paulista aos canais de decisão do governo do Estado.

Os defensores de sua criação já haviam sido responsáveis por iniciativas voltadas para a veneração do passado, como os Museus Históricos e Pedagógicos, o Serviço de Reconstituição Histórica e o Instituto Histórico e Geográfico de Guarujá e Bertioga. O Condephaat viria -- através de sua ação específica, o reconhecimento oficial do valor histórico de bens culturais -- completar um projeto de viés cívico e pedagógico antes iniciado.

Tornados monumentos, ingressando em um universo criado, o do patrimônio, no qual seriam investidos de novos significados, estes bens passariam a ser símbolos regionais da genealogia lusitana e bandeirante, "criadora" do Brasil, cuja bravura e nobreza fundada na posse agrícola havia sido consagrada pela historiografia e, no final da década de 60, se dissolvia na trama complexa das vias urbanas e das fábricas.

O patrimônio de São Paulo, até 1987, não foi construído nos limites deste projeto culturalista, mas resultou de uma permanente tensão entre este, o da vertente patrimonialista, que construíra a prática preservacionista no Brasil e circunstâncias diversas, como a composição do conselho deliberativo e interesses eleiçoeiros ou particulares. Resultou, também, dos diversos conceitos de patrimônio assimilados durante o período em foco. Não obstante, as justificativas fundamentais para a instituição do patrimônio foram buscadas na história e na história da arquitetura, esta guardando profundas relações com a primeira.

A instituição do patrimônio em São Paulo resultou, portanto, da dinâmica entre concepções teóricas de patrimônio e de história e procedimentos técnicos -- métodos de avaliação relativos a edificações -- presentes entre conselheiros e profissionais atuantes no Condephaat, e deste com a sociedade.

A dinâmica entre o Conselho e a sociedade, embora sofrendo variações, mantém-se através dos conselheiros, que a representam parcialmente, e do direito de todo cidadão enviar ao órgão solicitações de tombamento. Estas constituem uma amostragem assistemática e restrita a partir da qual vem sendo selecionada a maioria dos bens móveis, edifícios e áreas naturais e urbanas, que compõem o patrimônio, uma vez que o Condephaat desenvolveu poucos trabalhos de identificação de bens culturais, medida básica e necessária para a sistematização de uma ação protetiva (**Quadro 3**).

A possibilidade de os segmentos sociais não representados no Conselho influírem na instituição do patrimônio se restringe ao envio de solicitações de tombamento; assim mesmo, sua participação é recente. Até 1982, a maioria dos pedidos provinha de membros do Condephaat; a partir desta data e até 1987, foram liderados por prefeituras, embora seja significativo o crescimento do número de solicitações de cidadãos, individualmente ou organizados em entidades civis (**Quadro 4**).

A origem das solicitações mostra que os especialistas e os órgãos públicos assumiram um papel significativo na determinação do patrimônio; sem projetos de atuação claramente delineados, o Conselho voltou-se para um atendimento tipo caso a caso. A instituição do patrimônio se fez, portanto, sem o conhecimento sistemático do universo dos remanescentes culturais e sem um efetivo envolvimento da sociedade, em prejuízo da consideração de sua heterogeneidade cultural. Por tais razões, torna-se também vulnerável a injunções de interesses políticos imediatos.

QUADRO 3 - BENS TOMBADOS E PEDIDOS ARQUIVADOS POR GESTÃO: 1969-1987

BENS TOMBADOS	Município	PEDIDOS ARQUIVADOS	Município
GESTÃO LUCIA FALKENBERG - jan/1969 a set/1970			
BENS MÓVEIS Obras do pintor Benedito Calixto Obras do pintor Almeida Junior Obras de arte da Capela do Hospital das Clínicas	São Paulo São Paulo São Paulo		
ÁREAS NATURAIS E PAISAGENS Bosque dos Jequibás	Campinas		
EDIFÍCIOS MILITARES Palácio do Imperador	Itapura		
EDIFÍCIOS RELIGIOSOS Igreja de Santo Antonio	São Paulo		
HABITAÇÕES RURAIS Solar Novais	Cruzeiro		
HABITAÇÕES URBANAS Palácio 10 de Julho Casa do Povoador Solar do Barão de Jundiá Casa de Rodrigues Alves Solar da Marquesa de Santos Palacete Palmeira * Casa de Candido Portinari	Pindamonhangaba Piracicaba Jundiá Guaratinguetá São Paulo Pindamonhangaba Brodosqui		
NÚCLEOS E ÁREAS URBANAS Núcleo urbano de Cananéia Núcleo urbano de São Sebastião	Cananéia São Sebastião		
GESTÃO LUCIA FALKENBERG - mar/1971 a dez/1971			
EDIFÍCIOS RELIGIOSOS Igreja de São Gonçalo	São Paulo		
ÁREAS NATURAIS E PAISAGENS Parque da Independência	São Paulo		
GESTÃO AURELIANO LEITE - jan/1972 a mai/1975			
BENS MÓVEIS Sino da Independência * Coleção artística do Museu de Arte de São Paulo * Coleção de arte religiosa do Museu de Arte Sacra * Coleção artística do Museu Paulista * Coleção Arqueológica, Etnográfica e Histórica do Museu Paulista	São Paulo São Paulo São Paulo São Paulo São Paulo		
ÁREAS NATURAIS E PAISAGENS Parque das Monções Pedreira de Varvitos	Porto Feliz Itu	ÁREAS NATURAIS E PAISAGENS Bosque Universitário Morro dos Barbosas	Campinas São Vicente
EDIFÍCIOS ADMINISTRATIVOS Edifício da Câmara Municipal * Antiga Casa de Câmara e Cadeia * Antiga Casa de Câmara e Cadeia	Itanhaém Atibaia Santos		
EDIFÍCIOS COMERCIAIS Mercado de Santo Amaro Casa da Alfândega	São Paulo Porto Feliz		

continuação...

BENS TOMBADOS	Município	PEDIDOS ARQUIVADOS	Município
GESTÃO AURELIANO LEITE - jan/1972 a mai/1975			
EDIFÍCIOS INDUSTRIAIS		EDIFÍCIOS FUNERÁRIOS	
Ruínas do antigo Engenho do Quilombo	Santos	Cemitério da Irmandade dos Passos	Guaratinguetá
* Ruínas do Engenho dos Erasmos	Santos	Túmulo de Prudente de Moraes	Piracicaba
* Real Fábrica de Ferro de São João de Ipanema	Iperó		
EDIFÍCIOS MILITARES		EDIFÍCIOS DE ASSIST. E SAÚDE	
Quartel da Luz	São Paulo	Hospital do Zoológico	São Paulo
* Casa do Trem Bélico	Santos		
ESTAÇÕES			
Estrada de Ferro Central do Brasil	Bananal		
EDIFÍCIOS RELIGIOSOS		EDIFÍCIOS RELIGIOSOS	
Capela de Nossa Senhora da Boa Morte	Campinas	Antiga Igreja da Penha	São Paulo
Capela Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos	Eldorado	Capela da Praia da Armação	São Sebastião
Convento Nossa Senhora do Amparo	São Sebastião		
Igreja de Nossa Senhora do Pilar	Ribeirão Pires		
Igreja Nossa Senhora da Boa Morte	São Paulo		
Passo da Via Sacra de S. Vicente de Paula	Piracicaba		
* Capela do Sítio Querubim	São Roque		
* Igreja Matriz de Santana	Itanhaém		
* Igreja Nossa Senhora da Escada e residência anexa	Guararema		
* Igreja e Convento de Nossa Senhora da Conceição	Itanhaém		
* Igreja de São Miguel	São Paulo		
* Igreja N.S. Rosário e antiga residência jesuítica	Embu		
HABITAÇÕES RURAIS			
Fazenda Morro Azul	Iracemópolis		
Sítio da Ressaca	São Paulo		
Sede da Fazenda Santana	São Sebastião		
* Casa da chácara de São Bento (Sítio Morrinhos)	São Paulo		
* Casa do Tatuapé	São Paulo		
* Sede da Fazenda Santo Antônio	São Roque		
* Sítio Mandu	Cotia		
* Sítio Padre Inácio	Cotia		
HABITAÇÕES URBANAS		HABITAÇÕES URBANAS	
Casa Souza Leão	Tupã	Casa de Ramos de Azevedo	Campinas
Casa do Brigadeiro Tobias	Sorocaba	Palácio Pio XII	São Paulo
Casa do Barão de Almeida Lima	Capivari	Residência de Santos Dumont	Dumont
Casa de Mário de Andrade	São Paulo	Vila Fortunato	São Paulo
Casa de Prudente de Moraes	Piracicaba		
Casa do Ajudante Braga	Santa Branca		
Casa Euclidiana	S. José do Rio Pardo		
Palacete Valim - G.E.Cel.Nogueira Cobra	Bananal		
Sobrado Júlia Ferraz	Atibaia		
* Casa de Anhangüera	Santana de Parnaíba		
* Casa Esperança (ou do teto pintado)	São Sebastião		
* Casa natal de Oswaldo Cruz	S. Luiz do Paraitinga		
* Sobrado do Barão de Dourados	Rio Claro		
* Sobrado do Porto	Ubatuba		
LOGRADOUROS			
Caminho do Mar	Cubatão/S. Bern. Campo		
Largo da Memória	São Paulo		
Relógio Solar	Franca		
* Barraca de Euclides da Cunha	S. José do Rio Pardo		

BENS TOMBADOS	Município	PEDIDOS ARQUIVADOS	Município
GESTÃO AURELIANO LEITE - jan/1972 a mai/1975			
NÚCLEOS E ÁREAS URBANAS Núcleo urbano de Iguape * Aldeia de Carapicuíba	Iguape Carapicuíba	NÚCLEOS E ÁREAS URBANAS Núcleo Urbano de Areias	Areias
GESTÃO NESTOR GOULART REIS FILHO - out/1975 a dez/1975			
EDIFÍCIOS ESCOLARES Instituto de Educação Cactano de Campos	São Paulo	ACERVOS, BENS MÓVEIS Biblioteca da família Guizardi	Taubaté
HABITAÇÕES URBANAS Sobrado do Conde Moreira Lima	Lorena		
GESTÃO NESTOR GOULART REIS FILHO - mai/1976 a mai/1978			
ÁREAS NATURAIS E PAISAGENS Horto Florestal e Museu E.N.de Andrade Jardim da Luz	Rio Claro São Paulo	ÁREAS NATURAIS E PAISAGENS Jardim do antigo Palácio Pio XII Cama de Anchieta	São Paulo Itanhaém
EDIFÍCIOS ADMINISTRATIVOS Antigo Forum	Araras		
EDIFÍCIOS ESCOLARES Colégio Porto Seguro	São Paulo	BENS MÓVEIS Painel de Clóvis Graciano	São Paulo
EDIFÍCIOS FUNERÁRIOS Túmulo de Júlio Frank	São Paulo	EDIFÍCIOS PARA TEATROS Cine-Teatro Carlos Gomes Teatro Carlos Gomes	São Simão Guaratinguetá
EDIFÍCIOS MILITARES Fortaleza de Itapema	Guarujá		
ESTAÇÕES Estação da Luz	São Paulo		
EDIFÍCIOS RELIGIOSOS Capela dos Afritos Ermiada de Santo Antonio de Guaibe Mosteiro de São Bento	São Paulo Guarujá Sorocaba	EDIFÍCIOS RELIGIOSOS Igreja de São Benedito	Sete Barras
HABITAÇÕES RURAIS Sobrado de Pedra, sede da Fazenda Grão-Mogol	Rio Claro	EDIFÍCIOS COMERCIAIS Edifício da antiga Caixa Econômica	Dourado
HABITAÇÕES URBANAS Casa Oliveira Costa Casa do Conde de Pinhal Casa dos Rangel Camargo Edifício à Rua XV de Novembro, 143 Palácio dos Campos Eliseos Residência Grassman Vila Economizadora Vila Penteado Imóvel à Rua São Bento, 189, antiga residência Elias Chaves	Taubaté São Carlos Guaratinguetá Jacareí São Paulo São Simão São Paulo São Paulo	LOGRADOUROS Sede do Guarujá Praia Club	Guarujá
GESTÃO NESTOR GOULART REIS FILHO - ago/1978 a abr/1979			
BENS MÓVEIS * Imagem de Nossa Senhora da Escada	Barueri	EDIFÍCIOS PARA ESCOLAS E.E.P.G. João Kopke	São Paulo
LOGRADOUROS Ruínas de Abarebebê	Peruíbe		

continuação...

BENS TOMBADOS	Município	PEDIDOS ARQUIVADOS	Município
GESTÃO RUY OHTAKE - mai/1979 a jul/1980			
LOGRADOUROS Maciço de Juréia Reserva florestal de Morro Grande	Iguape Cotia	EDIFÍCIOS PARA EXP. E MUSEUS Conjunto do Caminho do Mar	S. B. do Campo
EDIFÍCIOS FINANCEIROS Bolsa Oficial de Café	Santos	EDIFÍCIOS INDUSTRIAIS Edificações e área em torno do Engenho do Vassoural	Itu
EDIFÍCIOS FUNERÁRIOS Cemitério da Colônia Japonesa	Álvares Machado	EDIFÍCIOS PARA ESCOLAS E.E.P.G. Dr. Heitor Penteado	Americana
EDIFÍCIOS MILITARES * Forte da Barra Grande * Fortaleza de São Felipe	Guarujá Guarujá		
EDIFÍCIOS DE ASSIST.SOCIAL E SAÚDE Prédio da antiga Hospedaria dos Imigrantes	São Paulo		
ESTAÇÕES Estação Ferroviária Estação Ferroviária Remanescente da antiga Estação do Brás	St. Rita do Passa Quatro Campinas São Paulo		
EDIFÍCIOS RELIGIOSOS Igreja de São Benedito Igreja Matriz e antiga sede da Prefeitura * Igreja e Mosteiro de São Bento	S. José dos Campos Redenção da Serra Santos	EDIFÍCIOS RELIGIOSOS Igreja de N. S. Conceição do Embaú	Cachoeira Pla.
HABITAÇÕES RURAIS Casa da Fazenda Engenho D'Água	Ilhabela		
HABITAÇÕES URBANAS Imóvel à Av. Brigadeiro Luiz Antonio, 826	São Paulo		
NÚCLEOS E ÁREAS URBANAS Aglomerados humanos de Picinguaba Núcleo Urbano de Iporanga	Ubatuba Iporanga		
GESTÃO RUY OHTAKE - set/1980 a set/1982			
BENS MÓVEIS Acervo arquivístico da Antiga Hospedaria dos Imigrantes * Acervo do M.A.C. - U.S.P. * Quatorze quadros de autoria de Candido Portinari	São Paulo São Paulo Batatais	BENS MÓVEIS Acervo do M. H. P. M. da Nóbrega	São Manuel
ÁREAS NATURAIS E PAISAGENS Parque Siqueira Campos Reserva Florestal de Cantareira e Horto Florestal	São Paulo Caieiras e outros	ÁREAS NATURAIS E PAISAGENS Árvores antigas Área de Mangueiral Ilhas de Peruibe e Guaaú Núcleos Setoriais Morro de Taquanduva Sítio arqueológico do Páteo do Colégio	São Carlos Taubaté Peruibe S. L. Paraitinga Itanhaém São Paulo
EDIFÍCIOS ADMINISTRATIVOS Antiga Casa de Câmara e Cadeia Antigo Forum Casa de Câmara e Cadeia Palácio da Justiça	Pindamonhangaba Avaré Areias São Paulo	EDIFÍCIOS ESCOLARES Edifício da F. A. C. E. - USP	São Paulo
EDIFÍCIOS ESCOLARES Antiga Escola Normal de Campinas Edifício da Antiga F.F.O. da U.S.P. Edifício do Instituto de Educação Grupo Escolar Rodrigues Alves F.A.U. - U.S.P.	Campinas São Paulo Pirassununga São Paulo São Paulo		
EDIFÍCIOS DE EXPOSIÇÕES E MUSEUS antigo Palácio das Indústrias Museu de Arte de São Paulo Pinacoteca do Estado	São Paulo São Paulo São Paulo	EDIFÍCIOS DE EXP. E MUSEUS Museu Arq. de Arte Sacra	Campinas

continuação...

BENS TOMBADOS	Município	PEDIDOS ARQUIVADOS	Município
GESTÃO RUY OHTAKE - set/1980 a set/1982			
EDIFÍCIOS DE TEATROS		EDIFÍCIOS FUNERÁRIOS	
Teatro Pedro II	Ribeirão Preto	Seminário dos Lazaretos	Jaboticabal
Teatro Municipal	São Paulo	Túmulo de Afonso Arinos	São Paulo
EDIFÍCIOS FUNERÁRIOS			
Mausoléu do Soldado Constitucionalista	São Paulo		
EDIFÍCIOS INDUSTRIAIS		EDIFÍCIOS INDUSTRIAIS	
Usina Hidroelétrica de Corumbataí	Rio Claro	Engenho Central União	Iguape
EDIFÍCIOS MILITARES		Edifício do antigo Matadouro	São Paulo
Quartel do Segundo Batalhão de Guardas	São Paulo		
* Forte de São Tiago ou São João	Santana de Parnaíba		
EDIFÍCIOS DE PESQUISAS			
Instituto Butantã	São Paulo		
ESTAÇÕES			
Estrada de Ferro Central do Brasil	Cachoeira Paulista		
Estação Barracão	Ribeirão Preto		
EDIFÍCIOS RELIGIOSOS		EDIFÍCIOS RELIGIOSOS	
Basílica Nacional de Aparecida	Aparecida do Norte	Catedral de São Paulo	São Paulo
Capela de Nossa Senhora das Mercês	S. Luiz do Paraitinga	Capela N. S. do Rosário	Guaratinguetá
Catedral Metropolitana	Campinas	Capela do Menino Jesus e Sta. Luzia	São Paulo
Igreja das Chagas do Seráfico Pai São Francisco	São Paulo	Igreja Ev. Brasi. de Guarulhos	Guarulhos
Igreja de São Cristóvão	São Paulo	Igreja Matriz de S. L. do Paraitinga	S. L. Paraitinga
Igreja de São Francisco da Venerável Ordem dos Frades Menores	São Paulo	Igreja de São Jerônimo	Planalto
Igreja Nossa Sra. do Rosário dos Homens Pretos	São Paulo	Igreja N. S. da Ajuda	Caçapava
Penha de França			
* Capela de Nossa Senhora da Conceição	Santana de Parnaíba	Santuário do Bom Jesus	Tremembé
* Capela de Nossa Senhora do Pilar	Taubaté		
* Igreja do Convento de N.Sra.do Carmo	Mogi das Cruzes		
* Igreja da Ordem Terceira de N.Sra.do Carmo	Mogi das Cruzes		
* Igreja da Ordem Terceira de N.Sra.do Carmo	Santos		
* Igreja Matriz de N.Sra.da Candelária	Itu		
* Igreja e Convento de N.Sra.do Carmo	Itu		
* Mosteiro da Imaculada Conceição da Luz	São Paulo		
HABITAÇÕES RURAIS		MONUMENTOS	
Antiga Fazenda do Pinhal	São Carlos	Estátua de Luiz de Souza Queirós	Piracicaba
Antiga sede da Fazenda Salto Grande	Americana	Casa de Pedra	S. B. do Campo
Casa sede da Fazenda Tenente Canito	Itapetininga		
Casa sede da antiga Fazenda Cafeeira Mato Dentro	Campinas		
Edifício da antiga Fazenda Dumont	Dumont		
Sede Fazenda Capuava, Casa de Flávio de Carvalho	Valinhos		
Sede da Fazenda Santa Eudóxia	São Carlos		
Sede da Fazenda Três Pedras	Campinas		
Sítio Santa Luzia	São Paulo		
* Casa da Fazenda Resgate	Bananal		
* Casa da Fazenda Pau D'Alho	S. José do Barreiro		
* Chácara do visconde ou Casa de Monteiro Lobato	Taubaté		
* Sede da Fazenda Conceição	Paraibuna		
* Sede da Fazenda Ponte Alta	Redenção da Serra		
* Sítio Mirim	São Paulo		

continuação...

BENS TOMBADOS	Município	PEDIDOS ARQUIVADOS	Município
GESTÃO RUY OHTAKE - set/1980 a set/1982			
HABITAÇÕES URBANAS Casa do Barão de Mauá Casa do Capitão-Mor, R.Comendador Sampaio, 4 e 5 Edifício da Praça Oswaldo Cruz Edifício situado no Largo Marquês de Monte Alegre Imóvel à R.São Miguel, 67 Residência à R.Florêncio de Abreu, 111 Sobrado à Praça Cel.Esmádio, 82 Sobrado à Rua João Pessoa, 2 Sobrado à Rua das Mercês, 6 Sobrado do Cap.Manuel José da Silveira * Casa de Anhangüera, sobrado * Casa de Fronteiras Azulejadas * Edifício sede do Museu da República * Palácio dos Azulejos	Mauá Areias S. Luiz do Paraitinga Santos Iguape São Paulo Porto Feliz Areias Areias Silveiras Santana de Parnaíba Santos Itu Campinas	HABITAÇÕES URBANAS Antiga residência de Franco da Rocha Casa do Visconde de Cunha Bueno Edifício à R. Santos Dumont, 43 Imóvel à R. Vitória, 595 Imóvel à R. Capitão Dias, 18 Palácio Zanine	Franco da Rocha São Carlos Araraquara São Paulo Guaratinguetá
LOGRADOUROS Ponte Pênsil	São Vicente	LOGRADOUROS Ponte Torta Jardim e obras de arte entre o Teatro Municipal e a Rua Formosa	Jundiaí São Paulo
NÚCLEOS E ÁREAS URBANAS Centro Histórico Centro Histórico Remanescentes da Vila Colonial de São Vicente e Porto das Naus	Santana de Parnaíba S. Luiz do Paraitinga São Vicente	NÚCLEOS E ÁREAS URBANAS Município de Embu	Embu
GESTÃO AZIZ AB'SÁBER - nov/1982 a mar/1983			
ÁREAS NATURAIS E PAISAGENS Reserva Florestal, Fundação J.P.de Oliveira Costa Parque Estadual do Jaraguá Serra de Atibaia ou Itapetinga Serra de Boturuna	Campinas São Paulo Atibaia / B. J. Perdões Pirapora B. Jes. / outros	ÁREAS NATURAIS E PAISAGENS Sambaquis	Cananéia
EDIFÍCIOS COMERCIAIS Edifício do Mercado Municipal	Campinas	HABITAÇÕES URBANAS Imóvel à Av. Liberdade, 899	São Paulo
EDIFÍCIOS INDUSTRIAIS Casarão do Chá	Mogi das Cruzes		
ESTAÇÕES Estrada de Ferro Central do Brasil	Guaratinguetá		
EDIFÍCIOS RELIGIOSOS Igreja de São José da Vila Real	Pindamonhangaba		
HABITAÇÕES RURAIS Casa do Bandeirante	São Paulo		

continuação...

BENS TOMBADOS	Município	PEDIDOS ARQUIVADOS	Município
GESTÃO ANTONIO AUGUSTO ARANTES - mai/1983 a out/1984			
ÁREAS NATURAIS E PAISAGENS Morro do Botelho EDIFÍCIOS ADMINISTRATIVOS Edifício Alexandre Mackenzie EDIFÍCIOS ESCOLARES Colégio Técnico da Unicamp EDIFÍCIOS INDUSTRIAIS Antigo Matadouro da Vila Mariana Edifício da Fábrica de Tecidos São Luís Ruínas do antigo Engenho da Fazenda Bom Retiro EDIFÍCIOS RELIGIOSOS Capela Nossa Senhora da Ajuda e seus pertences Capela Nossa Senhora dos Remédios Igreja do Senhor Bom Jesus HABITAÇÕES RURAIS Sede do antigo Sítio Capão HABITAÇÕES URBANAS Casa do Sertanista Imóveis à R. Pirapitingui 111, 141 e 159 Solar do Barão de Itapura	Guanujá São Paulo Campinas São Paulo Itu Ubatuba São Paulo Jacarei Itu São Paulo São Paulo São Paulo Campinas	BENS MÓVEIS Acervo da Sta. Casa de Misericórdia EDIFÍCIOS ESCOLARES Prédio da Escola Industrial EDIFÍCIOS RELIGIOSOS Capela do Morumbi Capela do Município de Cajamar Igreja N. S. do Rosário HABITAÇÕES RURAIS Fazenda Jussara HABITAÇÕES URBANAS Edifício "A Toca" Imóvel à R. Duque de Caxias, 385 Imóvel à R. Jorge Miranda Imóveis do Centro Urbano NÚCLEOS E ÁREAS URBANAS Bairro Carioba Estr. Viária e Jardins - J. Marajoara	Santos Rio Claro São Paulo Jundiá Itapetininga Iguape Rio Claro Campinas São Paulo Itap. da Serra Americana São Paulo
GESTÃO MODESTO CARVALHOSA - fev/1985 a jan/1987			
ÁREAS NATURAIS E PAISAGENS Morro do Monduba Outeiro Sta. Catarina e Residência Dr. João Eboli Parque da Aclimação Serra do Mar Sambaqui, loteamento Fepasa, Fazenda Boa Vista EDIFÍCIOS ADMINISTRATIVOS Antigo Fórum e Cadeia Edifício do Paço Nóbrega Edifício Saldanha Marinho EDIFÍCIOS COMERCIAIS Antigo Gabinete de Leitura EDIFÍCIOS ESCOLARES Colégio Sion Edifício do Instituto de Educação Dr. Álvaro Guião EDIFÍCIOS DE TEATROS Teatro Municipal EDIFÍCIOS INDUSTRIAIS Conjunto Edifícios Kaigai Kogyo Kobushiky Kaisha Edifício, chaminés remanescentes, ramal ferroviário e locomotiva - I.R. Francisco Matarazzo EDIFÍCIOS DE ASSIST. SOCIAL E SAÚDE Antigo Desinfetório Central Hospital e Maternidade Umberto I	Guarujá Santos São Paulo Apiai e outros Cananéia Sertãozinho Ubatuba São Paulo Rio Claro São Paulo Rio Claro São João da Boa Vista Registro São Paulo São Paulo São Paulo	ÁREAS NATURAIS E PAISAGENS Grutas Calcáreas Morro da Ponte Palmeiras Imperiais Ribeirão do Pote Serra da Bocaima BENS MÓVEIS Acervo Documental da Prefeitura EDIFÍCIOS MILITARES Imóvel à R. Saldanha Marinho EDIFÍCIOS DE TEATROS Cine-Teatro Cel. Ramalho HABITAÇÕES URBANAS Casas Cel. Joaquim Montenegro Casa de E. Miragaia Mansão Calfati Edifício à R. Madalena	Iporanga São Sebastião Jacarei Salesópolis Bragança Pta. Itapetininga Campinas S. de Parnaíba Cubatão S. J. dos Campos São Paulo São Paulo

continuação...

BENS TOMBADOS	Município	PEDIDOS ARQUIVADOS	Município
GESTÃO MODESTO CARVALHOSA - fev/1985 a jan/1987			
ESTAÇÕES		Vila Dias	Campinas
Estação da Fepasa	Rio Claro		
Estação Ferroviária	Mairinque		
Prédio da Antiga Estação Rodoviária	Descaivado		
EDIFÍCIOS RELIGIOSOS			
Convento Santa Clara	Taubaté		
HABITAÇÕES RURAIS			
Casa Grande e Tulha	Campinas		
Sede da Fazenda Santa Eudóxia	São Carlos		
HABITAÇÕES URBANAS			
Casa de Vidro	São Paulo		
Imóvel à Av. Paulista, 37	São Paulo		
Prédio à Rua Tenente Duarte, 1425	Araraquara		
LOGRADOUROS			
Ponte metálica	São José do Rio Pardo		
Ponte pênsil sobre o Rio Paranapanema	Chavantes		
MONUMENTOS			
Monumento às Bandeiras	São Paulo		
Portal em arco do antigo Presídio Tiradentes	São Paulo		
NÚCLEOS E ÁREAS URBANAS			
Acervo da Estrada de Ferro Perus	Pirapora / Cajamar		
Núcleo urbano	Amparo		
Traçado urbano, vegetação, linha demarcatória do Bairro Jardins	São Paulo		

FONTES: Fichas, Guichês e Processos, Seção de Protocolo do Condephaat. Processos de Tombamento, Centro de Documentação do Condephaat.

NOTAS: . A classificação dos bens segue a data de decisão do colegiado e a tipologia utilizada pelo Conselho.

. Alguns bens tombados não estão listados uma vez que os processos a eles referentes não foram localizados na ocasião do levantamento.

(*) Bens tombados *ex-officio*.

QUADRO 4 - SOLICITANTES DE ESTUDOS DE TOMBAMENTO: 1969-1987

SOLICITANTES	LUCIA FALKENBERG jan/69 - set/70	LUCIA FALKENBERG mar/71 - dez/71	AURELIANO LEITE jan/72 - mai/75	NESTOR GOULART out/75 - dez/75	NESTOR GOULART mai/76 - mai/78	NESTOR GOULART ago/78 - abr/79	RUI OHTAKE mai/79 - jul/80	RUI OHTAKE set/80 - set/82	AZIZ AB'SABER nov/82 - mar/83	ANTONIO A. ARANTES mai/83 - out/84	MODESTO CARVALHOSA fev/85 - jan/87	TOTAL
Membros do conselho consultivo e corpo técnico	34	13	33	3	13	1	1	27	2		6	133
Órgãos da Secretaria de Cultura		1			1		2	3	2			9
Outros Órgãos Públicos	1					1		7		6	3	21
Prefeituras	1	2	6		5	1	2	4		6		34
Câmaras Municipais	1		3	2	2					6	7	17
Deputados			1	1	1		1		2		6	9
Autoridades/Entidades Religiosas			1		1			5			1	3
Universidades/Faculdades		1	1								1	4
Civis	1		5		3	3	2	7	2	4	6	33
Entidades Civis				2	5	1	1	6	3	1	5	27
Entidades Preservacionistas			1		3		1	2			4	13
TOTAL	38	17	54	8	34	50	10	62	8	11	4	303

FONTES: Processos e Guiçês de Tombamento, Centro de Documentação e Protocolo do Condephaat

NOTA: Não estão incluídas as solicitações de tombamento *ex-officio*.

Ação do poder público -- produto do conhecimento histórico e técnico e sujeita a pressões externas ao Conselho --, a instituição do patrimônio paulista variou com a ampliação do conceito de patrimônio; inicialmente restrito a edificações monumentais, ele se ampliaria para o meio ambiente, incluídas as formações geomorfológicas entendidas como "memória da natureza".

A principal vertente instituidora do patrimônio foi, porém, a História, especialmente a de São Paulo, cuja versão oficial tornara-se "senso comum", sobretudo através do ensino da disciplina.

Nascida em meados do século XIX no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a História do Brasil foi concebida como forma de tornar o País recém independente uma Nação. Como aponta Schwarcz, diante da composição da academia cujos membros eram escolhidos sobretudo por suas relações sociais, isso significava construir "falas e discursos que se pretendiam únicos, apesar de claramente marcados por um perfil de grupo".¹

Formado pela elite portadora de títulos nobiliárquicos, vinculada ao poder, e por intelectuais, parte deles plenos de idéias patrióticas inspiradas no romantismo, o Instituto produziria uma história idealizada em torno do conceito de progresso que criaria uma história-memória cujo personagem nuclear era a Nação.

Voltada ao estudo do passado colonial, em especial dos momentos de origem, fundadores, como o Descobrimento e a Independência, para os efeitos políticos dos fatos e para a exaltação dos heróis, narrada apologeticamente, a História forjaria a unidade banindo para a não-história os que -- índios, negros ou brancos excluídos do exercício da política -- feriam a homogeneidade necessária à eficácia das intenções unificadoras.

¹ Schwarcz, 1989, p.5.

Seguindo o mesmo modelo historiográfico, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo procuraria destacar fatos e personagens regionais. Instituído em 1894, momento em que São Paulo era o centro dinâmico da economia do País e a elite paulista pretendia liderar a República, o Instituto propôs-se a produzir uma história que, sendo regional procurava dar conta da totalidade brasileira.²

Preocupado em escrever uma história de caráter patriótico e cívico a partir de interpretações de acontecimentos regionais, o Instituto elegeu como figura simbólica da terra paulista o bandeirante; sua envergadura era tal que pode ser relacionado a momentos cruciais da história do Brasil e assim, ao mesmo tempo, ratificar a liderança dos paulistas na Federação e sua lealdade à Nação. Durante o período colonial os bandeirantes haviam alargado as fronteiras, e os limites por eles estabelecidos haviam se tornado os limites da Nação; a independência, além de ser forjada por um líder paulista, José Bonifácio, também se concretizara em terras bandeirantes, às margens do Ipiranga.³

² Idem, p.47.

³ O mito bandeirante se prestaria também a manipulações justificadoras do presente pelo passado. Na década de 20, momento em que as elites paulistas pretendiam impor-se no controle da República, então em crise de representatividade, agravada pelos movimentos sociais urbanos, ele foi reforçado através da cultura material e de publicações. Em 1922, ano em que se comemorava o centenário da Independência, Afonso d'E. Taunay inaugurou no Museu Paulista uma sala dedicada à história de São Paulo e completou a decoração do saguão onde se destacam estátuas de bandeirantes. No edifício da Bolsa de Café, inaugurada em Santos no mesmo ano, um vitral desenhado por Benedito Calixto vincula a indústria à lavoura e estas à atuação bandeirante. Também em 1922 começou a ser publicada a obra de Taunay, *História geral das bandeiras paulistas*; foi reeditada *Nobiliarquia paulista*, de Pedro Taques; e, por iniciativa de Washington Luís, o Estado iniciou a publicação de documentos da História de São Paulo. Em 1936, quando as elites davam largos passos ao encontro do que acreditavam ser seu lugar na Nação, o candidato à presidência da República, Armando de Salles Oliveira, reinterpretou o Monumento às Bandeiras, obra de Brecheret que deveria ter sido erguida como parte das comemorações do centenário da Independência, como "uma arrancada bandeirante para a conquista da terra virgem" (...) "iniciando uma nova etapa de sua obra a serviço da Pátria" (Batista, 1985, p.97-103). Em 1940, Cassiano Ricardo, em *Marcha para Oeste* ressaltaria a herança bandeirante como justificativa da pujança econômica do Estado.

Na opinião de Bittencourt,⁴ o bandeirante tendeu a tornar-se um símbolo nacional. Nos livros didáticos sua figura foi veiculada de diferentes modos -- desbravador de territórios, disciplinador e guerreiro ou modelador de uma forma de brasilidade -- que corresponderam a diferentes conjunturas entre as décadas de 10 e 30. Não contando com uma data comemorativa no calendário escolar, o bandeirante esteve presente em todas as festas cívicas, ao lado de Duque de Caxias, Tiradentes, D.Pedro I e outros vultos consagrados pela historiografia, levando às crianças o exemplo do povo paulista, que se acreditava ser de disciplina e trabalho, esforço que conseguira transformar sua pobreza inicial em progresso e modernização.

Efetivamente inscrita no imaginário de gerações, a figura do bandeirante alimentaria a identidade e o orgulho dos paulistas, os distinguiria do conjunto dos brasileiros e comporia os referenciais da história-memória criada pela história nacional e regional. Algumas das justificativas contidas nas solicitações de tombamento dão idéia da apreensão desta história-memória como algo externo ao conjunto da sociedade: "hospedou autoridades e figuras de relevo", "foi residência de figura de importância", "foi palco de acontecimentos" ou "retrata a grandeza de nossos antepassados".

A mesma visão era manifestada pelos patrimonialistas, acrescida de critérios de periodização da história, os "ciclos", verdadeiras etapas econômicas da idéia de progresso empregadas especialmente para referenciar a produção arquitetônica na história da arquitetura. Só a partir da década de 80, os pareceres técnicos do Condephaat começaram a refletir o entendimento da história como criação que envolvia silêncios, singularidades, rupturas e, sobretudo, a interrogação do presente; esta postura, bem como o questionamento da ortodoxia preservacionista, permitiriam diversificar o universo representado no patrimônio (**Quadro 5**).

⁴ Bittencourt, 1988, p.210-215.

QUADRO 5 - BENS TOMBADOS ATÉ JANEIRO DE 1987

BEM TOMBADO	MUNICÍPIO	Conselho decisão	Secretário homologação	Livro de Tombo
Solar dos Novaes	Cruzeiro	24/09/69	24/09/69	histórico
Obras do pintor Benedito Calixto	São Paulo	/10/69	16/10/69	artes
Palácio do Imperador	Itapura	18/08/69	04/12/69	paisagístico
Palacete Palmeira	Pindamonhangaba	27/11/69	11/12/69	histórico
Núcleo Urbano	Cananéia	27/11/69	11/12/69	histórico
Núcleo Urbano	S. Sebastião	07/10/69	12/12/69	histórico
Palácio 10 de Julho	Pindamonhangaba	17/02/69	12/12/69	histórico
Casa de Candido Portinari*	Brodosqui	/01/70	22/01/70	histórico
Casa do Povoador	Piracicaba		09/03/70	histórico
Solar do Barão de Jundiá	Jundiá	04/02/70	13/03/70	histórico
Igreja de Santo Antonio	São Paulo	25/02/70	09/04/70	histórico
Bosque dos Jequetibás	Campinas	25/02/70	09/04/70	paisagístico
Casa de Rodrigues Alves	Guaratinguetá	11/03/70	23/04/70	histórico
Obras do pintor J.F.Almeida Jr.	São Paulo	25/02/70	24/04/70	artes
Obras de Arte da Capela do Hospital das Clínicas	São Paulo	11/03/70	15/05/70	artes
Solar da Marquesa de Santos	São Paulo	04/03/70	14/06/71	histórico
Igreja de São Gonçalo	São Paulo		20/09/71	histórico
Coleção Arqueológica, Etnográfica e Histórica do Museu Paulista*	São Paulo			histórico
Igreja Matriz de Santana*	Itanhaém			histórico
Relógio Solar	Franca	28/02/72	08/03/72	histórico
Parque das Monções	Porto Feliz	23/02/72	20/03/72	histórico
Passo da Via Sacra de S. Vicente de Paula	Piracicaba	22/03/72	11/04/72	histórico
Capela N.Sra. da Boa Morte, da Santa Casa de Misericórdia de Campinas	Campinas	05/04/72	11/04/72	histórico
Sino da Independência	São Paulo	17/05/72	31/05/72	histórico
Sede da Fazenda Sant'Ana	São Sebastião	26/06/72	28/06/72	histórico
Casa Souza Leão	Tupã	05/07/72	17/07/72	histórico
Capela N. Sra. Rosário Homens Pretos	Eldorado	11/07/72	21/07/72	histórico
Grupo Escolar Cel. Nogueira Cobra	Bananal	11/07/72	21/07/72	histórico
Convento N. Sra. do Amparo	São Sebastião	11/07/72	21/07/72	histórico
Casa da Alfândega	Porto Feliz	12/07/72	08/08/72	histórico
Caminho do Mar	Cubatão e S. B. do Campo	28/06/72	11/08/72	histórico
Mercado de Santo Amaro	São Paulo	06/09/72	21/09/72	histórico
Igreja de N. Sra. da Escada e residência anexa*	Guararema	24/05/72	21/09/72	histórico
Sítio da Ressaca	São Paulo	20/09/72	18/10/72	histórico
Quartel da Luz	São Paulo	06/12/72	15/12/72	histórico
Casa Grande do Brigadeiro Tobias de Aguiar, antiga Fazenda Passa Três	Sorocaba	26/06/72	08/01/73	histórico
Casa de Prudente de Moraes	Piracicaba	16/08/72	01/06/73	histórico

BEM TOMBADO	MUNICÍPIO	Conselho decisão	Secretário homologação	Livro de Tombo
Edifício da Câmara Municipal	Itanhaém	01/09/73	01/10/73	histórico
Casa do Ajudante Braga	Santa Branca	09/08/72	16/11/73	histórico
Casa Euclidiana	São José do Rio Pardo	21/11/73	04/12/73	histórico
Coleção Artística do MASP*	São Paulo	12/11/73	28/11/73	artes
Coleção de Arte Religiosa do Museu de Arte Sacra*	São Paulo			artes
Coleção Artística do Museu Paulista*	São Paulo			artes
Fazenda Morro Azul	Iracemápolis	03/01/74	08/01/74	histórico
Igreja de Nossa Senhora do Rosário e antiga residência jesuítica anexa*	Embu	16/01/74	16/01/74	histórico
Pedreira de Varvitos	Itu		18/03/74	arquitetônico
Ruínas do Antigo Engenho do Rio Quilombo	Santos		18/03/74	histórico
Igreja Nossa Senhora da Boa Morte	São Paulo	20/03/74	26/03/74	histórico
Estação da Estrada de Ferro Central do Brasil	Bananal	26/06/74	10/07/74	histórico
Aldeia de Carapicuíba*	Carapicuíba	14/11/73	24/07/74	histórico
Sítio Mandu*	Cotia	26/11/73	24/07/74	histórico
Antiga Casa de Câmara e Cadeia*	Atibaia		24/07/74	histórico
Remanescentes da Real Fábrica de Ferro de São João de Ipanema *	Iperó	11/09/74	11/09/74	histórico
Sítio do Padre Inácio*	Cotia	23/09/74	23/09/74	histórico
Igreja de São Miguel*	São Paulo	11/12/74	11/12/74	histórico
Casa do Tatuapé*	São Paulo	11/12/74	11/12/74	histórico
Sede da Fazenda Santo Antonio*	São Roque		11/12/74	histórico
Capela do Sítio Querubim*	São Roque		11/12/74	histórico
Antiga Casa de Câmara e Cadeia, atual Museu dos Andradas	Santos	11/12/74	11/12/74	histórico
Ruína do Engenho dos Erasmos*	Santos	11/12/74	11/12/74	histórico
Barraca de Euclides da Cunha*	São José do Rio Pardo	26/12/74	26/12/74	histórico
Casa com teto pintado ou Casa Esperança*	São Sebastião	26/12/74	26/12/74	histórico
Casa da Chácara São Bento ou Sítio Morrinhos*	São Paulo	26/12/74	26/12/74	histórico
Casa Natal de Oswaldo Cruz*	S. Luiz do Paraitinga	26/12/74	26/12/74	histórico
Sobrado do Barão ou da Baroneza de Dourados, atual sede do Museu Histórico e Pedagógico*	Rio Claro	26/10/74	26/12/74	histórico
Igreja e Convento de N. Sra. da Conceição*	Itanhaém	26/12/74	26/12/74	histórico
Casa do Barão de Almeida Lima	Capivari	20/11/74	10/01/75	histórico
Núcleo Urbano	Iguape	02/01/75	06/02/75	histórico
Sobrado Júlia Ferraz	Atibaia	29/01/75	07/02/75	histórico
Casa de Mário de Andrade	São Paulo	26/02/75	06/03/75	histórico
Largo da Memória	São Paulo	19/03/75	02/04/75	histórico
Parque da Independência	São Paulo	13/10/71	02/04/75	histórico
Igreja N. Sra. do Pilar ou Pilar Velho	Ribeirão Pires	16/04/75	24/04/75	histórico
Sobrado do Conde Moreira Lima	Lorena	01/10/75	10/10/75	histórico
Sobrado do Porto ou Casa de Baltazar Fortes*	Ubatuba	14/11/73	11/10/75	histórico

BEM TOMBADO	MUNICÍPIO	Conselho decisão	Secretário homologação	Livro de Tombo
Instituto de Educação Caetano de Campos	São Paulo	09/12/75	02/06/76	histórico
Antigo Forum	Araras	06/12/76	23/06/77	histórico
Casa Oliveira Costa	Taubaté	08/11/76	30/06/77	histórico
Palácio dos Campos Eliseos	São Paulo	06/12/76	02/08/77	histórico
Horto Florestal e Museu Edmundo Navarro de Andrade	Rio Claro	16/05/74	16/05/77	paisagístico
Ermida de Santo Antonio de Guaibe	Guarujá	15/08/77	09/12/77	histórico
Vila Pentecado	São Paulo	14/02/77	27/02/78	histórico
Residência Grassman	São Simão	28/11/77	15/03/78	histórico
Túmulo de Júlio Frank	São Paulo	28/11/77	15/03/78	histórico
Casa do Conde de Pinhal	São Carlos	06/12/76	23/10/78	histórico
Casa dos Rangel de Camargo	Guaratinguetá	02/08/76	23/10/78	histórico
Capela dos Afritos	São Paulo	07/02/77	23/10/78	histórico
Edifício à Rua 15 de Novembro 143	Jacareí	08/05/78	06/12/78	histórico
Imagem de N. Sra. da Escada*	Barueri	09/04/79	09/04/79	histórico
Colégio Porto Seguro	São Paulo	27/02/78	08/05/79	histórico
Casa da Fazenda Engenho d'Água*	Ilha Bela	04/06/79	04/06/79	histórico
Maciço da Juréia	Iguape	21/05/79	25/07/79	paisagístico
Ruína do Abarabebê	Peruibe	18/12/78	11/08/79	histórico
Igreja e Mosteiro de São Bento*	Santos	13/08/79	13/08/79	histórico
Mosteiro da Imaculada Conceição da Luz*	São Paulo	12/05/82	12/05/82	histórico
Forte da Barra Grande*	Guarujá	05/05/80	09/05/80	histórico
Fortaleza de São Filipe*	Guarujá	05/05/80	05/05/80	histórico
Núcleo Urbano	Iporanga	16/06/80	20/06/80	histórico
Cemitério da Colônia Japonesa	Alvares Machado	10/07/79	11/07/80	histórico
Igreja de São Benedito	São José dos Campos	25/07/80	29/05/80	histórico
Vila Economizadora	São Paulo	28/03/77	27/09/80	histórico
Chácara do Visconde ou Casa de Monteiro Lobato*	Taubaté	13/10/80	13/10/80	histórico
Edifício Sede do Museu Republicano da Convenção de Itu*	Itu	13/10/80	13/10/80	histórico
Forte de São Tiago ou São João*	Santos	13/10/80	13/10/80	histórico
Casa de Anhanguera - Sobrado*	Santana de Parnaíba	13/10/80	13/10/80	histórico
Capela N. Sra. da Conceição*	Santana de Parnaíba	03/11/80	03/11/80	histórico
Prédio à R. Florêncio de Abreu ou Residência D. Marieta Teixeira de Carvalho	São Paulo	06/10/80	03/11/80	histórico
Casa do Trem Bélico*	Santos	03/07/74	01/12/80	histórico
Antigo Forum	Avaré	26/11/80	06/12/80	histórico
Casa de Anhanguera - Sobradão*	Santana de Parnaíba	02/04/75	11/03/81	histórico
Faculdade de Medicina da USP	São Paulo		16/03/81	histórico
Palácio dos Azulejos*	Campinas	11/03/81	25/03/81	histórico
Estação Ferroviária	Sta. Rita Passa Quatro	10/03/80	23/05/81	histórico
Catedral Metropolitana	Campinas	06/10/80	30/05/81	histórico

BEM TOMBADO	MUNICÍPIO	Conselho decisão	Secretário homologação	Livro de Tombo
Reserva Florestal Morro Grande	Cotia	24/07/80	20/06/81	paisagístico
Antiga Casa de Câmara e Cadeia	Pindamonhangaba	03/07/81	03/07/81	histórico
Mausoléu do Soldado Constitucionalista	São Paulo	13/10/80	09/07/81	histórico
Imóvel à R. São Miguel 67	Iguape	09/11/80	22/07/81	histórico
Edifício da Fac. de Arquitetura e Urbanismo da USP	São Paulo	22/07/81	23/07/81	histórico
Edifício à Praça Oswaldo Cruz	São Luiz do Paraitinga	15/04/81	05/08/81	histórico
Jardim da Luz	São Paulo	10/04/78	08/08/81	paisagístico
Quartel do 2o. Batalhão de Guardas	São Paulo	23/07/81	28/08/82	histórico
Igreja da Ordem Terceira de N. Sra. do Carmo*	Santos	09/09/81	09/09/81	histórico
Instituto Butantã	São Paulo	26/08/81	14/09/81	histórico
Bolsa Oficial de Café de Santos	Santos	04/02/80	22/09/81	histórico
Capela Nossa Senhora das Mercês	São Luiz do Paraitinga	22/07/81	28/09/81	histórico
Antiga Fazenda do Pinhal	São Carlos	30/09/81	16/12/81	histórico
Teatro Municipal de São Paulo	São Paulo	14/10/81	23/12/81	histórico
Palácio da Justiça	São Paulo	29/12/81	29/12/81	histórico
Capela Nossa Senhora do Pilar*	Taubaté	27/08/81	12/03/82	histórico
Sede da Fazenda Três Pedras	Campinas	23/09/81	19/03/82	histórico
Remanescentes da Vila Colonial de S. Vicente e Porto das Naus*	São Vicente	30/03/82	30/03/82	histórico
Antiga Sede da Fazenda Salto Grande	Americana	18/11/81	15/04/82	histórico
Estação Ferroviária de Campinas	Campinas	30/06/80	15/04/82	histórico
Usina Hidroelétrica de Corumbatai	Rio Claro	01/07/81	16/04/82	histórico
Basilica Nacional de N. Sra. Aparecida	Aparecida do Norte	22/03/82	18/04/82	histórico
Estação da Estrada de Ferro Central do Brasil	Cachoeira Paulista	07/10/81	18/04/82	histórico
Igreja Matriz e antiga Sede da Pref. Municipal	Redenção da Serra	27/08/79	18/04/82	histórico
Igreja de São Francisco de Assis da Venerável Ordem dos Frades Menores	São Paulo	14/10/81	19/04/82	histórico
Igreja das Chagas do Seráfico Pai São Francisco	São Paulo	16/09/82	19/04/82	histórico
Ponte Pênsil	São Vicente	14/04/82	30/04/82	histórico
Fortaleza de Itapema	Guarujá	20/06/77	30/04/82	histórico
Remanescente da Antiga Estação do Brás da São Paulo Railway	São Paulo	09/79	03/05/82	histórico
Igreja de N. Sra. do Rosário dos Homens Pretos de Penha de França	São Paulo	21/01/81	04/05/82	histórico
Pinacoteca do Estado	São Paulo	26/08/81	05/05/83	histórico
Estação da Luz	São Paulo	16/08/76	05/05/82	histórico
Acervo Arquivístico da Antiga Hospedaria dos Imigrantes	São Paulo	07/10/81	06/05/82	histórico
Prédio da Antiga Hospedaria dos Imigrantes	São Paulo	17/09/79	06/05/82	histórico
Edifício do Antigo Palácio das Indústrias	São Paulo	27/01/82	07/05/82	histórico
Edifício Sede da Antiga Fazenda Dumont	Dumont	09/12/81	07/05/82	histórico
Edifício da Estação Barracão	Ribeirão Preto	21/01/81	07/05/82	histórico

BEM TOMBADO	MUNICÍPIO	Conselho decisão	Secretário homologação	Livro de Tombo
Edifício do Teatro D. Pedro II	Ribeirão Preto	24/03/72	07/05/82	histórico
Casa Sede Fazenda Tenente Carrito	Itapetininga	11/03/82	10/05/82	histórico
Sede da Antiga Fazenda Cafeeira Mato Dentro	Campinas	17/02/82	10/05/82	histórico
Sobrado à Praça Cel. Esméδιο 82	Porto Feliz	19/08/81	11/05/82	histórico
Sobrado à Rua das Mercês 06	Areias	17/02/82	11/05/82	histórico
Casa de Câmara e Cadeia	Areias	17/02/82	11/05/82	histórico
Casa do Capitão Mór à R. Com. Sampaio 04/05	Areias	17/02/82	11/05/82	histórico
Sobrado do Cap. Manuel José da Silveira	Silveiras	17/02/82	11/05/82	histórico
Quatorze quadros de autoria de Cândido Portinari*	Batatais	12/05/82	12/05/82	artes
Igreja e Convento N. Sra. do Carmo*	Mogi das Cruzes	12/05/82	12/05/82	histórico
Igreja da Ordem Terceira de N. Sra. do Carmo*	Mogi das Cruzes	12/05/82	12/05/82	histórico
Mosteiro de São Bento*	Sorocaba	08/05/78	12/05/82	histórico
Sede da Fazenda Conceição*	Paraibuna	12/05/8	12/05/82	histórico
Igreja e Convento N. Sra. do Carmo*	Itu	12/05/82	12/05/82	histórico
Sede da Fazenda Ponte Alta*	Redenção da Serra	12/05/82	12/05/82	histórico
Casa Sede da Fazenda Capuava ou Residência Flávio de Carvalho	Valinhos	12/05/82	12/05/82	histórico
Casa com Fronteiras Azulejadass*	Santos	12/05/82	12/05/82	histórico
Casa da Fazenda Pau d'Alho*	São José do Barreiro	12/05/82	12/05/82	histórico
Sítio Mirim*	São Paulo	12/05/82	12/05/82	histórico
Sítio Santa Luzia	São Paulo	09/12/81	12/05/82	histórico
Acervo do Museu de Arte Contemporânea dsa USP*	São Paulo		12/05/82	artes
Casa das Fazenda Resgate*	Bananal		12/05/82	histórico
Edifício do Instituto de Educação	Pirassununga	14/04/82	12/05/82	histórico
Parque Siqueira Campos	São Paulo	06/10/80	13/05/82	paisagístico
Sede do Antigo Sítio Itaim	São Paulo	13/10/80	13/05/82	histórico
Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand	São Paulo	12/05/82	13/05/82	histórico
Centro Histórico	Santana de Parnaíba	17/02/82	13/05/82	histórico
Coleção de Veículos e Acessórios do Museu Paulista de Antiguidades Mecânicas	Caçapava		13/05/82	histórico
Centro Histórico	São Luiz do Paraitinga	12/05/82	13/05/82	histórico
Igreja de São Cristóvão	São Paulo	12/05/82	13/05/82	histórico
Antiga Escola Normal de Campinas	Campinas	10/05/82	13/05/82	histórico
Edifício da Antiga Faculdade de Farmácia e Odontologia da USP	São Paulo	14/07/82	15/07/82	histórico
Igreja Matriz de N. Sra. da Candelaria*	Itu	04/08/82	04/08/82	histórico
Teatro Brasileiro de Comédia	São Paulo		21/10/82	histórico
Casarão do Chá	Mogi das Cruzes	09/11/82	25/11/82	histórico
Instituto Oscar Freire	São Paulo		09/12/82	histórico
Estação da Estrada de Ferro de Guaratinguetá	Guaratinguetá	09/11/82	17/12/82	histórico

BEM TOMBADO	MUNICÍPIO	Conselho decisão	Secretário homologação	Livro de Tombo
Casa do Bandeirante	São Paulo	28/12/82	24/01/83	histórico
Edifício do Mercado Municipal	Campinas	23/11/82	24/01/83	histórico
Reserva Florestal - Fundação José Pedro de Oliveira Costa	Campinas		03/02/83	paisagístico
Edifício no Largo Marquês de Monte Alegre	Santos	21/07/82	03/02/83	histórico
Parque Estadual do Jaraguá	Osasco/São Paulo	14/12/82	04/02/83	paisagístico
Teatro Oficina	São Paulo		10/02/83	histórico
Aglomerados Humanos de Picinguaba	Ubatuba	10/03/80	01/03/83	arquitetônico
Serras do Japi, Guaxinduba e Jaguacoara	Cabreúva/Jundiá/Pirapora do Bom Jesus		08/03/83	paisagístico
Serra de Atibaia ou Itapetininga	Atibaia/B. Jes. dos Perdões	08/02/83	06/07/83	paisagístico
Igreja de São José da Vila Real	Pindamonhangaba	01/07/83	11/07/83	histórico
Serra do Boturuna	Pirapora do B. J./Santana de Parnaíba/S. Roque	14/01/83	04/08/83	paisagístico
Reserva Estadual da Cantareira e Parque Estadual da Capital (Horto Florestal)	Caieiras/Guarulhos/S. Paulo	20/05/81	04/08/83	paisagístico
Imóvel à Rua São Bento 189/ 195 e 197	São Paulo	13/06/77	13/09/83	histórico
Casa do Sertanista	São Paulo	17/11/83	15/12/83	histórico
Edifício da Fábrica de Tecidos São Luiz	Itu	17/11/83	15/12/83	histórico
Solar do Barão de Itapura	Campinas	18/07/83	15/12/83	histórico
Igreja do Senhor Bom Jesus	Itu	17/11/83	27/12/83	histórico
Casa do Brarão de Mauá	Mauá	21/01/81	27/12/83	histórico
Imóvel à Av. Brig. Luiz Antonio 826	São Paulo	30/06/80	19/07/84	histórico
Capela Nossa Senhora dos Remédios	Jacarei	12/07/83	01/08/84	histórico
Morro do Botelho	Guarujá	04/06/84	01/08/84	paisagístico
Casa do Sítio Piraquara e seus pertences	São Paulo		01/08/84	histórico
Sede do Antigo Sítio do Capão	São Paulo	01/12/80	14/08/84	histórico
Teatro São Pedro	São Paulo	28/07/82	15/08/84	histórico
Sobrado de Pedra, Sede da Fazenda Grão Mogol	Rio Claro	08/05/78	17/09/84	histórico
Capela N. Sra. da Ajuda	Guararema	06/08/84	17/09/84	histórico
Edifício Alexandre Mackenzie	São Paulo	27/08/84	06/10/84	histórico
Casa Modernista	São Paulo		20/10/84	histórico
Colégio Técnico da UNICAMP	Campinas	08/10/84	29/10/84	histórico
Antigo Matadouro de Vila Mariana	São Paulo	08/10/84	04/03/85	histórico
Grupo Escolar Rodrigues Alves	São Paulo	14/07/82	10/04/85	histórico
Imóveis à Rua Pirapitingui 11, 141 e 159	São Paulo	20/08/84	10/04/85	histórico
Monumento às Bandeiras	São Paulo	01/04/85	07/05/85	histórico
Serra do Mar e de Paranapiacaba	Apiá e outros	29/04/85	06/06/85	paisagístico
Antigo Desinfectório Central	São Paulo	12/08/85	26/08/85	histórico
Antigo Fórum e Cadeia	Sertãozinho	16/09/85	19/09/85	histórico
Imóvel à Av. Paulista 37	São Paulo	23/09/85	22/10/85	histórico

BEM TOMBADO	MUNICÍPIO	Conselho decisão	Secretário homologação	Livro de Tombo
Portal em Arco do Antigo Presídio Tiradentes	São Paulo	07/10/85	25/10/85	histórico
Edifício do Instituto de Educação Dr. Alvaro Guião	São Carlos	07/10/85	04/11/85	histórico
Sede da Fazenda Santa Eudóxia	São Carlos	07/07/82	04/11/85	histórico
Antigo Gabinete de Leitura	Rio Claro	27/05/85	14/11/85	histórico
Estação da Fepasa	Rio Claro	16/09/85	14/11/85	histórico
Ponte Pênsil - Rio Paranapanema	Xavantes	16/09/85	02/12/85	histórico
Morros do Monduba, do Pinto ou Toca do Índio e do Icanhema ou Ponta Rasa	Guarujá	09/12/85	10/12/85	paisagístico
Edifício Paço Nóbrega	Ubatuba	13/08/84	16/12/85	histórico
Ruínas do Antigo Engenho da Fazenda Bom Retiro	Ubatuba	14/08/84	16/12/85	histórico
Traçado urbano, vegetação e linhas demarcatórias dos lotes na área dos Jardins	São Paulo	20/01/86	23/01/86	paisagístico
Sítio Remanescente do Outeiro de Santa Catarina e residência do Dr. João Éboli	Santos	09/12/85	09/04/86	histórico
Casa Grande e Tulha	Campinas	31/03/86	30/04/86	histórico
Ponte metálica	São José do Rio Pardo	07/04/86	09/05/86	histórico
Edifícios, chaminés, remanescentes do ramal ferroviário e locomotivas da S.A. Ind. Reunidas F. Matarazzo	São Paulo	07/01/86	05/05/86	histórico
Convento de Santa Clara	Taubaté	12/05/86	01/07/86	histórico
Hospital e Maternidade Umberto Primo	São Paulo	19/05/86	30/07/86	histórico
Edifício Saldanha Marinho	São Paulo	13/05/85	08/09/86	histórico
Parque da Aclimação	São Paulo		02/10/86	paisagístico
Estação Ferroviária da Fepasa	Mairinque	22/09/86	28/10/86	histórico
Colégio Sion	São Paulo	29/09/86	10/11/86	histórico
Edifício Teatral antiga Sede da Sociedade Paulista de Beneficência Guglielmo Oberdan	São Paulo	04/02/81	19/01/87	histórico
Teatro Municipal	São João da Boa Vista	16/12/85	19/01/87	histórico
Conj. de Edifícios Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha	Registro	09/09/85	19/01/87	histórico
Acervo da Estrada de Ferro Pewrus-Pirapora	Cajamar/São Paulo	08/04/85	19/01/87	histórico
Casa de Vidro	São Paulo	01/09/86	19/01/87	histórico
Prédio à Rua Padre Duarte 1425	Araraquara	23/06/86	21/01/87	histórico
Antiga Estação Ferroviária	Descalvado	07/07/86	22/01/87	histórico
Núcleo Urbano	Amparo	16/12/85	11/02/87	histórico

Fonte: Relação de Bens Tombados por ordem cronológica. STA-CONDEPHAAT

* Tombamento *ex-officio*.

Em torno de perfis criados pela História, o do bandeirante e do proprietário da lavoura cafeeira, herdeiro do mesmo espírito desbravador deste seu antepassado e, mais ainda, membro da corte durante o Império e artífice da República, o patrimônio se construiria como materialização da história. Os tombamentos de representações materiais a eles relacionadas reforçariam a propagação do mito de excelência destas figuras. Em um período de ascensão do conservadorismo, como o de instalação do Condephaat, atenderiam quer à distinção de setores sociais, que identificavam sua genealogia com a dos bandeirantes, quer às abordagens comemorativas e cívicas da cultura e da educação. Entre os primeiros bens móveis tombados pelo Condephaat, respectivamente em 1969 e 1970, estão as obras de Benedito Calixto e Almeida Junior, autores que consagram os feitos bandeirantes em suas pinturas.

As duas figuras, bandeirante e cafeicultor, já haviam orientado a ação do SPHAN em São Paulo. Ao avaliar as edificações passíveis de proteção em São Paulo, Mário de Andrade, referenciado no barroco, observa a "miséria artística tradicional" cujas causas atribui à "contínua evasão dos Paulistas empreendedores para outras partes do Brasil, nos sécs.XVII e XVIII", e ao "vertiginoso progresso ocasionado pelo café". Para ele, restava conservar

Ou ruínas de quanto o progresso rastaquera não cuidou de conservar, ou precariedades de uma gente dura e ambiciosa, que menos cuidava das delicias que aventura.⁵

De fato, em São Paulo, o órgão federal se dedicaria a tomar os remanescentes da colonização, testemunhos da história nacional -- fortes, casas de trem, de câmara e cadeia, capelas, aldeias jesuíticas --, e regional, "casas bandeiristas", sedes de fazendas de café e sobradões, todos de importância para a história da arquitetura,

⁵ Relatório, 16.10.1937, in Andrade, M., 1981, p.80.

posteriormente reconhecidas *ex-officio* pelo Condephaat (**Ilustr. 16 a 21**). Consagradores de um tempo passado, entendido sem contradições, as representações bandeiristas e cafésistas remetiam à nostalgia da vida rural, compondo uma espécie de contraponto à acelerada expansão das cidades paulistas verificada a partir da década de 60. Vinte anos depois, quando a ortodoxia preservacionista era questionada, a cultura urbano-industrial definitivamente se implantava no Estado e a crítica historiográfica dissolvia o mito do bandeirante, o patrimônio começa a absorver novas representações, como fábricas, equipamentos de saúde e ensino públicos e a própria ambiência urbana (**Ilustr. 22 e 23**).

Assim se ampliam os universos incorporados enquanto manifestação cultural -- inicialmente restritos à família, à religião e ao exercício da política -- para o universo do trabalho. Alargar-se-ia, também, o período cronológico abordado, embora a diversidade de movimentos nele verificado não esteja representada; é o caso da ocupação do extremo oeste do Estado. Os bens tombados concentram-se no litoral e no eixo paralelo a este, o Vale do Paraíba, entre o Rio de Janeiro e São Paulo; outro eixo, perpendicular ao litoral em direção a Campinas, confirma a consagração da cultura cafeeira como imagem patrimonial da história e da cultura paulistas (**Mapa 1**).

Apesar da ampliação verificada, o patrimônio paulista continua a excluir memórias particulares em favor da história nacional e regional. Antes mantidos invisíveis, agora ainda esmaecidos, estão os perfis dos negros, dos imigrantes e dos trabalhadores que nela não foram incluídos; remanescentes de sedes de fazendas e ricas mansões urbanas sombreiam os da senzala, dos cortiços e dos bairros operários.



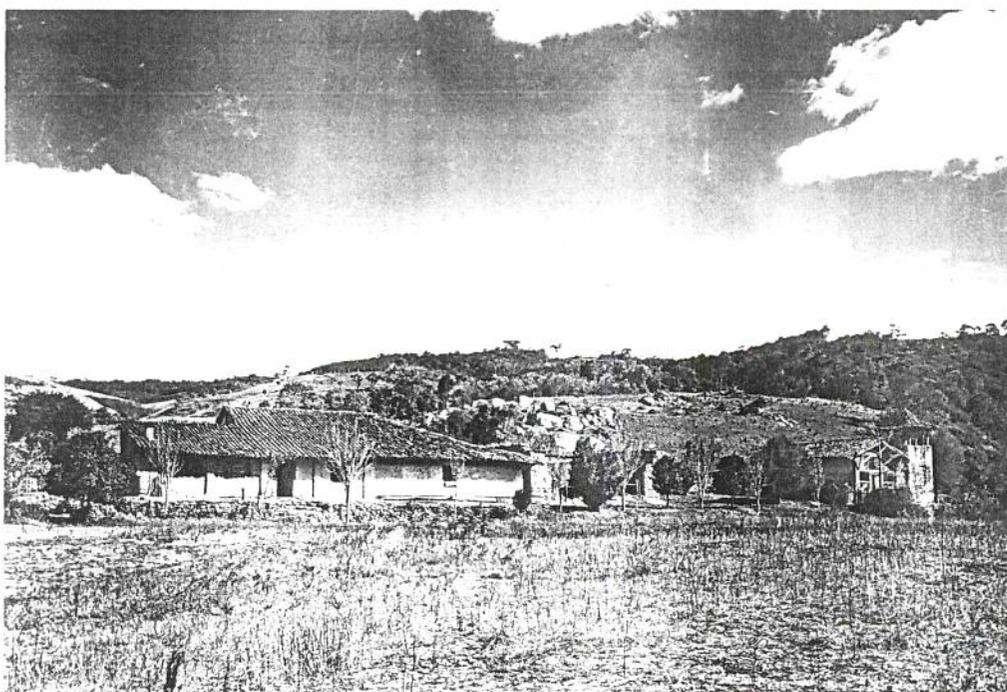
Ilustr.16: Forte de São João, em Bertioga, construção do século XVI.
Tombamento: 1940, SPHAN e 1980, Condephaat.
Foto de 1959, Herman Graeser - acervo 9º CR IBPC - SP.



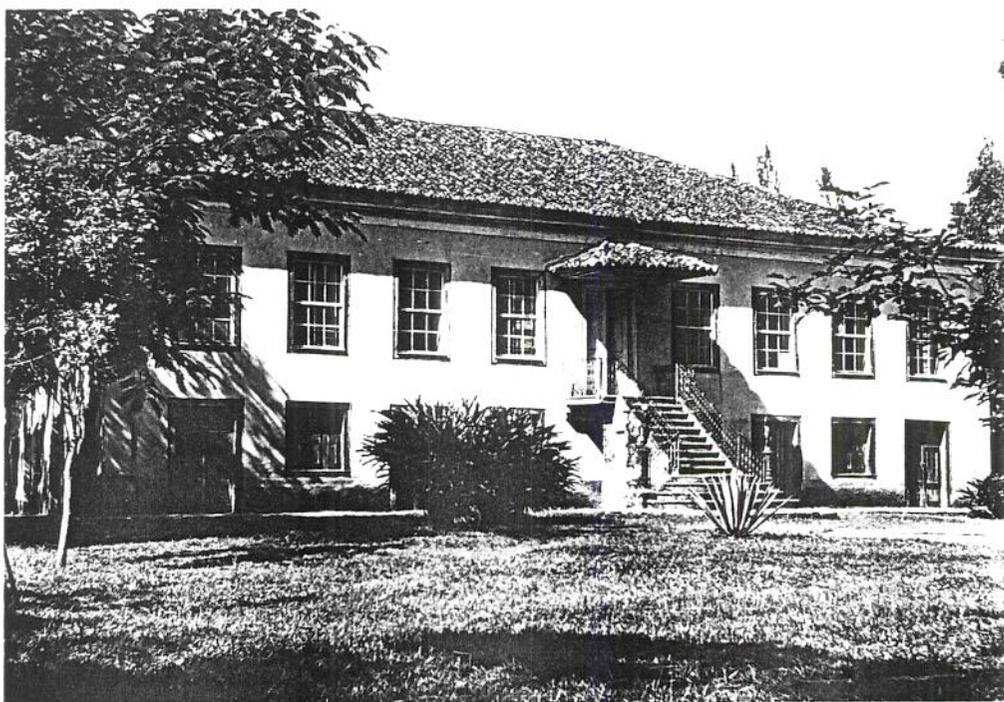
Ilustr.17: Casa de Câmara e Cadeia de Santos, Pça. dos Andradas, construção de meados do século XIX.
Tombamento: 1959, SPHAN e 1974, Condephaat.
Foto de 1962 - acervo 9º CR IBPC - SP.



Ilustr.18: Capela N.S.da Escada, Guararema, construção do início do século XVIII.
Tombamento: 1941, SPHAN e 1972, Condephaat.
Foto de 1947, Herman Graeser - Acervo 9º CR IBPC - SP.



Ilustr.19: Sítio Santo Antônio, S.Roque, casa bandeirista de meados do século XVII.
Tombamento: 1941, SPHAN e 1974, Condephaat.
Foto de 1940, Herman Graeser - acervo 9º CR IBPC - SP.



Ilustr.20: Sede da Fazenda Resgate, de café, em Bananal, construção da primeira metade do século XIX.

Tombamento: 1969, SPHAN e 1982, Condephaat.

Foto de 1969 - acervo 9º CR IBPC - SP.



Ilustr.21: Casa Esperança, Av. Altino Arantes, em São Sebastião, construção do século XVIII.

Tombamento: 1955, SPHAN e 1974, Condephaat.

Foto s.d. - acervo Condephaat.



Ilustr.22: Antigo edifício do Desinfectório Central, R.Afonso Pena 100, Capital, construção de 1893.
Tombamento: 1985.

Foto de 1985, Reinaldo Zeifert - acervo Condephaat.



Ilustr.23: Indústrias Reunidas F.Matarazzo, na Água Branca, Capital, construção da segunda metade do século XIX, parcialmente demolida durante o processo de tombamento.
Tombamento: 1986.

Foto de 1986, Walter Pires - acervo Condephaat.



- | | | |
|---------------------------|---------------------------|--------------------------------|
| 1. Álvares Machado | 37. Guapiara | 73. Redenção da Serra |
| 2. Americana | 38. Guararema | 74. Registro |
| 3. Aparecida do Norte | 39. Guaratinguetá | 75. Ribeirão Pires |
| 4. Apiaí | 40. Guarujá | 76. Ribeirão Preto |
| 5. Araçatiguama | 41. Ibiúna | 77. Rio Claro |
| 6. Araras | 42. Iguape | 78. Rio Grande da Serra |
| 7. Areias | 43. Iha Bela | 79. Selesópolis |
| 8. Atibaia | 44. Iperó | 80. Santa Branca |
| 9. Avaré | 45. Iporanga | 81. Santa Rita do Passa Quatro |
| 10. Bananal | 46. Itacemápolis | 82. Santana do Parnaíba |
| 11. Barra do Turvo | 47. Itanhaém | 83. Santo André |
| 12. Barueri | 48. Itapetininga | 84. Santos |
| 13. Batelais | 49. Itapura | 85. São Bernardo do Campo |
| 14. Biritiba-Mirim | 50. Itariri | 86. São Carlos |
| 15. Bom Jesus dos Perdões | 51. Itu | 87. São João da Boa Vista |
| 16. Brodowski | 52. Jacareí | 88. São José do Barreiro |
| 17. Cabreúva | 53. Jacupiranga | 89. São José do Rio Pardo |
| 18. Caçapava | 54. Jundiá | 90. São José dos Campos |
| 19. Cachoeira Paulista | 55. Juquiá | 91. São Luz do Paraitinga |
| 20. Cajamar | 56. Juquitiba | 92. São Miguel Arcanjo |
| 21. Campinas | 57. Lorena | 93. São Paulo |
| 22. Cananéia | 58. Mauá | 94. São Roque |
| 23. Capão Bonito | 59. Miracatú | 95. São Sebastião |
| 24. Capivari | 60. Mogi das Cruzes | 96. São Simão |
| 25. Caraguatatuba | 61. Mongaguá | 97. São Vicente |
| 26. Carapicuíba | 62. Natividade da Serra | 98. Sertãozinho |
| 27. Cotia | 63. Paraíba | 99. Sete Barras |
| 28. Cruzeiro | 64. Pedro de Toledo | 100. Silveiras |
| 29. Cubatão | 65. Peruíbe | 101. Sorocaba |
| 30. Cunha | 66. Piedade | 102. Suzano |
| 31. Descalvado | 67. Piler do Sul | 103. Tapiraí |
| 32. Dumont | 68. Pindamonhangaba | 104. Taubaté |
| 33. Eldorado | 69. Pirapora do Bom Jesus | 105. Tupã |
| 34. Embú | 70. Pirassununga | 106. Ubatuba |
| 35. Embú-Guaçu | 71. Porto Feliz | 107. Valinhos |
| 36. Franca | 72. Praia Grande | 108. Xavantec |

108.

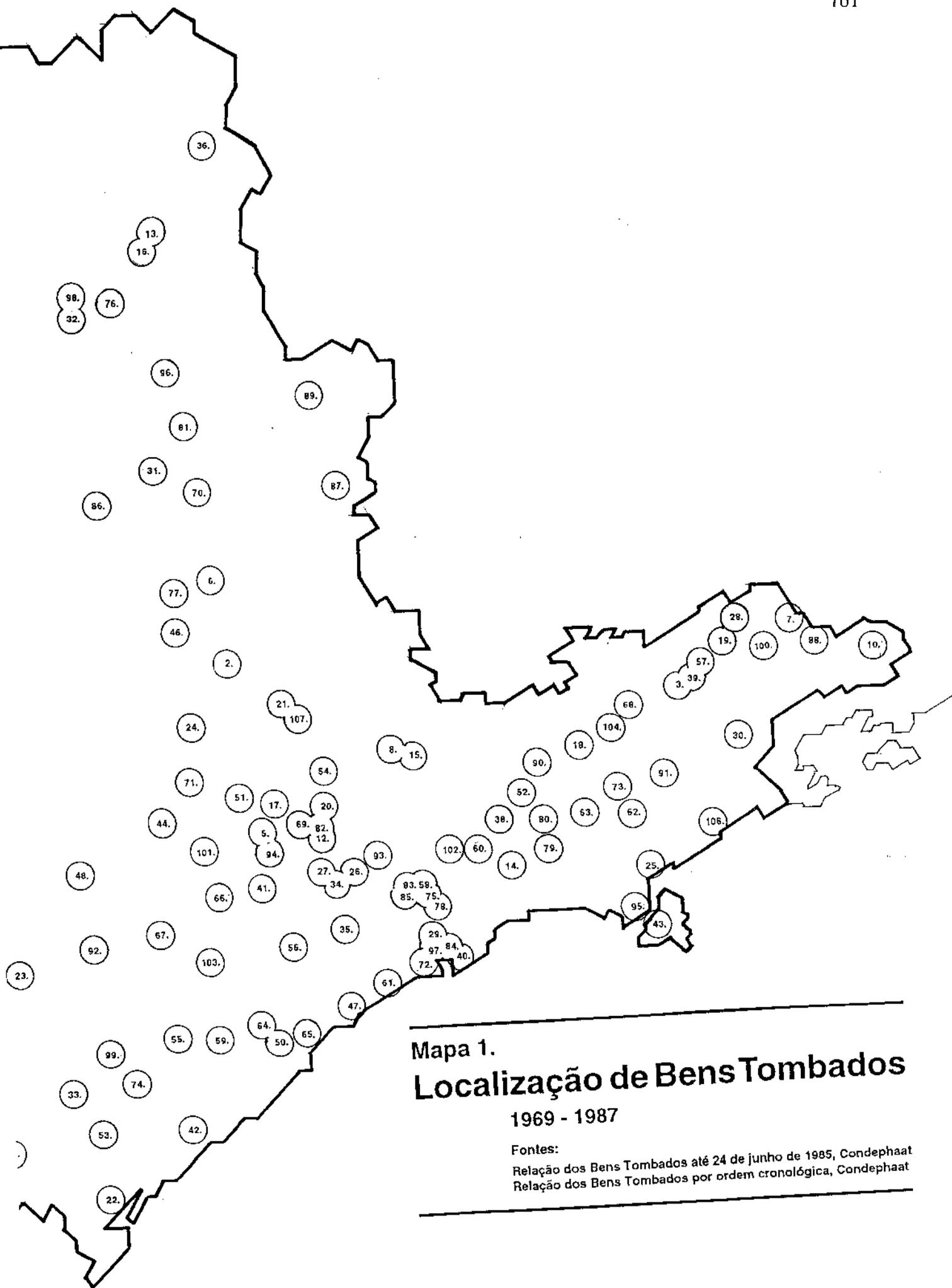
9.

37.

4.

45.

71



Arantes⁶ observa que o tombamento confere novos significados aos bens, pois os desloca de seu universo original para outro, o do patrimônio; nesta condição, eles são reapropriados pela sociedade e, segundo a perspectiva particular de cada grupo, recebem significados e passam a integrar as estruturas inconscientes que modelam o presente.

A reelaboração dos significados atribuídos pela sociedade ao patrimônio, porém, encontra limites nos fundamentos que vêm orientando sua instituição. Com exceção dos bens de valor ambiental, o patrimônio de São Paulo representa a memória histórica definida por Halbwachs como "a seqüência dos acontecimentos dos quais a história nacional conserva a lembrança".⁷

Assim como a história -- segundo o mesmo autor, uma compilação de fatos lidos e aprendidos depois de selecionados e ordenados pelo historiador --, o patrimônio é externo à experiência da maioria dos segmentos sociais. Representando a memória histórica, ele constitui um reforço da percepção que a sociedade tem de sua própria história, e, neste sentido, torna-se legitimador da exclusão social já consagrada pela história. A reapropriação do patrimônio tende, por isso, a se dar por via da lembrança individual, da nostalgia e, na melhor das hipóteses, pelo significado afetivo.

Por este prisma é possível avaliar as estratégias até agora adotadas pelo Condephaat, entre as quais, o próprio instituto jurídico do tombamento. Adequadas a um momento em que a memória, apoderada pela história, se referenciava na Nação, elas não atendem à proteção da memória que, libertada da história, retorna enquanto fenômeno social atinente às classes e etnias.

⁶ Arantes, 1989.

⁷ Halbwachs, 1990, p.79.

Em seu importante estudo sobre a memória coletiva, Halbwachs mostra que a memória é a reconstrução das experiências ainda vivas nas experiências dos grupos sociais e, mesmo quando pessoal, guarda referências coletivas. Assim, não há apenas uma, mas tantas memórias coletivas quantos forem os grupos da sociedade. Para cada um deles, os acontecimentos e os lugares têm importâncias diversas, pois se relacionam a experiências diversas. Os conteúdos das memórias são, por isso, múltiplos; todos, porém, estabelecem a continuidade que dá a cada grupo o sentido de construção de sua cultura. Desta forma, a memória busca similitudes, aquilo que aproximando o indivíduo dos outros lhe dá a idéia de permanência e a consciência de sua realidade.

A reconstituição do passado pela memória é, pois, um processo particular, interno a cada grupo social, espécie de construção de um espelho no qual ele projeta sua vida material e simbólica, de modo a refletir a imagem de si mesmo no presente.

A memória -- e não a história que, ao analisar, reduz a experiência a fatos e os relaciona até compor uma imagem única do passado⁸ -- é o fio que conduz à identidade. Ela rompe a homogeneidade e a continuidade evolutiva presentes na história e recoloca a diferença e a fragmentação cotidiana como bases para a construção das relações entre os homens.

Para atender à possibilidade de construção da memória coletiva e das identidades particulares, reivindicação cada vez mais presente na sociedade contemporânea, a ação preservacionista precisaria pautar-se por estratégias capazes de captar símbolos denotadores de sentidos não registrados pela história, mas provavelmente ainda presentes entre os grupos sociais e nos espaços, de modos a tornar o patrimônio um lugar da memória social, propiciador de reflexões sobre a diferença, o outro, o conflito e a resistência, elementos constantes da ininterrupta luta pelos direitos de cidadania.

⁸ Idem, p.86.

No caso do Condephaat, talvez ainda distante, esta escolha se revestiria de grande importância social, uma vez que a memória é matéria política aberta aos significados do presente e, por isso, discute não o que a sociedade foi mas o que ela é diante de si mesma.

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES E QUADROS

Quadro 1: Composição do Conselho: 1969 - 1987	49
Centro Histórico de Cananéia	53
Solar do Barão de Jundiá	53
Palácio Pio XII	60
Palácio do Imperador	63
Quadro 2: Condephaat - Conselheiros / Períodos de participação: 1969 - 1987	70
Vila Fortunata	74
Residência Matarazzo	92
I.E. Caetano de Campos	92
Colégio Porto Seguro	96
Estação da Luz	96
Centro Histórico de Santana de Parnaíba	101
Avenida Paulista	105
Residência Ernesto Dias Castro	110
Vila Itororó	113
Mercado Municipal de Campinas	121
Centro Histórico de Bananal	121
Quadro 3: Bens tombados e pedidos arquivados por gestão: 1969 - 1987	136
Quadro 4: Solicitantes de Estudos de Tombamento: 1969 - 1987	144
Quadro 5: Bens tombados até janeiro de 1987	148
Forte de São João	157
Casa de Câmara e Cadeia de Santos	157
Capela N.S.da Escada	158

Sítio Santo Antônio	158
Fazenda Resgate	159
Casa Esperança	159
Desinfectório Central	160
I.R.F.Matarazzo	160
Mapa 1: Localização de bens tombados	161

BIBLIOGRAFIA

LIVROS

- ANDRADE, M. *O turista aprendiz*. São Paulo: Duas Cidades, 1976.
- _____. *Cartas de trabalho*. Correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade, 1936-1945. Brasília: Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Fundação Pró-Memória, 1981.
- ANDRADE, R.M.F. *Rodrigo e seus tempos*. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1986.
- _____. *Rodrigo e o SPHAN*. Coletânea de textos sobre patrimônio cultural. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.
- ARANTES, A.A. *Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Brasiliense/Secretaria de Estado da Cultura, 1984.
- ARENDT, H. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- BATISTA, M.R. *Bandeiras de Brecheret: história de um monumento (1920-1953)*, São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, DPH, 1985.
- BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BERGSON, H. *Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- BOSI, E. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979.
- BOURDIEU, P. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.
- BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. *Anais do II Encontro de Governadores*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1973.

- BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. *Restauração e revitalização de núcleos históricos*. Análise face à experiência francesa. Brasília: SPHAN/Fundação Nacional Pró-memória, 1980.
- BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória*. Brasília: SPHAN/Fundação Nacional Pró-Memória, 1980a.
- BRESCIANI, M.S. Cidades: espaço e memória. In: *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo. Secretaria Municipal de Cultura - DPH, 1992, p.161-166.
- BURKE, P. *A Revolução Francesa na historiografia: a Escola dos Annales, 1929-1989*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- CAPELATO, M.H., PRADO, L. *O bravo matutino*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.
- CARDOSO, I.A.R. *A universidade da comunhão paulista*. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1982.
- CASTRO, M.W. *Mário de Andrade: exílio no Rio*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.
- CAUQUELIN, A. *Essai de philosophie urbaine*. Paris: PUF, 1982.
- CESARI, C. (Org.) *Il passato per un nostro avvenire*. Ferrara: Comune di Ferrara, 1980.
- CESCHI, C. *Teoria e storia del restauro*. Roma: Mario Bulzoni, 1970.
- CHASTEL, A. La notion de patrimoine. In: NORA, P.(Dir.) *Les Lieux de Mémoire*. II- La Nation. Paris: Gallimard. 1986. p.405-50.
- CHAUÍ, M. Notas sobre o pensamento conservador nos anos 30: Plínio Salgado. In: MORAES, R., ANTUNES, R., FERRANTE, V.B. (Org.) *Inteligência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p.27-42.
- CHAUÍ, M. *Conformismo e resistência - aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CHAUÍ, M. *Seminários*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

- CHOAY, F. *O urbanismo*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- _____ *L'allegorie du patrimoine*. Paris: Seuil, 1992.
- DASSIN, J. *Política e poesia em Mário de Andrade*. São Paulo: Duas Cidades, 1978.
- DECCA, E.S. de. Memória e cidadania. In: *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura - DPH, 1992. p.129-136.
- DIDEROT e D'ALEMBERT. *Enciclopédia*. Discurso preliminar e outros textos. São Paulo: Editora UNESP, 1989.
- DONNE, M.D. *Teorias sobre a cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- DOSSE, F. *A história em migalhas. Dos Annales à nova história*. São Paulo: Ensaio, Campinas: Unicamp, 1992.
- DUARTE, P. *Contra o vandalismo e o extermínio*. São Paulo: Departamento de Cultura, 1938.
- _____ *Mário de Andrade por ele mesmo*. São Paulo: HUCITEC/ Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1977.
- ENCYCLOPÉDIE de La Pléiade - L'Histoire et ses Methodes*. Conservation et Présentation des témoignages. Paris: Gallimard, 1961.
- FABRIS, A. O ecletismo à luz do modernismo. In: *Ecletismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: Nobel/EDUSP, 1987. p.280-
- FERMIGIER, A. Mérimée et l'inspection des monuments historiques. In: NORA, P.(Dir.) *Les Lieux de Mémoire*. II. La Nation. Paris: Gallimard, 1986, p.593-611.
- FOUCART, B. Viollet-Le Duc et la restauration. In: NORA, P. (Dir.) *Les Lieux de Mémoire*. II. La Nation. Paris: Gallimard, 1986, p.613-645.
- GIDDENS, A. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- GUILHOTI, A.C., LIMA, S.F., MENEZES, U.T.B. *Às margens do Ipiranga: um monumento-museu*. In: *Às margens do Ipiranga:1890-1990*. São Paulo: Museu Paulista-USP, 1990. p.9-12. (Catálogo de exposição).

- GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.
- HOBBSAWM, E., RANGER, T. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO GUARUJÁ-BERTIOGA. *30 anos em prol da cultura*. s.n.t.
- LA REGINA, A. *Preservação e revitalização do patrimônio cultural na Itália*. São Paulo: FAU-USP, 1982.
- LE GOFF, J. Memória. In: ROMANO, R. (Dir.) *Enciclopédia Einaudi I. Memória - História*. Portugal: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1984. p.13-47.
- _____ Documento/Monumento. In: ROMANO, R. (Dir.) *Enciclopédia Einaudi I. Memória - História*. Portugal: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1984. p.95-106.
- _____ História. In: ROMANO, R. (Dir.) *Enciclopédia Einaudi I. Memória - História*. Portugal: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1984. p.158-259.
- _____ Antigo/Moderno. In: ROMANO, R. (Dir.) *Enciclopédia Einaudi I. Memória - História*. Portugal: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1984. p.370-392.
- _____ Passado/Presente. In: ROMANO, R. (Dir.) *Enciclopédia Einaudi I. Memória - História*. Portugal: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1984. p.293-310.
- LEMOS, C.A.C. *O que é patrimônio histórico*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- LIPOVETSKY, G. *A era do vazio* ensaios sobre o individualismo contemporâneo. Lisboa: Relógio d'Água, s.d.

- LOVE, J. *A locomotiva*. São Paulo na Federação Brasileira 1889-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- LOPEZ, T.P.A. *Mário de Andrade: ramais e caminho*. São Paulo: Duas Cidades, 1972.
- MAGALHÃES, A. *E triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, Brasília: Fundação Nacional Pró-Memória, 1985.
- MICELI, S. *Intelectuais e a Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.
- MICELI, S. (Org.) *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo: DIFEL, 1984.
- MICELI, S., GOUVEIA, M.A. *Política cultural comparada*. Rio de Janeiro: FUNARTE/FINEP, São Paulo: IDESP, 1985.
- MILET, V. *A teimosia das pedras* Um estudo sobre a preservação ambiental no Brasil. Olinda: Prefeitura de Olinda, 1988.
- MORAES, E.J. *A brasilidade modernista* sua dimensão filosófica. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- MOTA, C.G. *Ideologia da cultura brasileira*. São Paulo: Ática, 1980.
- NAGLE, J. *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974.
- NAGLE, J.A. Educação na Primeira República. In: FAUSTO, B.(Dir.) *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, 2º vol., Sociedade e Instituições (1889-1930). São Paulo: DIFEL, 1977. p.261-291.
- NORA, P. Entre Mémoire et Histoire La problematique des lieux. In: _____ (Dir.) *Les Lieux de Mémoire*. I- La République. Paris: Gallimard, 1984. p.XVII-XLII.
- OLIVEIRA, L.L. et al. *Estado Novo, ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- ORTIZ, R. *Cultura brasileira & identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

- _____ *A moderna tradição brasileira: Cultura brasileira e indústria cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- PÉCAUT, D. *Os intelectuais e a política no Brasil; Entre o Povo e a Nação*. São Paulo: Ática, 1990.
- PERES, F.R. *Memória da Sé*. Salvador:Macunaíma, 1974.
- RIEGL, A. *Le culte moderne des monuments, son essence et sa genese*. Paris: Seuil, 1984.
- RODRIGUES, J.H. *A pesquisa histórica no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1969.
- SANTIAGO, S. Permanência do discurso da tradição no modernismo. In: Vários. *Cultura brasileira tradição contradição*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/FUNARTE, 1987. p.91-123.
- SANTOS, P.F. *Quatro séculos de arquitetura*. Rio de Janeiro: Ed. Valença, 1977.
- SÃO PAULO (Estado) Secretaria de Economia e Planejamento. Coordenadoria de Ação Regional. *Programa de Preservação e Revitalização do Patrimônio Ambiental Urbano*. São Paulo, 1978.
- _____ Secretaria de Negócios Metropolitanos, Emplasa. *Comunidade em debate: patrimônio ambiental urbano*. São Paulo, 1979.
- _____ Secretaria de Cultura, Ciência e tecnologia. Condephaat. *O sítio urbano original de São Paulo - O Pátio do Colégio*. Publicação nº1. São Paulo, 1977.
- _____ Secretaria de Cultura, Condephaat. *Santana de Parnaíba: Revitalização do centro histórico*. série Monografia nº1. São Paulo, 1982. Mimeografado.
- SCHWARCZ, L.K.M. *Os guardiões de nossa história oficial*. São Paulo: IDESP, 1989.
- SCHWARTZMAN, S. *São Paulo e o Estado Nacional*. São Paulo: DIFEL, 1975.

- SCHWARTZMAN, S., BOMENY, H.M.B., COSTA, V.M.R. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, São Paulo: EDUSP, 1984.
- SILVA, J.A. *Aspectos jurídicos do patrimônio ambiental*. São Paulo: FAU-USP, 1981.
- SUANO, M. A cultura da aristocracia: destruição e museu. In: COGGIOLA, O. (Org.) *A revolução francesa e seu impacto na América Latina*. São Paulo: Nova Stella/EDUSP; Brasília: CNPq, 1990. p.65-70.
- THEIS, L. Guizot et les institutions de mémoire. In: NORA, P.(Dir.) *Les Lieux de Mémoire*. II. La Nation. Paris: Gallimard, 1986, p.569-92.
- UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS. *Patrimônio Cultural: Documentos internacionais e nacionais sobre preservação dos bens culturais*. São Leopoldo: Departamento de Arquitetura, 1986.
- VARINE-BOHAN, H. *A experiência internacional: Notas de aula 12-8-1974*. São Paulo: FAU-USP/IPHAN, s.d.
- VERNANT, J.P. *Mito e pensamento entre os gregos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

ARTIGOS

- AB'SÁBER, A.N. Diretrizes para uma política de preservação de reservas naturais no Estado de São Paulo. *Geografia e Planejamento*, n.34 (São Paulo) IGOG/USP, p.1-8, 1977.
- ARANTES, A.A. Preservação como prática social. *Revista de Museologia* (São Paulo), v.1, p.12-16, 1989.
- DOMINGUES, H.M.B. Os intelectuais e o poder na construção da memória nacional. *Tempo Brasileiro* (Rio de Janeiro), n.87, p.43-57, 1986.

- DUARTE SILVA, N. 40º aniversário do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, v.XXXI, p.136-142, 1936.
- GONÇALVES, J.R. Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais. *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro), v.1, n.2, p.264-275, 1988.
- GUATTARI, F. Espaço e poder: a criação de territórios na cidade. *Espaço e Debates*, n.16, 1985, p.109-120.
- GUIMARÃES, M.L.S. Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro), v.1, n.1, p.8-17, 1988.
- MARSON, A. Dimensões políticas do modernismo na década de 20. *Ciência e Cultura* (São Paulo), v.25, n.11, p.1030-1037, 1973.
- MENESES, U.B. Patrimônio Ambiental Urbano: do lugar comum ao lugar de todos. *CJ Arquitetura*, nº19, 1978.
- MORAES, E.J. Modernismo revisitado. *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro), v.1, n.2, p.220-238, 1988.
- PAOLI, M.C. Memória e Ação Cultural / apresentação. *Revista do Arquivo Municipal* (São Paulo) V.200, p.9-13, 1991.
- PAVIA, R. Cultura materiale, territorio, patrimonio culturale. *Quaderni Storici* (Ancona), n.31, p.331-345, 1976.
- POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro), v.2, n.3, p.3-15, 1989.
- REIS, E.P. O Estado nacional como ideologia: o caso brasileiro. *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro), v.1, n.2, p.187-203, 1988.

- SANTOS, A.C.M. Memória, história, nação: propondo questões. *Tempo Brasileiro* (Rio de Janeiro), n.87, p.5-13, 1986.
- SANTOS, A.C.M. Da casa senhorial à vila operária: patrimônio cultural e memória coletiva. *Tempo Brasileiro* (Rio de Janeiro), n.87, p.127-139, 1986.
- SANTOS, A.C.M. A invenção do Brasil: um problema nacional? *Revista de História*, USP, n.118, p.3-12, 1985.
- TAUNAY, A.E. Os quatro primeiros lustros da vida do Instituto. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, v.XIX, 1914.
- TOPALOV, C. Os saberes sobre a cidade: tempos de crise? *Espaço e Debates*, n.34, p.28-37, 1991.
- VIRILIO, P. A cidade superexposta. *Espaço e Debates* nº 13, 1991, p.10 a 17.

TESES

- BITTENCOURT, C.M.F. *Pátria, Civilização e Trabalho. O ensino nas escolas paulistas (1917-1939)*. São Paulo, 1988. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. (mimeografado).
- BREFE, A.C.F. *A cidade inventada : a paulicéia construída nos relatos memorialistas (1870-1920)*. Campinas, 1993. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. (mimeografado).

- MOREIRA, S.L. *A Liga Nacionalista de São Paulo: ideologia e atuação*. São Paulo, 1982. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. (mimeografado).
- PRADO, M.L.C. *A democracia ilustrada*. São Paulo 1926-1934. São Paulo, 1982. Dissertação (Doutoramento em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. (mimeografado).
- RUBINO, S. *As Fachadas da História: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968*. Campinas, 1991. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. (mimeografado).

FONTES DOCUMENTAIS

Anais

- Câmara dos Deputados de São Paulo, 1911-1929.
- Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, 1934-1969.
- II Encontro de Governadores.

Atas de reunião do conselho deliberativo

- nº 1 a 312, de janeiro de 1969 a dezembro de 1976.
- nº 362 a 545, de janeiro de 1978 a fevereiro de 1983.
- nº 588 a 743, de janeiro de 1984 a janeiro de 1987.

Coleção de Leis e Decretos Estaduais, 1959, 1969.

Correspondência

Condephaat e 9º DR Sphan

Sphan e 9º DR Sphan

Mário de Andrade e Rodrigo Melo Franco de Andrade

Mário de andrade e Paulo Duarte

Documentos diversos, internos ao Condephaat, 1969-1987.

Documentos nacionais e internacionais de preservação de bens culturais, 1930-1978.

Entrevistas

Abelardo Gomes de Abreu, 24.10.1991

Antonio Augusto Arantes, 6.7.1992

Antonio Luiz Dias de Andrade, 20.9.1991

Aziz Ab'Sáber, 22.1.1992

Carlos Lemos, 15.10.1991

Lucia P.F.M.Falkenberg, s.d.

Luiz Dória, 21.2.1992

Murilo Marx, 30.7.1992

Naira I.M.Morgado e Silvia F.S.Wolff, 4.11.1991

Nestor Goulart Reis Filho, 14.10.1991

Raphael Glender, 27.9.1991

Ulpiano Bezerra de Meneses, 13.12.1991

Waldisa Russio, 25.4.1984

Imprensa diária

Diário de São Paulo

Diário Oficial do Estado de São Paulo

Folha de S.Paulo

Jornal da Tarde

O Estado de S.Paulo

Periódicos

Acrópole

Arquitetura

Casa e Jardim

CJ Arquitetura

Habitat

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo

Revista do Patrimônio

Veja

Relatórios de Gestão

Ruy de Azevedo Marques

Ruy Ohtake

Antonio Augusto Arantes

Modesto Carvalhosa

Arquivos e Bibliotecas consultados

Privados

Instituto dos Arquitetos do Brasil - Seção de São Paulo
 Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo
 Instituto de Museologia, acervo Waldisa Russio
 Planasa - Planejamento e Assessoria Administrativa Ltda.

Públicos

Arquivo do Estado
 Assembléia Legislativa, São Paulo - Divisão de Redação Oficial e Artes Gráficas, DROAG
 Biblioteca Nacional
 Condephaat
 Centro de Documentação
 Protocolo
 IBPC: Central, Rio de Janeiro; 9º DR, São Paulo
 Unicamp: Biblioteca Central ; Biblioteca IFCH
 USP
 Departamento de Apoio à Pesquisa de História, DAPH
 Biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
 Biblioteca de Ciências Sociais e Filosofia
 Biblioteca de História
 Instituto de Estudos Brasileiros, IEB

Capa: Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, foto de Walter Pires; Monumento às Bandeiras, in Batista, 1985, p.40.